

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA

ALLINE VIEIRA PORTO

**UMA HISTÓRIA DO POLO COMERCIAL DE ROUPAS NA AVENIDA BERNARDO  
SAYÃO DE GOIÂNIA DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS**

GOIÂNIA

2019

ALLINE VIEIRA PORTO

**UMA HISTÓRIA DO POLO COMERCIAL DE ROUPAS NA AVENIDA BERNARDO  
SAYÃO DE GOIÂNIA DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de pesquisa:** Identidade, Tradições e Territorialidades.

Orientação: Professora Dra. Thaís Alves Marinho.

GOIÂNIA

2019

P853h Porto, Alline Vieira

Uma história do polo comercial de roupas na avenida Bernardo Sayão de Goiânia da década de 1970 aos dias atuais / Alline Vieira Porto.-- 2019.

118 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 112-118

1. Goiânia (GO) - História - 1970-2019. 2. Vestuário - Indústria - Goiânia (GO) - História. 3. Setor informal (Economia) - Goiânia (GO). I. Marinho, Thais Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 677(091)(043)  
94(817.3)(043)

**UMA HISTÓRIA DO POLO COMERCIAL DE ROUPAS NA AVENIDA BERNARDO  
SAYÃO DE GOIÂNIA DA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS**

Dissertação aprovada em 12 de março de 2019, no curso de Mestrado em História da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**BANCA EXAMINADORA**



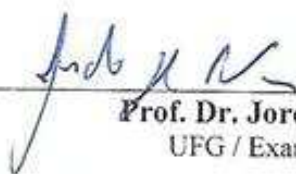
---

**Profa. Dra. Thais Alves Marinho**  
PUC Goiás / Presidente



---

**Profa. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro**  
PUC Goiás / Examinadora Interna



---

**Prof. Dr. Jordão Horta Nunes**  
UFG / Examinador Externo

---

**Profa. Dra. Anamaria Diniz Batista**  
Suplente

---

**Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento**  
PUC Goiás / Suplente

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por ter me dado força e coragem que me proporcionaram a conclusão deste curso.

Em segundo lugar a minha família. Aos meus pais, Arlene e Edmilson, mãe obrigada pelo amor, carinho e apoio em todas as minhas escolhas, não mediu esforços para me ajudar, a minha coragem sempre veio de você!

Ao meu esposo Douglas, pela parceria, amor e paciência no qual esteve sempre ao meu lado, me apoiando em todas as decisões ao longo destes dois anos... Seu apoio foi fundamental para conclusão de mais um sonho, ainda tem mais!

Aos meu irmãos, Ednilson, Adlla, Amanda e Clara. Em especial a minha irmã Amanda futura psicóloga, no qual compartilhei vários momentos de medos e angústias em que tive na produção deste trabalho, obrigada por me ouvir sempre.

Aos meus amigos professores e colegas de trabalho que me incentivaram a fazer o processo de seleção do mestrado. Em especial aos professores, Sérgio Monteiro meu primeiro coordenador obrigada pela confiança e apoio em todos os momentos e a professora Sheyla Helena por inúmeras orientações, onde me motivou e estimulou a estudar em todo período.

Aos colegas do Programa do Mestrado em História da PUC Goiás, pela amizade e convívio nesta jornada. Em especial aos amigos que conquistei no programa, José Fernando Duarte e Djalma Oliveira de Souza, pelos momentos de conversas, estudos e experiências compartilhados neste mestrado.

Aos participantes ouvintes da pesquisa, moradores, comerciantes, costureiras, trabalhadores e trabalhadoras da região, que disponibilizaram seu tempo para produção de dados para esta pesquisa. Em especial agradeço a família Moreira das loja Tecidos Moreira e os participantes: Marcos Antônio, Fausto Silva e Jeconias Marra que compartilharam suas memórias e experiências de vida, foram fundamentais para a produção do capítulo de Memória e Comércio da região.

À FAPEG (Fundação de Apoio à Pesquisa de Goiás) pelo fomento à pesquisa por meio da bolsa concedida ao longo destes dois anos de estudo, apoiando diretamente para conclusão deste trabalho.

Sou extremamente grata a minha orientadora professora Dr<sup>a</sup> Thaís Alves Marinho, que acreditou em meu potencial, demonstrando confiança e muita sabedoria ao direcionar novos caminhos para finalização desta pesquisa. Me apoiou nos momentos difíceis, me fez acreditar que poderia ir além do que imaginava. Sem o seu apoio não conseguiria concluir mais este

ciclo. Obrigada pela paciência e competência em desempenhar seu papel como professora orientadora.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo estabelecer uma construção historiográfica na linha de pesquisa de Identidade, Tradições e Territorialidades sobre o surgimento da indústria de confecções de roupas em Goiânia, identificando os fatores que contribuíram para consolidação como polo confeccionista de roupas de Goiânia na Avenida Bernardo Sayão. Para compreensão da formação histórica do polo comercial de roupas em Goiânia no Setor Centro Oeste, busca-se estabelecer uma relação dos fatos históricos e os agentes envolvidos no processo de formação do espaço urbano da nova capital, analisando por meio da concepção urbanística dos planos de urbanização de Attilio Corrêa Lima no projeto original e posteriormente as modificações realizadas no traçado de Goiânia pela empresa contratada a Coimbra Bueno & Cia Ltda. Objetivou-se também historiografar as narrativas e representações do passado por meio da história oral e história de vida de moradores e comerciantes do local. Como referencial teórico, utilizamos teóricos, que abordam os assuntos sobre: Arquitetura e Urbanismo do planejamento da construção de Goiânia; Memória e Comércio; Relações de trabalhos e formação do trabalho informal em Goiânia; Gênero e divisão sexual do trabalho no setor de confecção e fatores econômicos regionais necessários para a compreensão histórica do surgimento do polo comercial de roupas em Goiânia.

**Palavras-chave:** História de Goiânia, Memória, Polo Comercial, Confecção, Economia Informal.

## ABSTRACT

This dissertation aims to establish a historiographical construction in the research line of Identity, Traditions and Territorialities on the emergence of the garment industry in Goiânia, identifying the factors that contributed to consolidation as clothing confectionary of Goiania in Bernardo Sayão Avenue. In order to understand the historical formation of the commercial center of clothing in Goiânia in the Centro Oeste Sector, it is sought to establish a relation of the historical facts and the agents involved in the process of formation of the urban space of the new capital, analyzing, through the urbanistic conception of the plans of urbanization of Attilio Corrêa Lima in the original project and later the modifications made in the tracing of Goiânia by the company contracted to Coimbra Bueno & Cia Ltda. It was also intended to historiograph the narratives and representations of the past through the oral history and life history of locals and merchants. As theoretical reference, we use theorists, who approach the subjects on: Architecture and Urbanism of the planning of the construction of Goiânia; Memory and Commerce; Work relations and informal work training in Goiânia; Gender and sexual division of labor in the clothing sector and regional economic factors necessary for the historical understanding of the emergence of the commercial clothing pole in Goiânia.

**Key words:** History of Goiânia, Memory, Commercial Pole, Confection, Informal Economy.



## LISTA DE FIGURA

Figura 01- Mapa Av. Bernardo Sayão.....	13
Figura 02- Mapa Polos Av. Bernardo Sayão e Rua.....	18
Figura 03-Attilio Corrêa Lima fixando o lugar da nova capital.....	28
Figura 04-Zoneamento do Plano de Attilio Corrêa Lima.....	29
Figura 05-Quadras 3 e 4 da zona Comercial Áreas interna para carga e descarga e estacionamentos.....	30
Figura 06 – Abrigo de um trabalhador em Goiânia.....	40
Figura 07 - Auto Posto Amazonas, Avenida Anhanguera, esquina com José Hermano.....	43
Figura 08 - Campinas e Goiânia, 1937.....	44
Figura 09- Plano de Urbanização de Goiânia, 30 de julho de 1938.....	45
Figura 10- Avenida 24 de outubro 1952.....	55
Figura 11- Avenida 24 de Outubro, 1958-1960.....	56
Figura 12- Lanchonete Ponto Chic.....	60
Figura 13- Frutaria e Merceria Marcos instalações década de 1970.....	64
Figura 14- Novas Instalações do Supermercado Marcos na Av. Bernardo Sayão.....	65
Figura 15- Disposição interna dos caixas do Supermercado Marcos na Av. Bernardo Sayão.....	65
Figura 16-Expansão da Loja de Tecidos Moreira década de 1980.....	70
Figura 17-Sr. Moreira e candidato Marconi Perillo ano 2002.....	72
Figura 18-Feira Hippie em seu início na década de 70.....	78
Figura 19-Feira Hippie instalada na Praça Cívica, em seu início na década de 1970.....	79
Figura 20-Vista Aérea da Feira Hippie.....	81
Figura 21-Avenida 24 de Outubro década de 1970.....	85
Figura 22-Grande fluxo de clientes na Avenida Bernardo Sayão, anos 2010.....	88
Figura 23- Inauguração trecho que liga Bernardo Sayão e Goiás Norte, ano 2011.....	90

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	08
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DE UMA CIDADE PLANEJADA: GOIÂNIA.....</b>	<b>25</b>
1.1 O Planejamento de Uma Cidade Goiânia.....	25
1.2 Attilio Corrêa Lima e o Planejamento de Goiânia.....	27
1.3 Os Coimbra Bueno e as modificações do Plano de Goiânia.....	32
1.4 A Formação do Espaço Urbano e o Desenvolvimento de áreas comerciais em bairros de Goiânia.....	35
1.4.1 A Formação do Espaço Urbano de Goiânia.....	35
1.4.2 Desenvolvimento de Áreas Comerciais em Bairros de Goiânia.....	42
<b>CAPÍTULO 2 MEMÓRIA E COMÉRCIO.....</b>	<b>51</b>
2.1 A Vila Operária, décadas de 1930 a 1950.....	52
2.2 A década de 1960.....	56
2.2.1 Desenvolvimento comercial o Espaço da Vila Operária -Av. J-1 (apelidada popularmente Av. Fama) até a mudança do nome em 1964.....	56
2.3 A Av. Bernardo Sayão, na década de 1970.....	61
2.4 Frutaria e Mercearia Supermercado Marcos.....	63
2.5 Loja Tecidos Moreira.....	67
<b>CAPÍTULO 3 O SETOR DE CONFECÇÕES EM GOIÁS E EM GOIÂNIA.....</b>	<b>75</b>
3.1 O Surgimento do Setor de Confecção em Goiânia.....	76
3.2 História da Feira Hippie.....	77
3.3 Avenida Bernardo Sayão.....	84
3.3.1 Nascimento de Um Polo Comercial de Roupas em Goiânia.....	84

3.4 Gênero e Divisão Sexual do Trabalho.....	90
3.5 História do Trabalho em Domicílio e Inclusão das Mulheres na Indústria Têxtil.....	93
3.6 A Informalidade no Contexto do Trabalho Domiciliar da Indústria de Confecção.....	96
3.7 O Trabalho em Domicílio na Indústria de Confecções em Goiânia.....	99
<b>CONSIDERACOES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como proposta estudar as relações entre história e memória, a partir da construção historiográfica do nascimento da indústria de confecções de roupas em Goiânia da década de 1970 aos nossos dias, a partir da observação da formação do polo da Av. Bernardo Sayão. Objetiva, portanto, estabelecer como as narrativas do polo comercial de roupas evocam memórias e significados, que permitem construir uma parte da história de Goiânia, capital do Estado de Goiás desde 1933.

Goiânia foi fundada em 1933, a cidade foi planejada e definida para ser cidade administrativa e a sede do governo de Goiás. Segundo decreto nº 3547 de 06 de julho de 1933, a cidade foi projetada pelo urbanista Attilio Corrêa Lima, que estabeleceu um plano inicial com a previsão de uma população total de 50.000 habitantes, para compor a formação do núcleo central da nova capital, tendo a capacidade de alojar 15.000 habitantes inicialmente (ACKEL, 2007).

O espaço escolhido para a construção da nova capital era em proximidade com o município de Campinas, que atualmente é um bairro de Goiânia. Campinas<sup>1</sup> a cidade/bairro foi uma região extremamente importante no processo de construção da nova capital Goiânia, a mesma “serviu como base para compra de materiais para as obras, como cidade dormitório de operários, técnicos e políticos que acompanhavam as construções” (SILVA, 2014, p.10).

No final da década de 1930, com o desenvolvimento da construção da nova capital, o espaço localizado entre Goiânia e Campinas, se formou a Vila Operária. Espaço este, que delimitava uma área que vai das margens do córrego Capim Puba até o bairro de Campinas. No projeto inicial da construção de Goiânia, não havia planejamento de espaços urbanos para habitação dos operários, isto demonstrava claramente que o projeto era elitista não contemplando bairros populares para estes trabalhadores e trabalhadoras. A Vila Operária, foi

---

<sup>1</sup> Campinas – popularmente conhecida como “Campininha, Campinas das Flores de Nossa Senhora da Conceição ou ainda Campininha das Flores, esses são alguns dos nomes presentes na história e na memória desse lugar que viria a ser posteriormente um bairro de Goiânia” (GODINHO, 2018, p.28) O povoado de Campinas surgiu em 1810, situada em um local estratégico, entre a estrada que ligava a antiga capital do Estado. No ano de 1884, sofreu influência da Igreja Católica com a vinda de padres redentoristas em 1894, favorecendo a fundação do Colégio Santa Clara, oportunizando várias melhorias ao local, e em 1914, se tornou município. Passou por uma modernização na década de 1920, com a chegada de automóveis e trens, e que a partir da construção de Goiânia na década de 1930, se tornou um bairro da nova capital de acordo com a Lei 327 em 1935 (TITO, 2008).

o local em que abrigaria nas décadas seguintes o polo de confecções situado em sua principal via, à Avenida Bernardo Sayão, que é portanto o objeto de estudo da pesquisa.

Na década de 1940, Goiânia já abrigava 4000 mil operários na construção civil, segundo dados do Departamento de Obras de Goiás (CHAUL, apud COSTA, 2015, p. 277). A maioria destes operários não encontrava locais de moradia na então cidade planejada, movendo ao processo de ocupação de áreas irregulares fora do planejamento do poder público, criando-se portanto as primeiras invasões nos limites da cidade em construção.

A ocupação da Vila Operária ocorreu de forma espontânea, foi um dos primeiros bairros que surgiu nos arredores de Campinas. Gonçalves (apud GODINHO, 2018, p. 48) destaca que a ocupação da Vila Operária foi motivada em resposta ao rápido crescimento da nova capital e, como prática de altos valores dos alugueis estabelecidos em Campinas, tendo em vista o comércio já estabelecido, tornando inviável a moradia para algumas famílias. A princípio, a Vila Operária se organizou com a construção de moradias precárias e irregulares. No local atualmente localiza-se o Setor Centro-Oeste, conhecido, sobretudo, por conter a Avenida Bernardo Sayão, que abrigará o polo de confecções de roupas aqui analisados.

Nas décadas de 1940 e 1950, de acordo com IBGE (1940, 1950) já era perceptível a expansão populacional da nova capital. Mota (2004) menciona que em 1940, Goiânia tinha 26.065 habitantes, e em 1950, o número era de 52.201 habitantes. Mas a sua expansão demográfica ocorreu na década de 1960, com a construção de Brasília o número de habitantes triplicou, passou para 151.013. A decisão de se construir o Distrito Federal dentro do território goiano, gerou uma rápida implantação de infraestruturas, como transporte e energia, com o intuito de dar suporte às atividades governamentais que lá seriam instaladas. Com estes números, já era perceptível que o plano inicial da construção de Goiânia, demonstrava claramente sua ineficiência, pois a cidade de Goiânia não estava preparada para receber o grande contingente de pessoas.

Com a expansão populacional na década de 1960, as pessoas que se instalaram em Goiânia, em busca de novas oportunidades e de uma vida melhor. Foram empurradas aos limites da cidade, “acabando por serem expulsos do centro pela lógica do capital, ocupando as áreas periféricas, invasões, sem infraestrutura e a mercê da politicagem do governo” (NASCIMENTO, 2017, p.46).

Neste sentido, com o crescimento das áreas irregulares e aumento do número de invasões em Goiânia, o Estado adotou a medida de regularizar áreas já ocupadas,

beneficiando as pessoas já instaladas na região, oportunizando uma urbanização com a disponibilização de infraestrutura básica a essas populações situadas em regiões marginalizadas. Conforme reforça a autora abaixo:

Ao mesmo tempo, o processo de urbanização de áreas provocado por invasões, a partir da mobilização e da reivindicação da sua população pela atuação do poder público na oferta de condições urbanas mínimas, iniciado na década de 40, continuou. Bairros inicialmente não previstos, foram projetados e implantados sobre áreas invadidas, regularizando a situação de posse de seus moradores. É o caso por exemplo dos setores Vila Operária (aprovado em 1952), Norte ferroviário (1953), Universitário (1956) e Pedro Ludovico (1958) (MOTA, 2004 p.46).

Com a regularização do espaço da Vila Operária, o setor se desenvolveu com a construção de novas edificações, modificando seu espaço urbano. Na década de 1960, a Vila Operária já apresentava mudanças em seu panorama econômico. O bairro que inicialmente teve sua ocupação por pessoas pobres sem acesso a moradias regulares e operários na construção da capital, começou a ganhar status de região central, pois tinha fácil acesso aos setores Centro e Campinas através de sua principal Avenida J-1.

Nesse contexto, a Avenida J-1, que atualmente se chama Avenida Bernardo Sayão, localizada no Setor Centro Oeste (Antiga Vila Operária), se configura como parte central do objeto da presente pesquisa, devido sua importância histórica com a formação do polo de confecção de roupas iniciado na década de 1970.

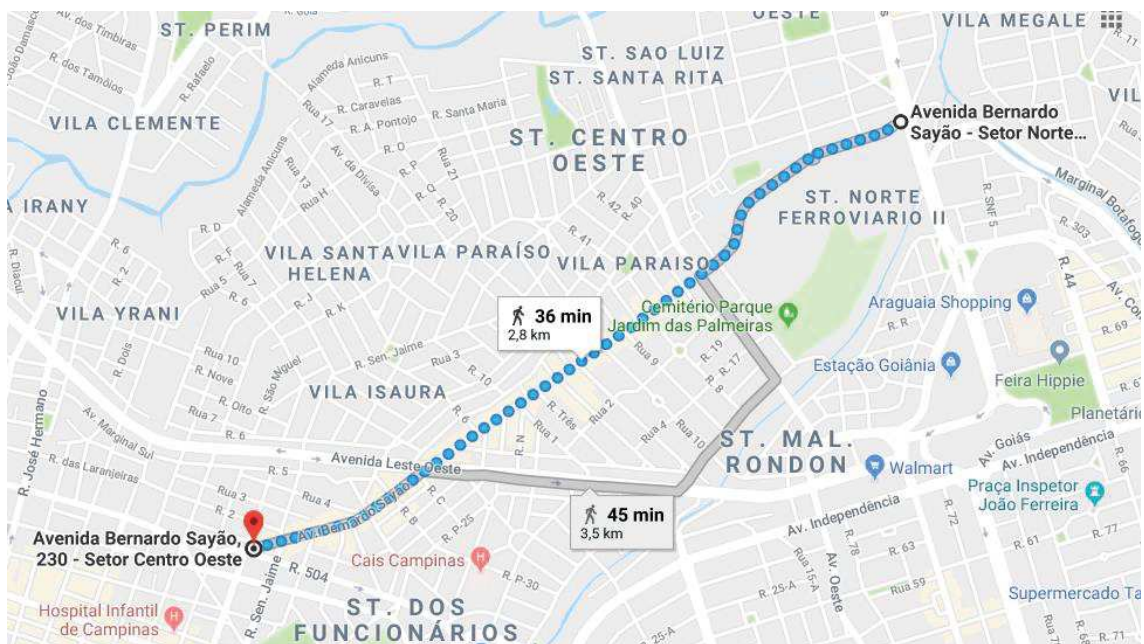


Figura 01-Mapa Av. Bernardo Sayão  
Fonte: (Foto: Google Maps)

A Avenida Bernardo Sayão situa-se na região Oeste de Goiânia, que cortam os bairros Centro Oeste, Setor dos Funcionários, Marechal Rondon e Norte Ferroviário, é uma das principais avenidas de polo comercial de Goiânia – Goiás, como pode ser visto na figura 01, acima. Foi considerada o maior shopping de lojas horizontais da América latina, com aproximadamente 2.200 metros de extensão. Sua história comercial no segmento confeccionista de roupas se inicia por volta da década de 1970 (GOMES *et al.*, 2013)

A princípio os moradores locais do bairro perceberam um potencial econômico na Avenida Bernardo Sayão, visto que sua localização está em proximidade com o Setor de Campinas, o primeiro bairro comercial desenvolvido na construção da nova Capital em Goiânia – Goiás. Ainda na década de 1960, os moradores instalados na Av. J-1 na Vila Operária em Goiânia, começaram a modificar suas edificações, transformando parte de seus lotes residenciais em salas comerciais. Esses novos ambientes geralmente possuíam cômodos comerciais instalados na Avenida e aos fundos permaneciam suas residências.

Na década de 1970, com a nova ordem do capitalismo mundial ocorreram diversas transformações no mundo do trabalho. Essas mudanças condicionaram a adoção de novas formas de gestão de produção e organização das relações do trabalho. Este período provocou um intenso processo de desemprego, de flexibilização das condições de trabalho e a redução da produção industrial. Com esta reestruturação industrial, houve um “processo de reconfiguração espacial dos grandes centros urbanos, marcado pela presença e pelo crescimento do número de indivíduos que, com dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho”, começaram a ocupar os espaços públicos adotando medidas de sobrevivências, trabalhando como ambulantes na região central de Goiânia (LOPES, 2008, p. 190).

A cidade de Goiânia, a partir da década de 1970, já demonstrava com predominância uma população urbana. Rocha (2009, p.138) ressalta que “em Goiânia concentravam-se na cidade 380.773 pessoas, enquanto a zona rural do município hospedava apenas 17.717 moradores”. Como elemento importante a ser destacado, justifica-se a implantação do processo de modernização da agricultura no estado de Goiás, que resultou um intenso êxodo rural, as pessoas foram atraídas a ocupar as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho na capital. Neste período, “houve uma apropriação acelerada da terra, modernização técnica do campo, concentração das propriedades, recursos financeiros e modificação das relações sociais de produção, como alterações nas relações de trabalho” (SILVA *et al.*, 2010, p.6).



Com a redução da estrutura fundiária observou-se que na década de 1970, houve uma redução da utilidade da mão de obra do homem no campo, e, portanto, as pessoas começaram a se deslocar para a capital, em busca de novas oportunidades de trabalho em Goiânia. Porém a maioria não tinha qualificação profissional, muitos eram analfabetos, e não foram absorvidos no mercado formal.

Contudo, como não houve absorção da massa da força de trabalho excedente, a população buscou alternativas de prover o sustento de suas famílias por meio de atividades informais que atuavam na região central de Goiânia e no setor de Campinas. Pedroso (2008, p.85) destaca que a escolha destas atividades caracterizadas como informais, “oculta desde vendedores ambulantes, camelôs bem como os donos de fabriquetas de fundo de quintal, que produzem grande parte das confecções comercializadas hoje em vários pontos da cidade de Goiânia, bem como na Feira Hippy<sup>2</sup>”.

Em Goiânia, o surgimento da indústria de confecções de roupas emerge a partir da oportunidade de absorção da força de trabalho, que propiciou a condição de geração de emprego e renda aos trabalhadores e trabalhadoras que foram marginalizados empurrados ao mercado informal. É importante ressaltar que de modo geral, para inserção no segmento que se refere à estrutura produtiva do setor de confecções, dispensa a exigência da qualificação da mão de obra.

O surgimento e o desenvolvimento do setor confeccionista de roupas da cidade têm sido acompanhados pela marginalização<sup>3</sup> e precarização<sup>4</sup> das relações de trabalhos. Caracterizados, sobretudo por meio de atividades produtivas informais<sup>5</sup>, que historicamente, desde a formação da cidade, propiciou a geração de renda de vários trabalhadores e trabalhadoras.

---

<sup>2</sup> A Feira Hippy de Goiânia se trata de feira ao ar livre, localizada atualmente na Praça do Trabalhador no Setor Norte Ferroviário, que comercializa uma diversidade de produtos, tendo como principal as roupas a preços populares. Devido a sua relevância para a sustentabilidade da economia de muitas famílias, essa feira passou a ser conhecida como a “maior feira da América Latina”. (CARVALHO, MOTA, WENDLAND, 2007, p. 33). A história da Feira Hippy remonta ao início da década de 1970. Sua história será abordada no capítulo III da dissertação.

<sup>3</sup> Marginalização caracterizada pela distância em relação ao trabalho regular, mas também em relação às formas organizadas da proteção aproximada que se constitui na assistência (CASTEL, 1997, p.28).

<sup>4</sup> A precarização do trabalho “inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições (SINGER, 1999, p.27).

<sup>5</sup> Associam-se às atividades informais características como indefinição dos locais de trabalho, condições de trabalho que não garantem saúde nem segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade, rendimentos baixos e irregulares, longas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia” (LEONE, 2010, p. 9).



O surgimento do polo de confecções de roupas da cidade de Goiânia remonta um período de transformações de ordem econômica. Nesse período, ocorreram diversas transformações no mundo do trabalho, resultando na adoção de novas práticas de ocupações de trabalhos que foi nomeado período de reestruturação produtiva<sup>6</sup>, ocasionando um impacto nas relações de trabalho do setor industrial, com a inclusão das novas tecnologias. Várias trabalhadoras e trabalhadores não tiveram absorção das novas atividades nas indústrias. No período, houve uma redução drástica no número de empregos formais nas indústrias, pois esses novos segmentos exigiam qualificação especializada para atuação da mão de obra.

A indústria de confecção de roupas em Goiânia desde seu surgimento, se insere no contexto de flexibilização das relações de trabalho. O processo de desenvolvimento da produção confeccionista utiliza-se como principal forma a externalização de várias etapas de seu processo de confecção de roupas. Esse modo de produção é caracterizado pelo uso intensivo da terceirização, sobretudo nos processos de costura e acabamento que comumente são realizados por costureiras que desempenham o trabalho em domicílio<sup>7</sup>. A ocupação de mulheres na indústria da confecção no processo da costura, reforça uma discriminação histórica de inserção da mulher no mercado de trabalho, pois as atividades comumente são realizadas na ponta da cadeia produtiva, caracterizado pelo trabalho socialmente desprotegido (NEVES E PEDROSA, 2006).

A cadeia produtiva do setor têxtil de confecções de roupas em Goiânia é constituída em sua maioria por disponibilidade de trabalhadoras e trabalhadores informais, que realizam o processo massivo de produção de roupas no município, que também comercializam sua produção nos polos consolidados na capital, como na Avenida Bernardo Sayão e Feira Hippie.

## **1. A pesquisa de Campo e a Metodologia**

A pesquisa tem como objetivo estabelecer uma compreensão histórica dos fatores que permitiram o nascimento do setor de confecções de roupas, e entender quais foram os agentes e fatores que contribuíram para que houvesse a consolidação do setor de confecção como polo confeccionista de roupas em Goiânia, a partir de uma reconstrução historiográfica do

---

<sup>6</sup> Reestruturação produtiva entendida “como uma estratégia do capital com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade diante de um mercado globalizado e um processo de transformação nas organizações por meio de inovações tecnológicas e organizacionais que provocaram significativas mudanças nas relações de trabalho e no mercado de trabalho” (OLTRAMARI; PICCININI, 2006, p. 86).

<sup>7</sup>Trabalho a domicílio, é o trabalho executado na habilitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o assalarie (decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938).

surgimento e organização do espaço urbano de Goiânia e a partir das narrativas de moradores do local.

Os Objetivos Específicos da pesquisa são:

- Historiografar as narrativas e representações do passado por meio da História Oral e História de Vida.
- Identificar as “marcas” da avenida Bernardo Sayão, que funcionam como padrões de referência identitária para Goiânia.
- Perceber como o polo de confecções da av. Bernardo Sayão promoveu coesão social e reconhecimento individual aos moradores do local.
- Construir uma narrativa histórica sobre o nascimento e o desenvolvimento do polo atacadista de confecções de roupas em Goiânia.

A proposta de discutir este tema levanta algumas indagações que podem dar subsídios para identificar quais foram os fatores que determinaram que a cidade de Goiânia se consolidasse como polo comercial de roupas. As hipóteses do trabalho são:

- a) O sucesso dos estabelecimentos de roupas do polo de Goiânia, do seu nascimento aos nossos dias, deve-se à vinculação da fabricação à comercialização das roupas, em empresas familiares, cuja maior parte submerge na economia informal: empresas familiares e economia informal seriam marcas identitárias desse polo;
- b) O dinamismo da atividade do setor de confecções, está ancorada na história do desenvolvimento da cidade, com aumento do número de emprego, renda e o surgimento de pequenas e micro empresas familiares no ramo de confecções atacadistas: por essa via, o polo comercial estabelecido na Av. Bernardo Sayão possibilitou a promoção de coesão e reconhecimento aos comerciantes.
- c) Historicamente a movimentação do turismo de negócios originada pela Feira Hippie foi responsável pelo crescimento do setor confeccionista de roupas em Goiânia, proporcionando a origem e o desenvolvimento do setor confeccionista de roupas local.

A partir desses pressupostos mencionados, optou-se por estudar a organização do trabalho nas empresas de confecção da Av. Bernardo Sayão, Rua 44<sup>8</sup> e o trabalho informal desenvolvido por ambulantes e feirantes da Feira Hippie em Goiânia.

---

<sup>8</sup> Rua 44 situada no Setor Norte Ferroviário, é considerado o novo polo de confecções de roupas de Goiânia, atualmente é o maior e o mais importante do estado de Goiás, condiciona oferta de trabalho/emprego para

É importante ressaltar que atualmente o setor de confecções em Goiânia, encontra-se concentrado na região da Rua 44, apontado como o novo polo<sup>9</sup> de confecções de roupas da Capital. Na Figura 02, podemos observar que esses polos comerciais se conectam por situarem em bairros vizinhos, tais como: o Setor Centro Oeste com Avenida Bernardo Sayão e o Setor Norte Ferroviário com a região da 44, e aos finais de semana, a formação da Feira Hippie instalada na Praça do Trabalhador.

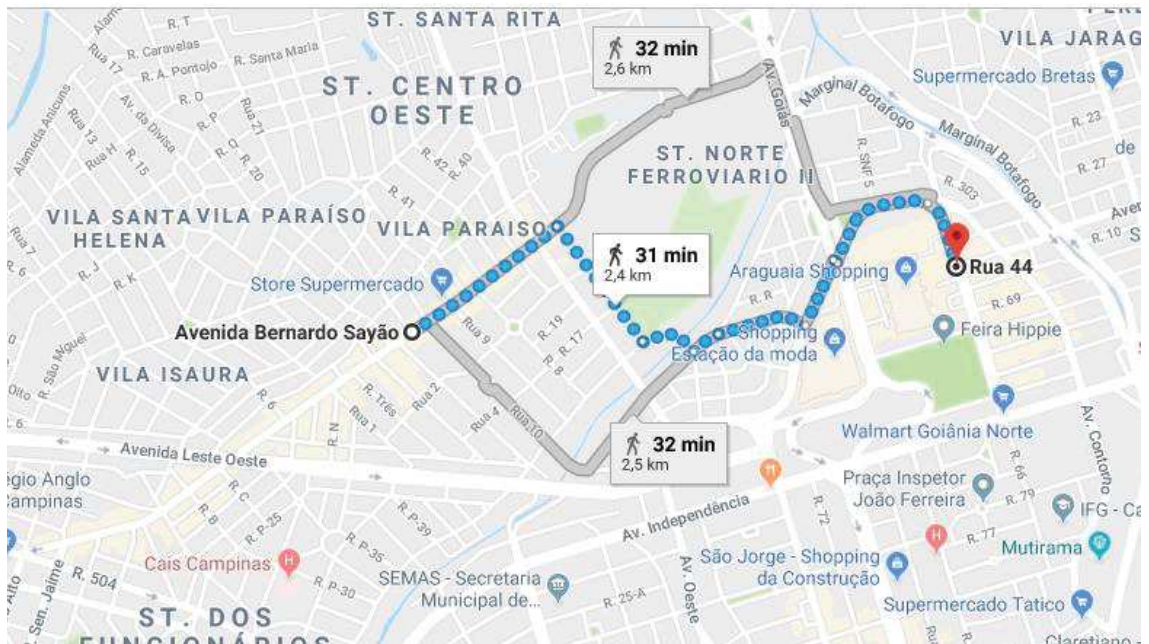


Figura 02- Mapa Polos Av. Bernardo Sayão e Rua 44  
Fonte: (Foto: Google Maps)

Neste trabalho a proposta é realizar a construção de uma narrativa histórica sobre o nascimento e desenvolvimento do polo atacadista de confecções de roupas em Goiânia, na Avenida Bernardo Sayão. Buscou-se estabelecer por meio do uso de fonte oral e imagens, a compreensão da relação entre o passado e o presente, como configurou-se as relações

---

milhares de trabalhadores e trabalhadoras do setor de confecção e de outros setores correlatos. O polo da região da Rua 44 é constituído pela Rua 44 e delimitado as áreas: Quadra 163 - Rua 44, R302, Av. Contorno. Quadra 162 - Rua 44 R302, R301, Av. Contorno. Quadra 161- Rua 44, R301, R300, Av. Contorno. Quadra 160 - Rua 44, R300, R69, Av. Contorno. Quadra 140A - Rua 44, R69, Rua José S. Filho, Av. Contorno. Quadra 141B - Rua 44, Rua José S. Filho, Rua 67B, Av. Contorno. Quadra 141ª - Rua 44, Rua 67B, R67A, Av. Contorno. Quadra 165 - Av. Contorno, R304, R302, Marginal. Quadra 166- Av. Contorno, R302, R301, Marginal. Quadra 167 - Av. Contorno, R301, R300, Marginal. Quadra 168 - Av. Contorno, R300, R69, Marginal. Quadra 169 - Av. Contorno, R69, Rua José S. Filho, Marginal. Quadra 170 - Av. Contorno, Rua José S. Filho, R67B, Marginal. Quadra 170A - Av. Contorno, R67B, R67A, Marginal. O surgimento deste Polo no Setor Norte Ferroviário, remonta ao processo de transferência da Feira Hippie para a Praça do Trabalhador no ano de 1995. (SILVA, 2018, p.17).

<sup>9</sup> O Prefeito Paulo Garcia, através do decreto 2785 em 26 de outubro de 2016, transformou o Polo de confecção da região da Rua 44 em um Arranjo Produtivo Local (APL) Moda Goiânia (O popular de 29 de outubro de 2016).

comerciais e a transformação do seu espaço, oportunizando a construção do conhecimento histórico sobre o polo de confecções de roupas em Goiânia.

Para desenvolver esta pesquisa foram abordados dois tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos, teses, dissertações, livros e legislação oficial que trata do desenvolvimento regional e permitem entender o arranjo produtivo local tanto para o surgimento quanto para o desenvolvimento do polo comercial de confecções de roupas em Goiânia; o outro tipo de pesquisa que foi utilizada é a pesquisa documental, onde foram investigadas as fontes: recolha do registro fotográfico, reportagens televisivas conservadas pelo *you tube* e matérias de jornais da Capital, como o: Popular e Diário da manhã.

Com o objetivo de investigar os dados históricos sobre o nascimento do polo atacadista de confecções de roupas em Goiânia, foram utilizados depoimentos de pessoas constituintes de empresas familiares de confecção e comércio de roupas, onde foram realizadas entrevistas com as pessoas (fabricantes, comerciantes, costureiras, sacoleiras e sacoleiros, representantes comerciais e etc.). As entrevistas foram concedidas no ano de 2018, mediante a submissão e aprovação final do projeto ao comitê de ética da PUC Goiás. Nesta pesquisa a história oral foi um elemento fundamental para construção da história local sobre o nascimento e desenvolvimento do polo de confecções em Goiânia- GO, na atual Avenida Bernardo Sayão.

Para a produção da pesquisa, foram selecionados participantes entre moradores, costureiras e comerciantes pioneiros que ainda estão atuando na região. Participaram das pesquisas sete moradores ainda residentes no Setor Centro Oeste, destacando que deste sete participantes quatro também foram comerciantes na Avenida Bernardo Sayão, suas histórias foram narradas no Capítulo II com título sobre Memória e Comércio da região. Segundo Montenegro (1993, p. 56) tanto a história oral, quanto a História de vida possibilitam acessar a memória, por meio de relatos de imagens, situações, acontecimentos, narração de experiências, dessa forma "a memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos, ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual e ou coletiva."

A abordagem utilizada para a coleta destes dados foi a definição de um roteiro padrão de entrevista estruturada, com o uso de gravações de algumas entrevistas previamente selecionadas e autorizadas pelos participantes. Também foi utilizado como fonte histórica o

uso de imagem fotográficas, que foram gentilmente cedidas pelos participantes. É importante ressaltar que o uso de imagens, também é um recurso utilizado por historiadores na contemporaneidade como fonte.

Conforme os autores Boutier e Julia (1998) apud COELHO, 2012, p. 445) indicam como novas perspectivas da História contemporânea, para o historiador atual a existência de possibilidade de fontes históricas, “com esse processo de discussão iniciado pela falência dos modelos prontos, surgem para o estudioso da história inúmeras possibilidades e as imagens figuram entre elas”. Para os autores existe uma leitura e análise das imagens, considerando que toda imagem é passível de interpretações diversas, por meio de olhares e perspectivas diferentes, com objetivo de esclarecer os vínculos pertencentes entre o contexto e a imagem, analisando suas representações sociais e todo universo artístico que estão inseridas. A utilização de imagens em pesquisas históricas enriquecem a pesquisa, colaboram diretamente com a análise dos estudos do passado, e ainda salienta que várias linhas de pesquisas, poderão utilizar para obter melhor compreensão dos vínculos estabelecidos entre o objeto de estudo e o tempo (BURKE, 2004).

## **2. Memória e História: História Oral e História de Vida**

Memória como conceito significativo, é a rememoração do passado no sentido da expressão, o resgate de acontecimentos e histórias vividas. Para Marilena Chauí, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125). Ao discorrer sobre memórias, na perspectiva de Halbwachs, as pessoas participam de duas espécies de memórias, uma que está relacionada a sua vida pessoal e suas lembranças, selecionadas sob aspecto que lhe é interessante e particular, estas são guardadas em suas memórias; já a outra, seria como membro participante do grupo que contribuiu para relembrar as lembranças impessoais, que participou com os demais membros, na medida que também são interessantes ao grupo e são lembradas no coletivo (HALBWACHS, 2003).

As duas memórias citadas estão diretamente relacionadas. A memória considerada pessoal e individual não são ideias e sentimentos do sujeito isolado, mesmo estando intimamente relacionadas à pessoa, as lembranças são constituídas no interior de um contexto de mais indivíduos por meio das relações sociais, convivemos desde a infância em vários

grupos, ou seja, são referências de memórias pessoais. Pollack, menciona que (1989, p.201) “*a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, pois classifica inicialmente como um dos elementos constituídos da memória. Já a percepção do autor Halbwachs (1990, p.16), esclarece que toda lembrança do indivíduo é memória coletiva “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. Sendo assim, por mais que a memória seja pessoal, ela sempre estará interligada ao coletivo, pois se apoia nas demais memórias promovidas pelas relações dos indivíduos, as lembranças sempre estarão acompanhadas de sentimentos compartilhados construídos no coletivo.

De acordo com Halbwachs, (1990, p. 54), “por memória histórica, entendemos a sequência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança”, é compreendida pela sucessão de acontecimentos marcantes na memória coletiva, que dão sentido e significado à história. Para Peter Burker (2000, p.70), os indivíduos identificam-se com os acontecimentos políticos e sociais que são relevantes para o seu grupo: “Lembram muito que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado”. A memória histórica representa à história a reconstituição do passado de forma organizada, constituindo a síntese de acontecimentos, estão definidas datas e lembranças que fazem parte da história geral de nossas vidas. Halbwachs (1990) e Burker (2000) reforçam a importância do conhecimento histórico para uma maior compreensão das identidades individuais e coletivas.

“Em memória e história,” Nora (1990, p. 9) menciona oposições sobre conceitos, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”, ela se modifica através dos grupos, é construída socialmente, possuem sentimentos e valores relacionados, as memórias são compreendidas como a identidade e continuidade do grupo. Sobre a história Nora menciona que “a história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”, ela não se modifica ela é uma história universal a todos. Halbwachs (2006, p.124), salienta que existe alguns aspectos que dão apoio à memória. Distingue que o tempo e o espaço são os “localizadores” das memórias pessoais, visto que, “quando nos lembramos, há um contexto de dados temporais a que está lembrança está ligada de alguma forma”. Para o autor estes elementos são fundamentais para



proporcionar pontos de ancoragem no espaço considerando o lugar, e no tempo o período em que ocorreram os fatos, provocando o surgimento da lembrança.

Tomando como referência as perspectivas dos autores Halbwachs e Nora, há distinção das diferenças e semelhanças entre memória e história. A história tem objetivo de produção de um conhecimento racional, com análise criteriosa dos acontecimentos do passado. A memória também produz um passado, porém sua construção está embasada em experiências e emoções.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história promoveu aceitação da utilização dos testemunhos, ou seja, a oralidade. A história oral ao estabelecer a utilização de vínculos da memória, configura-se como fonte oral, a memória se torna história por meio de construções que se dão com a coleta de representações individuais e coletivas pela história oral. De acordo com Pollak ( 1989, p.207 ) “ a coleta de representações por meio de história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa” no estudo da historiografia.

A história oral é uma história contada através do tempo presente, que provoca a assimilação do passado como algo que tem continuidade nos dias atuais, considerando que o processo histórico sempre estará em construção. As narrativas constituem a história oral, com a interpretação das memórias e experiências retidas, com olhares que permeiam em tempos heterogêneos, as Memórias e as Histórias estão em construção e reconstrução da história.

Paul Thopsom (2000, p. 9) considera de maneira mais ampla que o entendimento do conceito por história oral, envolve vários elementos, considerando que é um método interdisciplinar onde os modos de pesquisa podem ser modificados, não é um processo de regras fixas ou disciplina isolada, destacando que é necessária “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Compreende-se assim, que a história oral não é um método único, é uma interpretação que articula vários elementos considerados em conjunto.

Para os autores Meihy e Holanda (2007) entendem que as concepções e as definições de história oral, é como um meio de pensar a sociedade contemporânea. Considerando as entrevistas gravadas, as apreensões de vidas social registradas de modo a se instituir fontes e documentos compartilhados, no entanto, necessitam considerar a partir de sua origem. Ainda de acordo com autores, para constituir o que se convencionou como fonte oral, o ponto de partida das entrevistas com apreensão de narrativas, deve-se considerar que os métodos

utilizados são realizados no presente, com gravações, e incluem demonstrações orais emitidas com intenção de associar ideias dirigidas a documentar ou explicar fatos de interesses conforme estrutura em projetos de pesquisas.

Com objetivo de construir uma narrativa histórica sobre o nascimento e desenvolvimento do polo de confecções de roupas de Goiânia, situado na Avenida Bernardo Sayão. Utilizou-se como fonte a história oral, para melhor compreensão de como surgiu o polo de roupas de confecções na cidade de Goiânia, buscando estabelecer pontos de ancoragem com as histórias de vida, narrativas de lugar e imagens, que estabelecem vínculos com a construção da história de desenvolvimento da nova capital do Estado de Goiás desde 1933.

A construção da história do surgimento do polo comercial na cidade de Goiânia, foi reconhecida através de espaços e lugares de memórias, representados através de experiências vividas narrados por pessoas antigas que possuem identidade coletiva com a história local. Pesavento (2008) destaca que estas identidades são construídas através de sensações de pertencimento do local, onde são baseadas em histórias de vida, que produzem fontes através de dados reais, identificados com o reconhecimento de traços, costumes e maneiras de práticas que descrevem o passado, como lugares de memória.

### **3. A Dissertação**

No que se refere à estrutura desta dissertação, apresenta-se em três capítulos, além dos resultados e considerações finais. O primeiro traz como título: “História de uma Cidade Planejada - Goiânia”, e procura oferecer informações sobre a História da Ocupação da nova capital, bem como se constitui o processo de expansão de sua população, justificando os deslocamentos de sua população e seus reflexos na economia local. Objetiva-se explorar a identificação da formação dos polos marginalizados que foram se instalando nos limites da cidade.

O segundo capítulo chamado de Memória e Comércio: Histórias de Transformação de um bairro, busca-se a reconstrução histórica através do uso de narrativas que permitem descrever a formação e consolidação do comércio do bairro, assim como a sua segmentação até os dias atuais. Sua história de desenvolvimento está ancorada como parte da história de Goiânia.



O terceiro e último capítulo intitulado “O Setor de Confeções em Goiás e em Goiânia”, salienta a origem e o desenvolvimento desse setor, associadas às práticas produtivas onde os produtos eram produzidos em pequenas fabriquetas nos fundos de quintais, de forma precária. E o crescimento do comércio das roupas fabricadas na região, que se desenvolve diante de um contexto de economia informal, que se justifica com a história do surgimento e o desenvolvimento da Feira Hippie. Além do mais, a história do surgimento do polo comercial de roupas localizado na Avenida Bernardo Sayão, bem como o seu processo de consolidação na década de 1980.

## **CAPÍTULO 1- HISTÓRIA DE UMA CIDADE PLANEJADA: GOIÂNIA**

O primeiro capítulo traçamos uma visão sobre a História de Goiânia, enquanto Cidade Planejada. Para compreensão da formação histórica do polo comercial de roupas em Goiânia, busca-se estabelecer uma relação dos fatos históricos, os agentes envolvidos no processo de formação do espaço urbano da nova capital, e a escolha da concepção urbanística dos planos de urbanização (no período de 1932 a 1935) de Attilio Corrêa Lima no projeto original e posteriormente as modificações realizadas no traçado de Goiânia pela empresa contratada a Coimbra Bueno & Cia Ltda.. Assim, aborda-se como foi o seu planejamento, o processo do desligamento do Urbanista Corrêa Lima do projeto de construção da nova capital, e as principais interferências e modificações que foram introduzidas em seu plano original realizadas pelos Coimbra Bueno atendendo a interesses privados.

Busca-se oferecer um panorama de como ocorreu a ocupação da nova capital, bem como se constituiu o processo de expansão de seus habitantes, justificando a migração de sua população e seus reflexos, que condicionaram a formação do espaço urbano de Goiânia, e o estabelecimento de áreas comerciais na região de Campinas, e em novos bairros de Goiânia, como o setor Centro-Oeste. Investigou-se como essas alterações influenciaram na reprodução e desenvolvimento de áreas comerciais nos setores, já previstos no plano de edificação de Goiânia, e áreas que foram surgindo através de ocupações irregulares em proximidade com o centro comercial de Campinas - a cidade, que possuía um comércio já estabelecido no início da construção de Goiânia, que oportunizaram historicamente o crescimento e o desenvolvimento do emprego da força de trabalho das atividades do ramo confeccionista.

### **1.1 O Planejamento de Uma Cidade Goiânia**

Goiânia foi planejada e construída diante de um contexto delineado pela pós-revolução de 1930, “a ideia de ruptura com o passado e a de progresso se mesclam na representação da modernidade, no Brasil, e em Goiás especificamente” (CHAUL, 1997, p.154). A construção da nova capital do estado de Goiás, Goiânia, representava uma revolução na década de 1930 promovida por Getúlio Vargas. A ideia da construção de uma capital moderna situada em pleno sertão do Brasil central, na época soaria como uma “loucura, mas para o governo federal constituído o significado era estratégico, pois apontava para a direção da fronteira a ser explorada, uma enorme porção do território pronta para ser incorporado ao sistema capitalista periférico que o grupo varguista tentava articular” (VIEIRA, 2011, p.5).

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas determinou como um dos seus planos de governo, a promoção, a integração e o desenvolvimento nacional, incentivado:

pela necessidade de se fazer coincidir as fronteiras políticas e econômicas brasileiras, superando a fragmentação do território marcado por uma região metropolitana, faixa agente e sujeito da economia nacional, e zonas coloniais, servindo como mercado de consumo de manufaturas em troca de matérias primas ou produtos extrativos (VARGAS, 1939, p.163 apud MOTA, 2004 ).

O interventor Pedro Ludovico Teixeira<sup>10</sup> foi designado por Getúlio Vargas para ocupar o cargo de presidente do estado de Goiás. No período de 1917 a 1930, Goiás era governado pela tradicional oligarquia Caiado que, conforme Diniz, “não realizou durante seu governo a integração de Goiás com o restante do País, nem desenvolveu políticas sociais para a maioria da população” (DINIZ, 2007, p.23). Ainda de acordo com a autora, o presidente do Estado, Antônio Ramos Caiado (1917-1930), em seu governo favoreceu somente os ricos proprietários de terra da região, e os grandes criadores de gado.

A decisão da construção de Goiânia representou a materialização de uma ideia desenvolvimentista da elite goiana, que enxergava “na mudança da sede do governo, de Goiás Velho para a futura capital, uma ruptura com as estruturas oligárquicas e o fim dos problemas relacionados a localização geográfica da antiga capital” (MONTEIRO, 1938, p.38). A cidade de Goiás, já não conseguia atender as outras demandas de localidades do Estado, dada a dificuldade de locomoção de estradas e a comunicação ineficiente.

O decreto nº 2737, de 20 de dezembro de 1932, marcou os passos iniciais para validação da mudança efetiva da nova capital. Sendo assim, foi designada uma comissão nomeada por Pedro Ludovico, para seleção e escolha de qual seria o local mais adequado para edificar a nova capital.

No dia 03 de Janeiro de 1933, a comissão se reuniu para definir os locais a serem estudados. Segundo Chaul (2009), a escolha do local foi definida na reunião mediante disputas, pressões políticas e preferências individuais por determinadas cidades, entretanto, a comissão definiu-se por uma região que possuía muita água no local, bom clima, topografia apropriada e que estivesse em proximidade com a estrada de ferro. Optou-se por escolher

---

<sup>10</sup> Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e bacharelou-se em Medicina. Retornou a Goiás em março de 1916, fixando residência em Bela Vista, onde começou a clinicar. Em 1917 mudou-se para Rio Verde (GO) e no ano seguinte casou com Gercina Borges Teixeira. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

Campinas, e a escolha foi corroborada por um conceituado técnico com formação no exterior, Armando Augusto de Godói<sup>11</sup>.

Em 1933, Pedro Ludovico Teixeira encaminhou um relatório para Getúlio Vargas, justificando os motivos para mudar a capital de Goiás. Em seu relatório, o interventor evidenciou uma mensagem já apresentada em 1891 pelo presidente Rodolfo Gustavo da Paixão à Assembleia Estadual, em que mencionava os problemas sanitários da cidade de Vila Boa, enfatizados como “piores”, agravando a cada dia por sua localização física entre montanhas, impedindo a ventilação contando com temperaturas excessivas. Também salientou a carência da aquisição de água potável que atendesse a demanda da região na cidade de Vila Boa, denunciando a falta de um sistema de esgoto apropriado ao tipo de solo local, promovendo assim a transmissão de várias doenças (DINIZ, 2007).

O planejamento da construção da nova Capital, contou com a força dominante do Estado com a decisão da composição da formação do espaço urbano de Goiânia. Para Oliveira (2005, p.6) “o planejamento, a organização, a disposição de recursos e as construções foram exercidos pelo Estado, que dispôs de serviços de empresas particulares atuando sob seu controle”. O plano da construção para a nova capital de Goiás, Goiânia foi confiado pelo interventor federal do Estado Pedro Ludovico Teixeira, à Attilio Corrêa Lima por meio de um convite realizado pelo próprio governador em 1932, naquele período o arquiteto seria um dos profissionais mais requisitados para elaboração do plano da nova capital, visto que detinha experiências em questões de urbanismo, contando com curso na Universidade de Paris (ACKEL, 2007).

## **1.2 Attilio Corrêa e o Planejamento de Goiânia**

Attilio Corrêa Lima nasceu em Roma no ano de 1901. Com 18 anos matriculou-se como “aluno livre” da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). No ano 1920, iniciava o curso de arquitetura, diplomando-se com o título de engenheiro-arquiteto por essa instituição em 1925 (DINIZ, 2007).

A atuação profissional de Attilio como arquiteto e urbanista ocorre em um período em que a geração modernista se encontra em total desenvolvimento, com validações e

---

<sup>11</sup> Armando Augusto de Godói, nasceu em 3 de abril de 1876 e faleceu em 11 de agosto de 1944. Concluiu o curso de engenharia em 1902. Foi professor no Colégio Militar, autor de vários artigos nas principais revistas e jornais do país e funcionário público na área de engenharia e urbanismo. Foi um dos responsáveis pela vinda de Alfred Agache, urbanista francês, ao Rio de Janeiro para elaborar um plano de extensão para a cidade (DAHER, 2009, p.77).

experimentos de todas as ordens pelo mundo. “O modernismo na arquitetura foi a resposta, no ambiente construído, ao programa político e econômico da modernidade, que prometia à humanidade, a liberdade dos indivíduos das antigas amarras feudais” (VIEIRA, 2011 p.53).

Attilio seguiu a metodologia da escola francesa ao traçar o plano da nova capital do Estado de Goiás. Para justificar a escolha do traçado urbanístico, o mesmo destaca que adotou como premissas as questões de ordem histórica, social, econômica, e política de Goiás. De acordo com o urbanista Attilio, Goiás, naquele período ainda “vivia sob uma economia de subsistência em pleno séc. XX, sob a lembrança do período de mineração do ouro, durante a colonização portuguesa. Ele afirmava que a Revolução de 1930 colocara o país e Goiás em sintonia com o mundo contemporâneo” (DAHER, 2009, p. 86).

Contradizendo a “história oficial”, Diniz (2015) apresenta evidências através de suas pesquisas onde obteve acesso ao acervo da família Corrêa Lima, que os estudos realizados para a escolha do local da nova capital do Estado de Goiás, foram realizados por Attilio e sua equipe em 1932, antes mesmo da finalização do relatório da comissão técnica de 1933. A autora destaca que Attilio realizou os primeiros estudos da cidade, próximo a Campinas, conforme demonstra em suas pesquisas, comprovado por meio de foto, o lugar escolhido para fixar a nova capital.



Figura 03-Attilio Corrêa Lima fixando o lugar da nova capital.

Fonte: Acervo da família Corrêa Lima. Foto: Lúcio Malagoni Cardoso. In DINIZ. 2015, p. 102.

Na concepção urbanística de Attilio, Goiânia foi planejada para ser uma cidade funcional. Setorizou a cidade em cinco grandes zonas: a parte Administrativa, localizada em torno da Praça Cívica, à área comercial definindo as Avenidas Pedro Ludovico (atual Av. Goiás), Avenida Araguaia e Avenida Tocantins, área industrial, situaria nas quadra abaixo da

Avenida Paranaíba, área residencial, na região leste e oeste, já residencial suburbana na região Sul e na Zona Rural. (DINIZ, 2015).

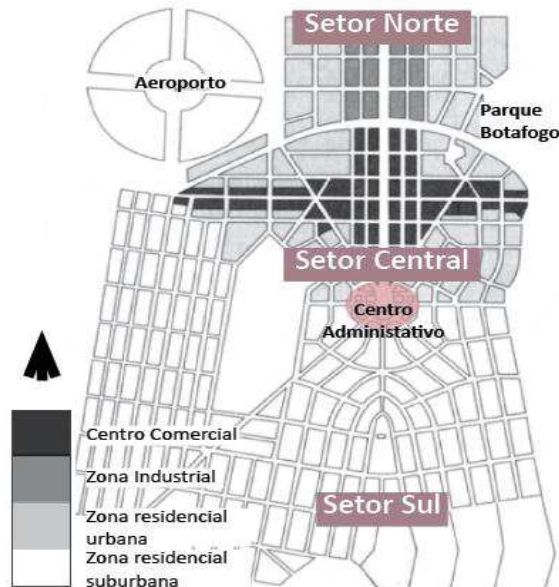


Figura 04- Zoneamento do Plano de Atílio Corrêa Lima  
 Fonte: Fonte: Ackel, 2007 in: CAIXETA; ENOKIBARA, 2007, p.126.

A edificação de Goiânia foi concebida no mesmo ano que resultou na Carta de Atenas<sup>12</sup>, em 1933. Atílio revelou em seu plano grande influência das diretrizes desse movimento modernista da Arquitetura e Urbanismo. A Carta de Atenas “pregava que os centros urbanos deveriam ser divididos por zonas específicas para diferentes atividades. Goiânia foi pensada para ter quatro zonas principais: a administrativa (região da Praça Cívica); a comercial (no centro); a residencial (bairros adjacentes); e a industrial (perto do Rio Meia Ponte)” (O POPULAR, 2017).

O projeto de Goiânia possuía dois centros distintos: o centro administrativo e o centro comercial. O centro administrativo foi concebido no cruzamento das suas três principais avenidas. Com suas caixas extremamente largas e amplamente arborizadas, o que não era usual na época, elas apresentavam tratamento de avenida-parque. A intenção clara e assumida do arquiteto era buscar o “efeito monumental” do “princípio clássico” adotado em Versalhes, Karlsruhe e Washington (RIBEIRO, 2004, p.59).

<sup>12</sup> Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. O evento, que teve como tema a "cidade funcional", discutiu aspectos da arquitetura contemporânea.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta\\_de\\_Atenas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_de_Atenas)

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>



O centro comercial foi designado como a área central da cidade, onde haveria a sua volta o comércio, com construções mais densas, dispendo de uma rede de ruas e avenidas com largueza suficiente para atender ao tráfego por várias décadas, e com a alternativa de alargamento das áreas, caso se mostrasse necessário. Todas as quadras da zona comercial, dispõem de acessos as áreas públicas para o utilização do comércio, podendo realizar descarga de mercadorias, sem interrupção no tráfego local (MONTEIRO, 1938).

Conforme figura 04, de acordo com estudos realizados pela autora Diniz (2007, p. 132), “as quadras 3 e 4 da zona comercial projetada por Corrêa Lima, detalhado os pátios internos para estacionamento de veículos, carga e descarga de mercadorias e para coleta do lixo, sem interferências no tráfego das avenidas”. Percebe-se que em conformidade com Plano Diretor, Attilio projetou grandes avenidas, como Av. Pedro Ludovico (atual Av. Goiás), já idealizando o desenvolvimento comercial da cidade, delineando o tamanho de avenidas com grandes espaços, com expectativas de atender a um grande fluxo de veículos que circulariam nas áreas comerciais.

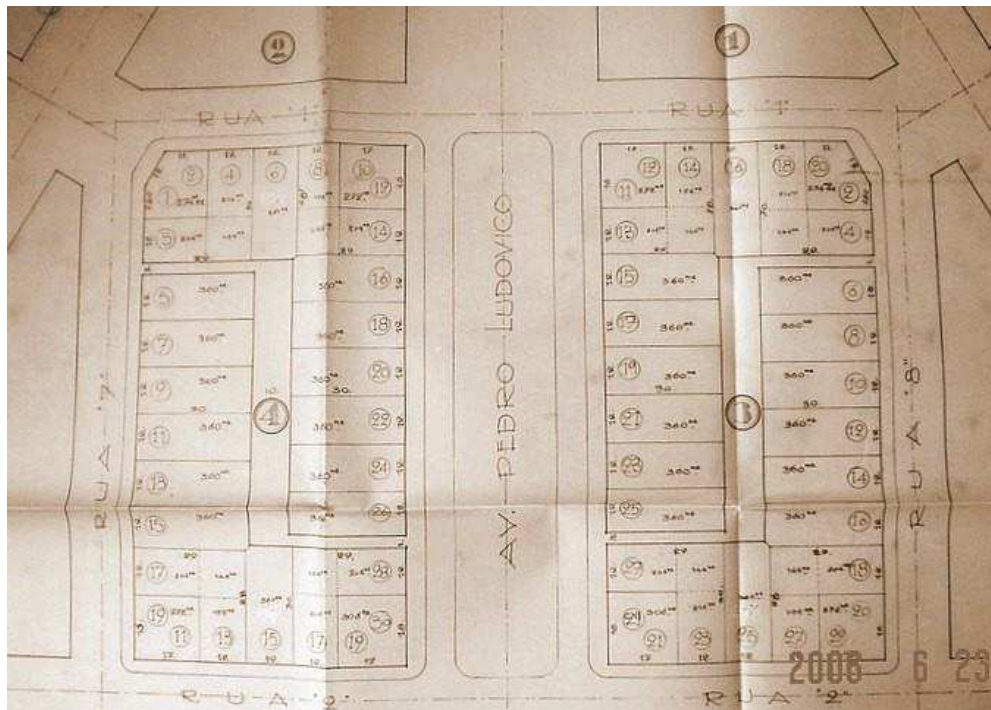


Figura 05 – Quadras 3 e 4 da zona Comercial Áreas interna para carga e descarga e estacionamentos. Fonte: Acervo Corrêa Lima in DINIZ, 2007, p. 132.

É importante salientar que este centro comercial, ficava situado ao norte do centro administrativo, ao longo da Avenida Pedro Ludovico, “no cruzamento com o eixo transversal,

com características de passagem, ligando a nova cidade ao núcleo inicial, Campinas, que já tinha características comercial bem definida” (RIBEIRO, 2004, p. 60 [sic]).

De acordo com o planejamento de Attilio Corrêa, é possível identificar que o arquiteto demonstrou grande interesse e importância ao preservar a pequena cidade de Campinas, nas proximidades do sítio escolhido, pois enxergava que Campinas não seria um empecilho ao desenvolvimento da nova cidade, visto que a considerava como elemento importante que viesse a contribuir no futuro com crescimento da nova capital. Attilio transformou o acesso da velha estrada a outros pequenos arraiais no entorno, com destaque à Avenida Anhanguera, que na década de 1940 assumiu grande importância na ordenação do tráfego e vias da nova capital. Na proposta de Attilio, a Avenida Anhanguera receberia um parque linear no cruzamento do eixo norte-sul, onde se estabeleceria o comércio e o trânsito seria intenso (VIEIRA, 2011).

Conforme proposta de Attilio, a zona comercial “pela Avenida Anhanguera, vai contribuir para o surgimento de novos edifícios e galpões comerciais nesse trecho. Essa avenida, por muito tempo, foi a única que fez ligação direta com Campinas” (GODINHO, 2018, p.44).

A zona industrial teria sua localização na parte mais baixa da cidade, onde haveria a necessidade de se ocupar grandes espaços com a indústria, com a adequação futura em proximidade com a construção da estrada de ferro, obtendo maior acessibilidade com suas triagens, desvios onde o acesso é natural (NASCIMENTO, 1938). Attilio previa que com o desenvolvimento de Goiânia, a localização ideal para o setor industrial seria situada ao longo da estrada de ferro.

A zona residencial conforme Diniz (2015), Attilio definiu que seria em proximidade com as áreas verdes da cidade, considerando uma das premissas estabelecida na Carta de Atenas (1933) para as cidades modernas funcionais:

[...] A zona residencial foi instalada em regiões próximas às áreas de matas, cerradão e veredas, proporcionando tranquilidade e conforto ambiental, além da facilidade de acesso aos bairros tanto "suburbanos" - Setores Sul e Oeste - como "urbanos" - Setor Central - pelas avenidas parques (Alamedas 115, das Rosas, dos Buritis, do Botafogo e Av. Oeste). Campinas foi planejada como cidade-satélite (LIMA, 1935 apud DINIZ, 2015, p.111).

Attilio não chegou a concluir a implantação integral da nova capital, pois rompeu antes o contrato com o governo de Goiás. Na transição da condução dos trabalhos, Attilio foi substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godoy, que deu sequência ao plano, porém



optou seguir com a implantação do plano com o modelo das cidades-jardim inglesas (DAHER, 2009).

Na história oficial, conforme Vieira (2011) não foram divulgados os motivos que determinaram o rompimento entre o arquiteto Attilio Corrêa Lima e o governo do Estado de Goiás. O autor destaca em uma entrevista concedida por Corrêa Lima, onde o mesmo apresenta alguns indícios de uma explicação para o seu desligamento das obras para da nova capital:

Inúmeras foram as dificuldades que tivemos de vencer, os recursos financeiros eram ínfimos e os métodos de construção ainda primitivos. (...) Foi tremenda, a luta (...). Em pleno sertão devíamos construir uma cidade. Três fatores deveríamos enfrentar: a dificuldade de obter material – ainda inexplorado na ocasião; o problema da mão de obra – deficiente, não adaptada aos métodos modernos de construir – e, finalmente, os transportes para o material vindo de fora. E como se não bastassem as dificuldades acima descritas, tivemos a luta política desencadeada pela oposição durante o período da propaganda eleitoral e a luta subterrânea de resistência passiva movida pelos interesses prejudicados na mudança do centro vital do Estado (LIMA, 1942: 50 apud VIERA, 2011, p. 60).

Após o desligamento de Attilio Corrêa Lima em abril de 1935, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, proprietários da Coimbra Bueno & Cia Ltda., assumiram o plano de execução de obras da nova capital.

### **1.3 Os Coimbra Bueno e as modificações do Plano de Goiânia**

Os irmãos Coimbra Bueno eram o Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, “naturais da cidade de Rio Verde, região sudeste do Estado de Goiás, filhos do coronel Orozimbo Souza Bueno e de Umbelina Coimbra Bueno, nascidos no início dos anos de 1900” (DINIZ, 2007, p. 184). É importante ressaltar que os irmãos Coimbra Bueno, eram sobrinhos, de D. Gercina, esposa do interventor do Estado Pedro Ludovico, com quem conservaram uma relação pessoal e comercial bem próxima (DINIZ, 2007).

A chegada dos irmãos Coimbra Bueno em Goiás foi antes mesmo da partida definitiva de Attilio Corrêa Lima do Estado. Os irmãos Coimbra Bueno vieram do Rio de Janeiro, recém formados eram sócios da empreiteira Coimbra & Pena Chaves Ltda, que executaram os serviços de construção da sede dos Correios e Telégrafos, contratados a partir de 5 de abril de 1935. Os irmãos Coimbra Bueno enxergaram no processo político e econômico provocado

pelo movimento da Marcha para o Oeste <sup>13</sup>, uma grande expectativa de enriquecimento rápido naquele período, sendo assim, não mediram esforços para conseguir tal feito (RIBEIRO, 2004).

No início do ano de 1936, os irmãos Coimbra e Bueno utilizando suas influências ao interventor, solicitaram a contratação de outro urbanista após a saída de Attilio. Armando Augusto de Godoy, foi contratado para validar o plano em execução de Corrêa Lima e dar continuidade nos trabalhos de execução da nova capital. Os estudos do projeto inicial de Attilio, foram realizados por Godoy no Rio de Janeiro, e aprovados pelos Coimbra Bueno. Não obstante, apresentavam conceitos opostos as referências urbanísticas de Attilio Corrêa, no entanto, as estruturas iniciais implantadas dos setores urbanos (Norte e Central) foram mantidas (RIBEIRO, 2004; MOTA 2004).

A remuneração definida pela prestação de serviços à empresa Coimbra e Bueno, caracterizava favorecimento econômico aos irmãos Coimbra e Bueno no início do processo de construção de Goiânia, onde já indica a articulação do início do processo de apropriação das terras urbanas na nova capital (MOTA, 2004). Os valores pagos a empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda., representavam 12% da quantia de obras concluídas, nas condições em que havia o recebimento de 7% em dinheiro e 5% em terrenos na nova capital. “Estes terrenos só seriam entregues após a finalização das obras, mas os proprietários da empresa poderiam, antes, reservar os lotes que fossem do seu interesse e, caso estes ultrapassassem o valor pré-determinado, deveriam comprá-los do Estado” (Monteiro, 1938: 148-151 apud MOTA, 2004 p. 30).

Godoy ao assumir os serviços do engenheiro-urbanista de Goiânia, iniciou uma revisão completa dos projetos elaborados por Attilio, porém a sua grande modificação sucedeu-se no Setor Sul, que no período não havia sido implantado (ACKEL, 2007, p.148).

Segundo Diniz (2007, p.199), a implantação de bairro-jardim no Setor Sul, foi a maior intervenção realizada pelos Coimbra Bueno no traçado original de Attilio C. Lima. Autora ainda salienta que as modificações realizadas determinam “uma “tragédia” no dia-a-dia dos habitantes, no que se refere ao deslocamento, identificação dos lugares e endereços. Uma certa lógica urbana, que se espera de uma cidade planejada, foi simplesmente desprezada pelos engenheiros”. O Setor Sul foi pensado como bairro jardim, porém os

---

<sup>13</sup> Marcha para o Oeste era um programa governamental que buscava o avanço capitalista para o interior do País, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico. Como movimento civilizador, deixou uma herança agrária e urbana que permeia todo o processo sociocultural da capital e fundamenta a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade e de construir, com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a modernidade. (MANSO, 2001, p. 34).

responsáveis pela drástica alteração desconsideravam os princípios de cidade jardim, onde a obtenção de seu êxito contariam com questões relacionadas as práticas sociais e culturais.

Outra grande modificação realizada por Godoy, foi a redução do centro comercial projetado no plano original de Corrêa Lima, o que vai influenciar definitivamente no surgimento do polo de confecções em Goiânia.

Diniz (2007) salienta que de acordo com o decreto n.º 2148, de 7.8.37, baixado pelo Governo do Estado, publicado no Correio Oficial em 1937, as alterações modificando o traçado original das Zonas Comerciais, atendiam recomendações do engenheiro Superintendente Geral das Obras de Goiânia Aberlado Coimbra Bueno. Abaixo segue justificativas utilizada para redução dos lotes comerciais, com aumento de 535 lotes residenciais na região central:

(...) zona comercial muito extensa traria, como consequência, um número demasiado de estabelecimentos comerciais para a população prevista para a cidade, aumentando assim demasiadamente as ‘ofertas’ em relação às ‘procuras’. Daí, um desequilíbrio da lei de ‘oferta e procura’, funesta para o comércio e para a cidade, por que resultaria na existência de um grande número de pequenas casas, com deficiente movimento de vendas (...). Isto manteria em situação econômica precária grande número de habitantes da zona urbana, que poderia dedicar-se a outros ramos de atividade (...). Se nos lembrarmos da tendência que atualmente se verifica, de fuga das populações agrícolas para as cidades, mais vivas se apresentam as razões de ser feita a limitação da zona comercial. (MONTEIRO 1979, apud DINIZ 2007, p.199).

Godoy acreditava que uma zona comercial muito grande atrapalharia no desenvolvimento da cidade, justificando que para a ocupação deste grande espaço definido como região comercial, se estabeleceria um grande número de pequenos comércios na região, alegando que “estas acabariam por ter um movimento de vendas deficiente” (VIEIRA, 2011 p.63).

Diante das mudanças efetuadas no plano original de Attilio para a Zona Comercial, percebe-se ideias totalmente opostas para o desenvolvimento comercial e industrial de Goiânia, a partir das modificações introduzidas por Godoy. Attilio idealizou a cidade de Goiânia com projeção de ser uma cidade-capital com função econômica totalmente estimulada para o comércio, ressaltando sua localização. De acordo com Diniz (2015) Attilio idealizou o futuro da nova capital, conforme escreveu em um artigo publicado para a Revista Arquitetura e Urbanismo no ano de 1937, o urbanista destaca quais seriam as funções da nova capital:

Como função econômica cabe-lhe, abrigar e estimular o alto comércio, os estabelecimentos de crédito, e as indústrias. A fixação de um lugar fácil acesso e equidistante das zonas produtoras facilitará a aquisição e a troca, forçando a concentração. Num Estado onde não existem cidades com mais de 10.000 habitantes, a criação de um centro, com seus edifícios públicos, largas avenidas e acondicionamento de todos os requisitos das cidades modernas, inspira confiança e justifica o emprego de capitais. É no apoio consubstanciado pela presença da alta administração estadual, que esta região rica se desenvolverá em progressão geométrica. O destino que a espera é o de ser o maior centro comercial do Estado, pelos recursos de que dispõe (LIMA, 1937, apud DINIZ 2015, p. 113).

O Plano Original da Cidade de Goiânia definido por Atílio, em conformidade aos preceitos do engenheiro-urbanista Armando Augusto de Godoy, foi totalmente modificado no processo de andamento dos trabalhos executados na construção da nova capital, as modificações implantadas foram definidas pelos irmãos Coimbra e Bueno os responsáveis produtores do espaço urbano. De acordo com Martins Junior (2013) a empresa construtora da nova capital, Coimbra-Bueno & Cia. Ltda., contratada pelo Estado de Goiás, “exorbitou da sua função, expressamente determinada no Plano Diretor da Cidade, aprovado pelo DL nº 90-A, de 30.7.1938<sup>14</sup>, e realizou alterações na concepção do planejamento, nas plantas e no traçado da cidade, à revelia de Godoy e de Corrêa Lima, os autores do plano” (MARTINS JÚNIOR, 2013, p. 259).

Em 1938, Mota (2004) salienta em sua pesquisa um fato importantíssimo, assinalando a um período proibido em que não estavam liberados os loteamentos privados na cidade, a empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda., conseguiu liberar o primeiro loteamento da cidade, o Setor Coimbra de propriedade dos irmãos Coimbra Bueno, não definido no plano diretor de urbanização de Goiânia.

Conforme declara Anamaria Diniz em sua dissertação de mestrado, o ideal estético e a realidade política, “há uma distância bastante significativa entre a cidade planejada, idealizada, e a cidade construída, aquela que foi possível materializar”, relacionando com as modificações realizadas pelos Coimbra e Bueno, que descaracterizaram os seus traços originais e conceitos definidos pelo urbanista (DINIZ, 2007, p. 198).

## **1.4 A Formação do Espaço Urbano e o Desenvolvimento de Zonas Comerciais em bairros de Goiânia**

### **1.4.1 A Formação do Espaço Urbano de Goiânia**

---

<sup>14</sup> Decreto-Lei, n. 90-A, de 30 de julho de 1938, foi o primeiro Plano Diretor de Urbanização de Goiânia elaborado por Armando de Godoy (ACKEL, 2007).

Diante desse contexto histórico, a formação do espaço urbano de uma cidade, é condicionada aos fatos históricos, memórias e agentes que delimitaram a reprodução deste espaço. De acordo com Souza (1994), os agentes que constituem a formação de um espaço são definidos por três tipos, os incorporadores, os construtores e os compradores, destacando que também em alguns períodos estes agentes podem estabelecer um ou mais desses papéis. Seguindo o conceito da autora, os três agentes fundamentais na produção do espaço urbano *in concreto* são:

- a) O incorporador é quem reproduz a fabricação do solo urbano, escolhe o local, fraciona os espaços, por intermédio de diversas ações técnicas com validação de projetos e registros nos órgãos competentes, e também estabelece ações comerciais com adesão de propagandas ao consumidor final.
- b) O produtor, é de fato o construtor, o responsável selecionado de acordo com exigências do incorporador.
- c) O comprador é o agente que paga pela produção, o consumidor final de extrema importância no arranjo produtivo de um comércio, composto por pessoas físicas e jurídicas, também representadas por entidades públicas e privadas.

Na edificação da nova capital o incorporador é caracterizado pelo Estado, representado pelo interventor Pedro Ludovico, sendo o responsável pela reprodução do solo urbano de Goiânia. Realizando atividades tais como: escolha do local, divisão dos espaços, validação de planos projetos, leis decretos, e também promoção de ações comerciais. Os produtores do espaço foram os profissionais Attilio, Godói e os irmãos Coimbra Bueno. Não obstante, os irmãos Coimbra Bueno também atuaram como compradores onde foram beneficiados diretamente com a reserva de espaços da nova capital.

No tópico anterior, apresentamos os construtores. Nesse tópico, buscaremos compreender como os incorporadores e compradores atuaram na consolidação dessa cidade.

Martins Junior (2013) destaca que a produção e apropriação do espaço urbano, *in concreto*, é:

a atuação de agentes que se revezam nos papéis de produção, à custa do erário, e de apropriação privada, das vantagens locacionais da urbanização, seja como “Estado-incorporador”, “Empresa-construtora”, “Estado-construtor”, e.g., como “Empresa-incorporadora”. O uso do solo se submete aos interesses da iniciativa privada, que desenha a cidade de acordo com a lógica da economia de mercado. O Poder Público cumpre o papel de agente articulador dos interesses dominantes para promover projetos privatizantes, como ocorreu com o porto de telecomunicações de Goiânia” (MARTINS JUNIOR, 2013, p.263).

Após a escolha da região onde a nova capital seria edificada, o Estado iniciou o processo de aquisição das áreas necessárias para dar início à implantação da cidade planejada conforme plano de Attilio. Baixou o Decreto nº 3.937, de 26 de outubro de 1933, que previu os atos necessários para negociações de terras situadas no perímetro demarcado para edificar a nova capital. Em consonância a este decreto, foram realizadas por meio de escrituras<sup>15</sup>compras, negociações por meio de permuta e doações de terras, onde houve doação de terras privadas ao Estado, com e/ou sem direito de posse das áreas urbanas, de acordo com escolha da região. Transações de doações de terras também envolvendo proprietários privados para o Município de Campinas, com realização de transferências futuras ao Estado, permutas de terras entre Estado e proprietários privados, e renegociações posteriores de terras já adquiridas em transações iniciais (MONTEIRO, 1938 apud MOTA, 2004, p. 29). Para a autora Mota (2004) as negociações de terras realizadas pelo Estado possuíam um único objetivo, tornar pública as áreas que compreenderiam o núcleo inicial da cidade e o entorno, situadas entre o Rio Meia Ponte e os córregos Anicuns, Palmito, Botafogo, Areão e Capim Puba.

Nascimento (2017) ressalta que a formação do patrimônio territorial de Goiânia, beneficiou muitos dos proprietários de terras que negociaram com o Estado, visto que nas doações realizadas, “doava-se apenas uma parte da gleba”, as demais glebas eram pertencentes ainda aos proprietários, que futuramente aguardavam valorização de suas glebas com benfeitorias realizadas pelo Estado. “No caso de venda, o Estado comprou o que pode e muitas áreas permaneceram mesmo dentro do plano urbanístico como áreas privadas, permitindo a valorização de imóveis privados através de investimentos públicos” (NASCIMENTO, 2017, p. 44). Esse fato, acabou beneficiando antigos e novos oligarcas, que tiveram privilégios no processo de apropriação de terras na construção da nova capital goiana. Compreendendo assim, que a nova capital acabou não se desvincilhando das velhas oligarquias existentes, elas foram renovadas com novos agentes que articularam todo o processo de formação de Goiânia.

Segundo Mota (2004) a construção de Goiânia conforme o plano da cidade planejada correspondeu ao período de 1933 a 1947. A etapa inicial foi a de elaboração do plano, edificação e consolidação do núcleo original inicial. O plano de Attilio previa duas etapas para construção do espaço urbano, primeiro a fixação de áreas para 15.000 habitantes, incluído o setor central da cidade com a implantação do Centro Cívico, área da Zona

---

<sup>15</sup> As escrituras das negociações de terras realizadas pelo Estado e os proprietários privados para constituir o patrimônio territorial de Goiânia, foram transcritas na obra de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, “Como Nasceu Goiânia”, publicada em 1938, p. 95-121.

Comercial e a Residencial, e o Setor Norte composto pela zona industrial e zona operária residencial. A segunda etapa seriam edificados mais dois setores residenciais, o Setor Sul e Oeste, fixados para receber mais 35.000 habitantes. Destaca-se que mesmo após a saída de Atílio, Godoy seguiu a ordem de implantação dos setores estabelecida no plano inicial. Não obstante, a implantação do Setor Sul, ocorreria posteriormente, de acordo com Decreto-Lei 2104, de 27 de julho de 1937, onde determinou que a implantação deste bairro, seria mediante o desenvolvimento dos Setores Central e Norte, quando já tivesse atingido uma população de 12.000 pessoas, após o período mínimo de 06 (seis) anos.

Em 1934, com objetivo de propagar e incentivar a ocupação do núcleo inicial da nova capital, o interventor federal, constituiu o departamento de propaganda e venda de terras, por meio do Decreto nº 4.739, de 20 de junho de 1934. Mediante a este decreto, as negociações para efetuar contratos de vendas dos lotes em Goiânia, deveriam obedecer a planta inicial aprovada pelo Governo. Com o propósito de “*propagar e incentivar a formação do núcleo da Nova Capital*”, para a comercialização e negociação dos lotes em Goiânia, foram definidos postos de venda no Rio de Janeiro, em São Paulo e Belo Horizonte (MONTEIRO, 1938; MOTA, 2004).

A formação do espaço urbano de Goiânia, iniciou-se após as primeiras construções da cidade em 1933. A venda dos primeiros lotes da nova capital, foram iniciadas em junho de 1934 (MOTA, 2004). “No período de outubro de 1934 a 31 de dezembro de 1935 foram vendidos 828 lotes (507 na zona residencial, 320 na zona comercial e 01 na zona industrial)” (Teixeira, 1936 apud Mota, 2004).

Após a criação do departamento de propaganda e vendas de terras na nova capital, o governo preocupado com o desenvolvimento da ocupação de Goiânia, criou vários incentivos para estimular a rápida ocupação da cidade. A autora Nascimento (2017) destaca que o Estado propôs incentivos aos funcionários públicos que se mudassem para a nova capital, com garantias de promover financiamentos imediatos de casas populares aos interessados, onde a construtora destas residências já seria contratada, para dar início às obras; garantiu aumento na remuneração dos funcionários públicos que residissem em Goiânia e o Estado também realizou a doação de lotes no Setor Operário (Norte) para funcionários públicos com a condição de começarem as construções no período de 180 dias a 2 anos. Esses incentivos favorecem inicialmente a migração de várias pessoas para a formação do núcleo inicial de Goiânia.



Com a divulgação e promoção de propagandas de lotes à venda em Goiânia em todo Brasil, o Departamento de Propaganda e Venda de Terras foi transformado no Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado, em julho de 1935, por força do Decreto nº 238. Este departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado era constituído pela Superintendência Cadastral do Estado (agente que promovia a negociação da venda de imóveis e terras urbanas no Estado) e Superintendência de Propaganda e Expansão da Economia, que realizaria a divulgação por meio de propaganda de Goiás, estimulando a ocupação do espaço urbano de Goiânia, e a criação de banco de empregos. Neste período, com grande especulação imobiliária, os valores dos lotes em Goiânia começavam a se valorizar com a alta de preços (MOTA, 2004).

Cabe ressaltar que no período em que o Estado criou vários incentivos para atrair os funcionários públicos e pessoas com alto poder aquisitivo, para mudar a nova capital, não houve nenhum incentivo para estimular a migração de pessoas de baixa renda.

No plano de Atílio Corrêa Lima, as zonas habitacionais foram definidas segundo classes sociais: zona de “Habitação A” ou “urbana”, a maior parte da área a ser urbanizada, ocupando cerca 2/3 do núcleo inicialmente planejado, localizada no centro e na parte sul da cidade; zona de “Habitação B”, “Operária” ou “Suburbana”, área restrita, ocupando menos de 1/3 deste mesmo núcleo, localizada na parte norte. Entretanto, na construção da cidade a implantação dessas zonas não garantiu o acesso das classes operárias à área urbanizada. Neste período estas classes eram formadas basicamente por operários da construção que residiam nos ranchos precários construídos pelo Estado ou auto-construídos, neste caso assumindo o caráter de “invasão”, termo utilizado em Goiânia para designar construções irregulares em terrenos invadidos, não urbanizados. Aquelas áreas planejadas para serem de habitação operária foram ocupadas pela classe média, pois os operários não tinham recursos para comprar lotes e construir casas. (MOTA, 2001 apud MOTA, 2004, p. 35).

O plano da nova capital não contemplava áreas definidas para habitação dos operários que participavam da edificação de Goiânia. Sendo assim, a constituição do espaço urbano de Goiânia, começou a ser delineado por uma população instalada em zonas definidas constantes dentro do plano da cidade planejada, e uma parcela da população situada nos limites da cidade, fora do planejamento onde crescia as invasões a partir de formação de grupos em áreas clandestinas.

Diniz (2007) destaca que a questão social não foi pensada, o urbanista Atílio traçou somente as zonas residências, determinando como zoneamento urbanas e suburbanas, “os operários que vieram de outros estados para a construção da nova capital ocuparam as áreas



ao longo dos córregos e às áreas iniciais dos acampamentos provisórios, ficando à margem da “nova sociedade moderna” que se construía” (DINIZ, 2007, p. 151). Sendo assim, os operários e suas famílias, se instalaram as margens do córrego Botafogo e suas imediações, em busca de uma oportunidade na então cidade moderna.

Pinto e Araújo (2014, p. 87) salientam que “o plano de Goiânia não se concretizou como idealizado, pois a abjeção, social e ambiental, contornou suas formas e os esquecidos, se não ignorados, também moldaram Goiânia”. O imaginário a concepção de modernidade, foi cedendo espaço a outras imagens, ao caos e à realidade em que sobreviviam as famílias dos operários.



Figura 06 - Abrigo de um trabalhador em Goiânia.  
Fonte: Seplan in DINIZ, 2007, p. 167

Esses acampamentos de obras que abrigavam os operários e suas famílias, a princípio seriam provisórios, todavia a área também começou a ser ocupada por vários migrantes que buscavam em Goiânia, novas oportunidades e melhores condições de vida. Sendo assim, o Estado que inicialmente implantou e controlou a ocupação destes acampamentos agora constituídos como “invasões” em Goiânia. O Estado rompe e começa a reprimir o que fugiu do seu controle. “Em 1938 a Diretoria Geral de Saúde sugeriu a proibição do fornecimento de energia àquela área e solicitou que a Diretoria Geral de Segurança Pública demolisse as construções não autorizadas”. (Ofícios n. 662 e 757, respectivamente) (Gonçalves, 2002 apud Mota, 2004, p. 35).

Após a aprovação do primeiro Plano Diretor de Urbanização de Goiânia, de 30 de julho de 1938, mediante o Decreto-Lei, n.º 90-A, o início das obras infraestrutura ocorreram em meados de setembro de 1940, em que na época, a população urbana já era superior a 18.000 habitantes. Não obstante, na data de lançamento da pedra fundamental em 24 de

outubro de 1933, a cidade já passava por um acelerado crescimento urbano, em 1934 tinha uma população 800 pessoas, e na época de inauguração da cidade em 1942, já compreendia um número aproximado de 20.000 habitantes (ACKEL, 2007).

No decênio de 1940, com objetivo de conter o crescimento desordenado da nova capital e diminuir especulação imobiliária existente em Goiânia. Em 1944, o interventor Pedro Ludovico assinou um decreto proibindo a aprovação de novos loteamentos urbanos dentro do prazo de cinco anos. No mesmo decreto, também havia a proibição de realizar loteamentos de chácaras na Zona Suburbana, visto que estas áreas seriam destinadas futuramente a construção de cidades-satélites, conforme previsto no plano por Godoy” (ACKEL 2007, 151).

Instituído pelo Decreto Lei nº 574, de 12 de maio de 1947, foi aprovado o primeiro Código de Edificações de Goiânia, o código contemplava as condições necessárias para expansão da cidade de Goiânia, e as legislações de zoneamento e de loteamentos. Isto condicionou pela primeira vez, a aprovação de loteamentos privados, que até então, a concessão era somente do Governo Estadual (ACKEL, 2007; MOTA, 2004).

Para Nascimento (2017), o período compreendido entre 1933 a 1947, evidenciou fortemente o total domínio em que somente o Estado exercia com a comercialização de terras na capital, sendo assim, o crescimento da cidade foi totalmente controlado no período por intervenção do Estado. Cabe ressaltar que neste período a cidade cresceu somente em duas direções, uma ao sul nas terras de posse do Estado, e uma no sentido da região oeste, nas terras em que eram dos irmãos Coimbra Bueno (NASCIMENTO, 2017).

De acordo com Palacin (1976), a construção da nova capital, a cidade de Goiânia, oportunizou a divulgação do Estado, e ao mesmo tempo, uma nova “possibilidade geográfica no mapa”, estando de acordo com a marcha para o oeste, promovida pelo governo federal. “A abertura de estradas como aconteceria mais tarde e em mais alto grau com Brasília possibilitou as comunicações internas e com o resto do país. Assim se favorecia, desde o começo, a imigração” (PALACIN, 1976, p. 102).

Ainda na metade da década de 1950, com a definição da transferência da capital federal, transcorreu-se rapidamente no período, a instalação de infraestruturas de transporte e energia, no local em que se formou o Distrito Federal. Para o desenvolvimento da nova capital federal, foi necessária uma concentração de recursos estaduais e federais, com objetivo de reunir verbas necessárias para atender os investimentos (SILVA, 2007). Sendo assim, o autor salienta que a cidade de Goiânia, situada em proximidade com Brasília:

foi se edificando dentro de um contexto histórico de formação econômica nacional, em que se evidenciaram processos que conduziram à concentração da produção industrial no Sudeste brasileiro, com destaque para São Paulo, e, posteriormente, esforços governamentais em busca da descontração, com objetivo de se reduzir as desigualdades entre as economias regionais (SILVA, 2007, p.8).

Diante deste contexto, há de se considerar que com os recursos que foram introduzidos para atender a demanda da nova capital federal Brasília, a cidade de Goiânia também passou a ter integração com território nacional, através das rodovias instaladas ligando todo país, em consonância com o plano de desenvolvido do Centro Oeste de Goiás.

Para Martins Junior (2013) a expansão urbana de Goiânia na década de 1950:

traduziu tais funções na disponibilidade de áreas para a construção urbana, no contexto da política de interiorização do Governo Federal, cujo corolário se deu com a construção de Brasília. Parte expressiva do excedente da renda produtiva do setor agropecuário foi investida na capital goiana e depois na federal, fomentando o fenômeno da especulação imobiliária, que assumiu características extremamente negativas em face da falta de autonomia do Poder Local para implementar os instrumentos de políticas urbanas (MARTINS JUNIOR, 2013, p.264).

De acordo com Mota (2004), o grande crescimento populacional em Goiânia ocorreu com a construção de Brasília, denominando como “a explosão”, entre 1950 e 1960 a cidade obteve segundo maior crescimento populacional no país, onde o número de habitantes era de 52.201 para 151.013 habitantes, crescendo 189,29% (Morais, 1991; IBGE, Censos 1950, 1960 apud Mota, 2004, p. 45).

Dessa forma, a estimativa inicial de 50.000 habitantes, conforme planejado pelo urbanista Godoy, foi ultrapassada, em 1950 sua população já era três vezes superior ao que havia sido projetado.

#### **1.4.2 Desenvolvimento de Zonas Comerciais em Bairros de Goiânia**

Simultaneamente, com o desenvolvimento das obras para a construção da nova capital, a cidade de Campinas passou por inúmeras transformações. Com a edificação de Goiânia, migraram mais pessoas de várias localidades e estados e até também de outras nacionalidades. “Hotéis, postos de gasolina, casas comerciais foram construídos para atender às novas demandas que a construção de uma nova cidade exigia” (OLIVERA 2003b, p. 14 apud Godinho, 2017, p. 48). Diante deste contexto, a paisagem da pacata cidade de Campinas, começou a ser modificada no final da década de 1930, com a instalação de estabelecimentos comerciais fundamentais para atender a demanda de serviços que crescia continuamente com

o desenvolvimento da cidade de Goiânia. Na figura abaixo 08, é evidenciado a instalação do Auto Posto Amazonas Ltda, que se situava entre a Avenida Anhanguera vindo de Goiânia, até a Rua José Hermano na cidade de Campinas.



Figura 07- Auto Posto Amazonas, Avenida Anhanguera, esquina com José Hermano. Década de 1930.  
Fonte: Acervo Hélio de Oliveira, 2017 in: GODINHO, 2018, p. 48

Com o desenvolvimento da nova capital, Campinas foi inserida ao traçado de Goiânia, e no ano de 1935, tornou um bairro de Goiânia, deixando de ser cidade-satélite de acordo com a definição do plano de Godoy. Na figura 08 apresentada abaixo, nota-se que “Campinas se encontrava adensada e com um traçado mais bem definido do que Goiânia, no ano de 1937, que começava a sua implantação. O aeroporto também era um divisor físico entre Campinas e Goiânia” (MANSO 2001 apud: GODINHO, 2018, p. 46).

Diante do desenvolvimento e crescimento da população de Goiânia, com as modificações realizadas no projeto inicial de Attilio Corrêa, Campinas também passou por inúmeras mudanças que alteraram os seus limites físicos, conforme “definiram alguns decretos e planos diretores. Em 1938, o Distrito de Goiânia é dividido em duas zonas, sendo a primeira constituída por Goiânia e a segunda por Campinas” (Campos 1985, apud Godinho, 2018, p.46).

Cabe ressaltar que as mudanças realizadas mediante as determinações de decretos e a implantação do plano diretor de Goiânia, eram realizadas pela relação entre o incorporador do Estado de Goiás e os construtores os irmãos Coimbra Bueno.

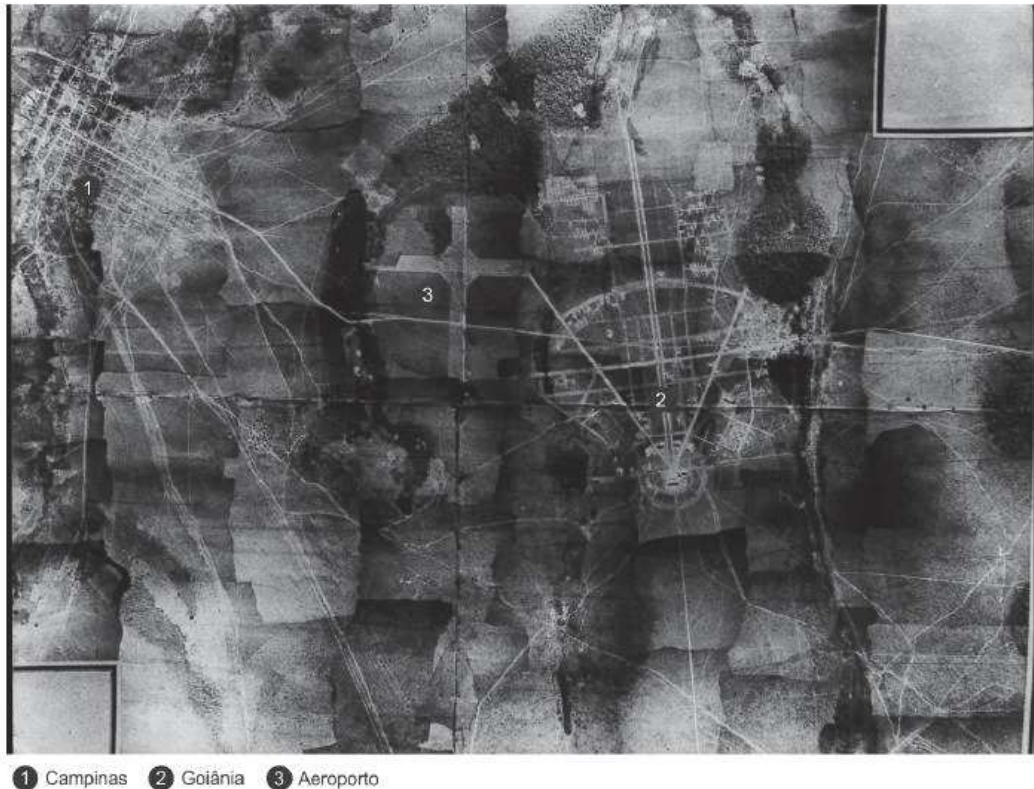


Figura 08- Campinas e Goiânia, 1937.  
 Fonte: Acervo de imagens SEPLAM, in GODINHO, 2018, p. 49

De acordo com Gonçalves (2002) (apud GODINHO, 2018, p.47) “os irmãos Coimbra Bueno estiveram à frente de muitos empreendimentos imobiliários. A Vila Coimbra, que foi incluída no Plano de Urbanização de Goiânia, foi um deles”. Este loteamento se situava em proximidade à Campinas, que na época por interesses privados, foi transformada em cidade-satélite da nova capital, visto que, no período por determinação do interventor Pedro Ludovico não haveria aprovação de novos loteamentos, pois o plano de cidade planejada já estava ameaçado com grande número da população instalada na nova capital.

Martins Junior (2013) ressalta que o loteamento da Vila Coimbra não constava no plano de urbanização de Goiânia, a Vila Coimbra foi fixada entre o Setor Central da cidade projetada e a cidade-satélite Campinas, entretanto conforme discriminados no § 1º do art. 1º do DL nº 90-A/1938, o loteamento não estava previsto em nenhum plano:

Art. 1º Ficam determinadas no local escolhido para a construção de Goiânia as áreas urbanas e suburbanas da nova capital.  
 §1º A área urbana de Goiânia abrangerá os setores: Central, Norte, Sul, Oeste, Satélite Campinas e as áreas destinadas ao Aeroporto, Parque dos Buritis, do Capim Puba, dos Bandeirantes e Zoológico e Hipódromo (ALVARES, 1942, apud Martins Junior, 2013, p. 261).



Godinho (2018) salienta que o loteamento da Vila Coimbra só foi aprovado mediante as pressões realizadas pelos irmãos Coimbra e Bueno ao interventor, e a manobra que definiram a Vila Coimbra como bairro de Campinas, que na época era uma cidade-satélite de Goiânia. Após este período, Pedro Ludovico rompeu o contrato com a Construtora empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda. Todavia, a implantação da Vila Coimbra se deu a partir de 1947, período em que Jerônimo Coimbra Bueno esteve no governo, e em 1951 a Vila Coimbra encontrava-se totalmente habitada.

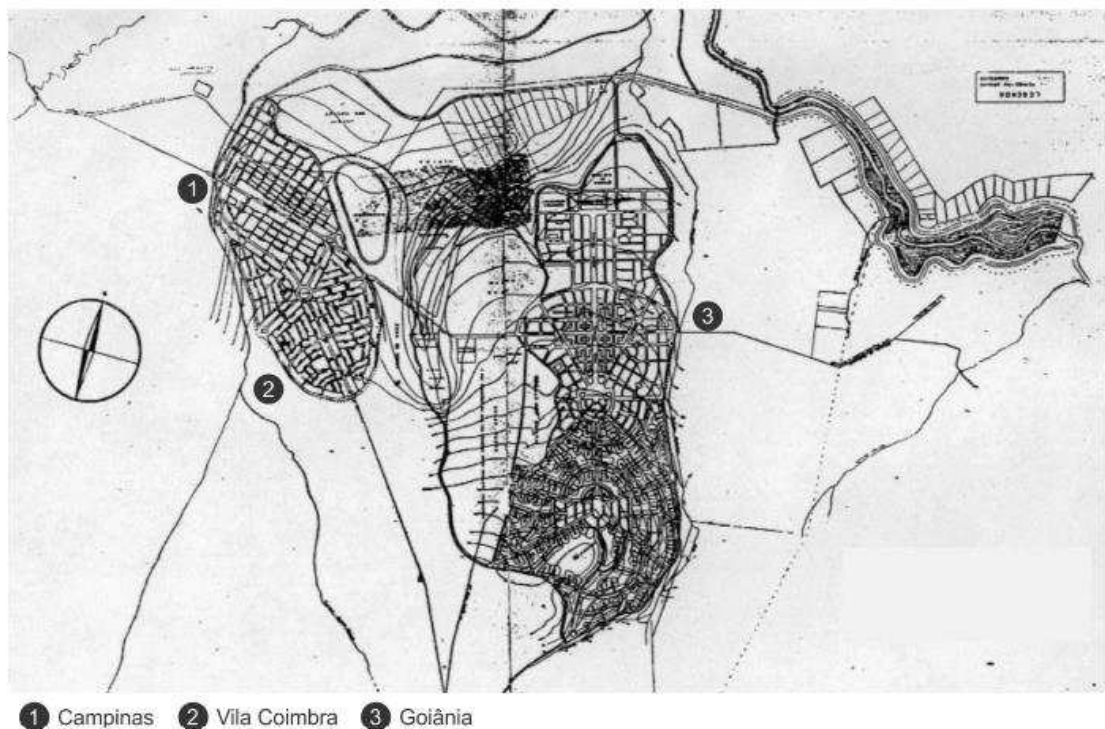


Figura 09- Plano de Urbanização de Goiânia, 30 de julho de 1938.  
Fonte: Acervo de imagens SEPLAM in GODINHO, 2018, p. 47.

Conforme estampada notícia do jornal O Popular de 19 de julho de 1943, já anunciava um novo loteamento que era chamado de “Setor Campinas de Goiânia”, ou Vila Coimbra, dando os primeiros indícios com informações iniciais, de que Campinas seria futuramente um novo bairro da nova Capital:

A exemplo do que aconteceu com os terrenos de outros setores em Goiânia, é de se presumir, sem nenhum receio de exagero ou otimismo, que a venda de lotes no Setor Campinas de Goiânia os suplante em êxito, não só por constituir uma operação fácil de aquisição como também pela situação privilegiada daquela zona que é um estímulo a emprego de capital. Não é necessário alinhar números nem fazer gráficos para demonstrar que a economia de V. S. é alcançada de maneira mais dura exatamente com a despesa com a habitação. Foi assim no passado como o é hoje, no

presente. E no futuro? Garanta-o adquirindo um dos excelentes lotes no "SETOR CAMPINAS DE GOIÂNIA", assegurando assim a tranquilidade de sua família [...].(O Popular de 19 de julho de 1943 apud Godinho 2018, p. 48)

Na época da construção da nova capital, Campinas já possuía um comércio bem estabelecido em sua região, todavia com o crescimento de Goiânia, o comércio crescia cada vez mais, e rapidamente com a edificação da capital, foram surgindo novas oportunidades de trabalho também na região, com aberturas de novos estabelecimentos comerciais para atender uma demanda de serviços existentes a população de Campinas, e principalmente da nova capital que se desenvolvia.

Nesse sentido, conforme demonstrou-se a cidade de Goiânia cresceu manipulada através do total controle do Poder Público. O plano de cidade planejada não resistiu a várias intervenções realizadas à pressões de interesses privados, “o que contribuiu para que a constituição do espaço urbano de Goiânia fosse palco de um poder político autoritário, segregador, e de uma estrutura fundiária que tampouco possuía ideal social” (MELO, 2015, p. 1). A Vila Coimbra no final da década de 1940, rapidamente foi ocupada, conforme demonstra da figura 09, sua localização era privilegiada, visto que foi instalada ao lado de Campinas, uma região em que já havia um comércio pulsante com vários estabelecimentos, e também estava próxima ao Centro de Goiânia, as Zonas Comerciais e residências. Os irmãos Coimbra Bueno não pouparam esforços para valorizar rapidamente suas áreas que foram selecionadas, ainda no início da construção de Goiânia, realizavam divulgações por meio de anúncios divulgando os seus loteamentos.

Ainda neste período, com o desenvolvimento dos loteamentos e o aumento populacional na nova Capital, as pessoas que buscavam em Goiânia novas oportunidades de trabalhos e melhores garantias, ficaram à mercê de uma política que não contemplava os menos favorecidos, várias Vilas foram se formando entre Campinas e bairros de Goiânia que já estavam no plano urbanístico. “A partir de então, o sistema de “invasão” passou a ser a solução para a população que buscava trabalho, moradia e melhores condições de vida na nova capital, mas que não tinham condições de adquiri-las por meio de compra” (MELO 2015, p. 4).

Gonçalves (2002 apud GODINHO 2018, p. 48), descreve como se formou uma das Vila ainda no início da construção de Goiânia, a Vila Operária, que também veio a constituir como um bairro da nova capital em seguida. O autor descreve que o local em que se formou a Vila Operária foi entre os limites de Goiânia e Campinas, ressaltando que inicialmente esta área não estava destinada a ocupação urbana, a formação de sua área ocorreu de modo



espontâneo. Morar em Campinas era caro na época, o aluguel praticado na região era alto, tendo em vista, o comércio já instaurado no bairro, sendo assim, as pessoas de baixo poder aquisitivo escolheram a região próximo a Campinas para se instalar em ocupações irregulares.

Godinho (2018) ressalta que a região de Campinas contribuiu diretamente para o surgimento de novos loteamentos nos períodos de 1945 a 1955 em Goiânia. Campinas, o bairro já era considerado como uma importante centralidade.

Campinas era visto como um bairro autônomo e independente de Goiânia, em razão da intensa atividade comercial nela praticada. A quantidade de residências no bairro, até a década de 1950, era maior que a dos setores Central e Norte do novo plano. O bairro de Campinas atraía pessoas principalmente por sua infraestrutura urbana mais sedimentada. Desse modo, muitos bairros foram surgindo nos seus arredores, sendo ocupados por uma população que não tinha condições de pagar o valor dos aluguéis praticado em Campinas. Os bairros Vila Operária, Fama, Vila Abajá, Vila Santa Helena, Vila São José, Bairro Aeroviário, Vila Aurora, Vila Santa Tereza, além da Vila Coimbra são alguns deles (GONÇALVES, 2002 apud GODINHO, 2018, p.56).

Moraes (2006 apud MELO, 2015, p. 4) ressalta que no decênio de 1950, por intervenção do Estado houve a implantação de loteamentos públicos para abrigar a população de baixa renda que não possuíam moradias, as pessoas que ficavam em terrenos às margens do Córrego Botafogo, foram instaladas no Setores Pedro Ludovico e Vila Nova. “A partir de então, o sistema de “invasão” passou a ser a solução para a população que buscava trabalho, moradia e melhores condições de vida na nova capital, mas que não tinham condições de adquiri-las por meio de compra” (MELO 2015, p. 4)

Mota (2004) salienta que setores que não estavam previstos no plano de urbanização, posteriormente foram projetados e inseridos nas regiões em que haviam invasões clandestinas, sendo assim, estas áreas foram regularizadas com a situação de posse aos seus ocupantes do espaço. O autor ainda ressalta que este cenário foi o mesmo que regularizou áreas nos setores: Vila Operária (aprovado em 1952); Norte Ferroviário (1953); Universitário (1956) e Pedro Ludovico (1958). Por intervenção do poder público, o Estado deu continuidade nas ações de regularização de áreas clandestinas invadidas, transformando em bairros populares, ainda carentes de condições de infraestrutura, entretanto, foram criadas condições para regularização destas áreas com a doação de lotes, e vendas a preços baixos a população ali já instalada.

Para Sabino Junior (1988) o crescimento da atividade comercial em Goiânia foi em consequência da expansão da fronteira comercial para interior de todo País. Sendo assim, com o desenvolvimento de vários loteamentos na nova capital, o comércio também começou a se

instalar nos bairros em que não havia nenhuma atividade comercial, inicialmente para atender demandas básicas de moradores locais.

Em 1950, Goiânia passou por uma transformação no seu arranjo comercial e de serviços, resultante ao processo de expansão urbana e acelerado crescimento de sua população na Capital. “Houve uma descentralização comercial e de serviços do Setor Campinas para o propriamente dito Setor Central” (VAZ, 2002, apud OLIVEIRA; GODINHO 2016).

Sabino Junior (1988), destaca que após a execução do plano inicial para Goiânia, novos setores foram constituídos e agregados dentro do traçado de Goiânia. Novos setores se formaram e outros apareceram. O autor aponta os setores:

a) Setor Oeste, na década de 1970 já era constituído por área bem ampla de várias residências, que foram edificadas de acordo com o plano de “técnicas arquitetônicas modernas”, estando em grande desenvolvimento naquele decênio as áreas residências. O comércio também se instaurava em grande escala na região;

b) O Setor Leste, área que se situa parte do centro universitário, aos poucos começava a se desenvolver, diferente do que ocorreu nos setores Sul e Oeste;

c) O Setor Sul, constituído inicialmente por residências, naquele decênio, já começa a se instalar na região os estabelecimentos comerciais, tais como: escolares, escritórios, empresas públicas, boates e bancos;

d) O Setor Norte, composto de área residencial, e abrangendo um grande número de organizações indústrias, e o comércio atacadista, a região já contemplava vários estabelecimentos como armazéns e de depósitos de mercadorias, localizados próximo à estação da Viação Férrea Centro-Oeste;

e) O bairro Campinas, a região mais antiga da metrópole, passou por grandes transformações, visto que, o seu local foi o núcleo mais próximo para implantar a nova capital, naquela época já era constituído por si só como uma pequena “urbus”, composta por uma extensa área comercial já estabelecida no bairro. (SABINO, 1988).

f) O bairro Centro Oeste, região que tem relação com a formação do espaço urbano de Goiânia, situada entre Campinas e o Centro da Capital, a antiga Vila Operária. Local que na década de 1970, já era predominantemente comercial, com desenvolvimento de atividades estabelecidas como: bares, frutarias, supermercados na principal avenida do setor, à Avenida Bernardo Sayão iniciando também a formação do comércio de confecções de roupas na região.

De acordo com os autores Oliveira e Godinho (2016) declaram que o comércio de Campinas foi de suma importância no processo de construção da capital, por um período curto destacam que o Setor Campinas foi o “centro” de Goiânia. Nos dias atuais, Campinas é um polo comercial que atende a uma grande parcela dos moradores de Goiânia e cidades vizinhas, o que condiciona o comércio da região como um “sucinto popular”. Villaça (1998, p. 307 apud Oliveira; Godinho 2016) salienta que: “Um sucinto tradicional leva décadas para se constituir e seu impacto se produz lentamente, sendo absorvido lentamente pela vizinhança, que aos poucos também se transforma”. Para o autor o estabelecimento de áreas comerciais demora um longo tempo para se formar, e sua migração ocorre lentamente onde ressalta que a absorção ocorre pela vizinhança.

Oliveira e Godinho (2016) mencionam que durante o período inicial em que Goiânia estava se estabelecendo como uma nova cidade, Campinas transformou-se em um de seus setores e foi se revelando como grande centro comercial. Os autores validam esta informação com a reportagem do jornal Diário da Manhã (31 ago. 1998), com o título “Riqueza no Comércio”: “Desde o começo da construção da capital goiana no início dos anos 30, os comerciantes fizeram da velha Campininha das Flores o seu local preferido [...]. Campinas era o maior centro comercial e assim permaneceu por décadas”. Com o desenvolvimento de Goiânia, Campinas o bairro realizava uma ligação direta de suas principais avenidas e ruas com a Vila Coimbra e a Vila Operária (Setor Centro Oeste), que estabeleceu à Avenida Bernardo Sayão como uma região tradicional do comércio popular de roupas em Goiânia nas décadas seguintes.

Conforme mencionado neste capítulo, mediante as negociações realizadas pelo governo e a empresa dos irmãos Coimbra e Bueno, estes tiveram o privilégio de escolher áreas urbanas que receberam como parte de seus pagamentos no período em que atuaram como responsáveis das obras da nova capital. Por conseguinte, escolheram uma região próxima à cidade de Campinas, que foi o loteamento denominado como “Coimbra”. Percebe-se que os irmãos já escolheram a região próxima a Campinas, avaliando o seu grande potencial econômico, onde seus lotes teriam grandes valorizações no futuro. Visto que, delimitaram o local considerando que o município de Campinas, foi fundamental para construção da nova capital, dado que havia um grande núcleo de atividades comerciais já estabelecidos no início da construção de Goiânia.

Diante deste contexto, notou-se que as alterações realizadas no plano original de Goiânia, foram pautadas a todo momento por interesses políticos, econômicos em benefícios aos construtores do espaço urbano de Goiânia, os irmãos Coimbra e Bueno. Todas as

modificações e articulações executadas delinearão uma nova configuração do planejamento e desenvolvimento do espaço urbano da cidade, especialmente da área comercial. A formação de áreas comerciais, foram estabelecidas em proximidade com os limites entre o Setores Coimbra e Campinas, com a formação de bairros que não estavam previstos no planejamento de Goiânia, estendendo-se para a Vila Operária bairro que nas décadas seguintes abrigaria um polo de confecções em sua principal via, à Avenida Bernardo Sayão.

## CAPÍTULO 2- MEMÓRIA E COMÉRCIO

O presente capítulo nos trará uma construção historiográfica sobre o desenvolvimento comercial do setor Centro Oeste. Dando enfoque às narrativas e representações dos moradores sobre a principal avenida do bairro, a Avenida Bernardo Sayão. Pesavento (2008) aponta que esses espaços são constituídos de carga simbólica, lugares de memória reconhecidos através de experiências vivenciadas por pessoas que possuem pontos de ancoragem e identificação com o local. Territórios percorridos que fazem evocar memórias e histórias, pois são narrados pelos mais antigos pertencente a este tempo.

Para construção desta história utilizamos o resgate da memória urbana local, partindo do uso de narrativas compartilhadas por moradores antigos e comerciantes locais. Com o objetivo de estabelecer práticas sociais e identidades com o local, que permitiram descrever a formação e consolidação do comércio do bairro, assim como a sua segmentação até os dias atuais. “Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos [...], a identidade implica na articulação de um sistema de ideias imagens que explica e convence (PESAVENTO, 2008, p. 4).

A história de desenvolvimento do setor Centro Oeste, bem como sua avenida central à Avenida Bernardo Sayão, está ancorada como parte da história de Goiânia. O bairro tem grande importância histórica, foi a Vila Operária no início da formação da nova capital no período de 1930 a 1960.

Em 1970, houve uma reconfiguração de seu território o bairro já era reconhecido como bairro comercial, tendo como referência espacial o desenvolvimento da Avenida Bernardo Sayão e o início do comércio de roupas naquela década. Como marco de referência espacial, a construção desta história foi fundamentada com a escuta de narrativas e a utilização de fotografias, com o propósito de oferecer indicativos que reconfiguram a realidade de um tempo vivido, de uma história a ser contada através de representações de seus habitantes locais.

## 2.1 A Vila Operária, décadas de 1930 a 1950

No final da década de 1930, surge a Vila Operária, possivelmente, o primeiro bairro efetivamente ocupado de Goiânia, já que os outros eram apenas um tracejado arquitetônico. Mas era um bairro que se desenvolvia anexando-se ao centro da antiga cidade de Campinas que, por esta época, perdeu o estatuto político de cidade e tornou-se bairro da nova capital, Goiânia. Tratava-se de “uma nova área de ocupação espontânea [...] tendo em vista o alto preço do aluguel que era praticado no bairro [de Campinas], por causa do comércio, tornando inviável a moradia para algumas famílias” (Gonçalves 2002, apud GODINHO, 2018, p. 48).

A área em que surgiu a Vila Operária, a princípio, não era destinada à ocupação urbana de acordo com plano inicial do arquiteto Attilio Corrêa Lima<sup>16</sup>. Entretanto, a sua situação geográfica, oferecendo acesso ao campo das obras de construção do centro de Goiânia e acoplando-se aos serviços e comércio de Campinas, sem contar as boas condições ambientais, dispondo de muita água e madeira, favoreceu a ocupação espontânea, forçando a mudança do plano de ocupação da nova capital (GOIAS DE NORTE A SUL, 2000).

A principal via da Vila Operária era a Av. J-1, entretanto, o povo a denominava como Avenida Fama por causa da Fundação Fama, ou melhor, Fundação de Abrigo de Menores Abandonados. A entidade nasceu em 1949, na Vila Operária, mas na proximidade do Centro de Goiânia, ou seja, do lado oposto de Campinas. A Av. J-1, conhecida como Av. Fama é a que ligava o Centro de Goiânia e Campinas. Isso fez com que a parte da Vila Operária que ficava nas imediações da Fundação Fama e mais próxima ao Centro de Goiânia passasse a ser chamada de Vila Fama.

Com o desenvolvimento urbano e a construção do espaço da nova capital, a população urbana do município de Goiânia, em 1940, já tinha taxas elevadas de crescimento anual. De acordo com Moysés (2004, p.135), “segundo o Censo Demográfico do IBGE, era de 48.166 habitantes. Dessa, 31,2% já eram urbana; a população rural representava 68,8%, ou seja, 33.149 habitantes”.

Na década de 1950, durante o período inicial de expansão e desenvolvimento do espaço urbano da nova capital, Goiânia recebe a linha da estrada de ferro de Goiás como parte integrante do processo de modernização do estado e da construção da cidade. “A ferrovia percorria todo o Estado, sentido norte do país, com objetivo de atingir a nova capital do

---

<sup>16</sup>Attilio Corrêa Lima (1901-1943) “foi o único profissional brasileiro formado em urbanismo, com experiência em planejamento urbano, uma vez que colaborou nos planos de Agache para o Rio de Janeiro, enquanto esteve em Paris. Era uma referência, uma das razões da sua contratação pelo interventor federal em Goiás, Pedro Ludovico, para elaborar os projetos e executar as obras da nova capital” (DINIZ, 2007, p. 113).

sertão, saindo de Leopoldo de Bulhões e adentrando o perímetro urbano até Campinas, distrito originador de Goiânia (BRANDÃO, 2017, p.9). O percurso da linha férrea operava aos fundos dos bairros de Goiânia. Um dos trechos que vinha do Município Senador Canedo, passava pela Estação da Praça do Trabalhador, situada no Centro de Goiânia, e seguia para a Estação da Vila Abajá, que ficava entre a Vila Operária e o setor Campinas.<sup>17</sup>

Nessa época que se encontra plenamente estabelecido uma das condições<sup>18</sup> para que Goiânia viesse a tornar-se um polo comercial de roupas de Goiânia, a instalação de lojas de tecidos. Sabe-se que já estava instalada, desde 1954, a *Loja de Tecidos Tita*, uma atacadista do ramo de tecidos na região. Fundada por Manoel da Cunha Rego Madruga, em Goiânia. Na ocasião, o fundador da *Loja de Tecidos Tita*, iniciou suas atividades com a contratação de cinco funcionários. A localização escolhida para iniciar o negócio, foi a Avenida Anhanguera, no centro da cidade, que ainda na década de 1950 era pouco movimentada (BRAGA, 1999, p. 33). Ainda de acordo com Braga (1999 p, 33), o fundador se recordara que “em 54, o local era modesto, com poucos serviços básicos e, quanto ao asfalto, ele existia apenas na Avenida Goiás e na própria Anhanguera, ruas localizadas no centro de Goiânia”.

Nesse período, longínquo da história da região, foi possível encontrar uma testemunha viva que aceitou falar sobre aquela época. Trata-se do Sr. Jeconias Marra, completando 99 anos à época da escritura do presente capítulo (em 2018). Ele mudou-se de Araguari (Minas Gerais) para Goiânia, em 1947, já casado com Dona Izaura Marinha (falecida). Sua primeira residência foi a Rua 03, no Centro de Goiânia. Em meados da década de 1950, morou em outra residência no setor central, na Rua 07, próximo ao Hotel Umuarama.

Por volta de 1949, Jeconias, como relatou, “arriscou um negócio no setor Campinas”. Comprou uma pequena fábrica de calçados, na Praça Coronel Joaquim Lúcio nº 163, a Sapataria São José. Fabricava-se sapatos sob medida e por encomenda. Segundo nosso narrador, o comércio era muito franco, e o seu negócio só foi adiante porque ele era o único no ramo de sapatos sob medida.

Na década de 1950, o Jeconias mudou-se do Centro de Goiânia para o Setor Campinas de modo a ficar mais próximo da sapataria que adquirira. Morava na Rua Pará, próxima da Avenida 24 de outubro. Depois morou na Vila Operária, na Rua do Comércio, que ficava próximo ao Mercado de Campinas.

---

<sup>17</sup>Com o desenvolvimento de Goiânia, a linha de trem foi desativada. No lugar da ferrovia e da Estação da Vila Abajá, atualmente, existe a Avenida Leste-Oeste.

<sup>18</sup>A Loja Tecidos Tita foi à primeira loja atacadista de tecidos do Estado de Goiás. Fundada por Manoel da Cunha Rego Madruga em 1954, e atualmente é considerada a maior atacadista de todo o Brasil (ROCHA, 2003, p.142-155).



Segundo Jeconias, o setor de Campinas, na década de 1950, era muito atrasado, o comércio iniciava-se de modo tímido, com o aparecimento de pequenas lojas. Ao ser entrevistado quando perguntamos se na época já haviam lojas de tecidos em Campinas, o mesmo relatou:

Ah sim, tinha o meu vizinho vendia tecidos, a loja era a Casa Evolução, tinha também a loja Pernambucanas na Avenida 24 de outubro. Mas elas não eram lojas especializadas em tecido não, eram lojas que vendiam de tudo, lojas mistas.

Ao relatar sobre as lojas de tecidos, nosso narrador se recorda bem sobre a posição da loja *Casa Evolução* que se localizava na Rua José Hermano, esquina com a Praça Joaquim Lúcio, ao lado de sua sapataria, como também a *Loja Pernambucana*, situada em proximidade na Avenida 24 de Outubro no setor de Campinas.

Uma informação importante mencionada pelo Sr. Jeconias, e sobre o comércio de vestimenta, o mesmo relata: “Naquela época não existia lojas que vendiam roupas prontas, a gente comprova o tecido e mandava fazer na costureira ou alfaiate. Eu mesmo, comprava tecido do meu vizinho encomendava quando era calças e paletó no alfaiate, as camisas era nas costureiras” [sic]. Na fala de nosso narrador é possível identificar o modo de organização de como eram confeccionadas as roupas, onde majoritariamente eram feitas por encomendas. Os clientes compravam os tecidos e entregavam aos alfaiates e costureiras que faziam as roupas. As mais formais era confeccionados por alfaiates, tais como calças, ternos e paletós. As demais vestimentas, como camisas e outras peças, eram fabricadas por costureiras, que realizavam o trabalho a domicílio. Naquela época, não existiam lojas que comercializassem produtos prontos para o vestuário em Goiânia.

Descobrimos através deste depoimento que a existência das lojas de tecidos na região, desde a década de 1950, funciona num arranjo com a confecção artesanal e sob encomenda de roupas. Este era um modo de produção tão típico na região, neste período, que fica claro que roupas e calçados seguem um modelo aproximado.



Figura 10 -Avenida 24 de outubro 1952.

Fonte: OLIVEIRA, 2012, p. 161. In Godinho, 2018, p. 86.

Esta foto corrobora um dado da informação oral do Sr. Jeconias, sobre o desenvolvimento do comércio de Campinas na década de 1950: “Campinas era muito atrasada, os postes de luz eram ainda no meio da rua, postes de madeira não tinha ainda asfalto” [sic]. Este relato é um verdadeiro símbolo do período na memória popular, um marcador do tempo de memória, onde os postes de energia eram de madeira e erguidos no meio da Av. 24 de outubro.

A trajetória e o depoimento Sr. Jeconias também revelam outro dado significativo, aqui. No final da década de 1950, ele relata que, por causa da baixa rentabilidade da sua sapataria, resolveu vendê-la e “apostar no ramo do vestuário”, tornando-se um testemunho importante para o tema deste trabalho.

No início da década de 1960, Sr Jeconias abriu uma loja na Avenida 24 de outubro no setor de Campinas, que foi nomeada como *G Mara*. Sua nova loja comercializava produtos já confeccionados para o vestuário, calças e camisas. Todos os seus produtos eram adquiridos na cidade de São Paulo. Fundamental para o tema do presente trabalho, o Sr. Jeconias destaca que, no início da década de 1960, não havia confecções de roupas em Goiânia, sendo esta a razão de ele necessitar compra a mercadoria fora.



Figura 11-Avenida 24 de Outubro, 1958-1960.

Fonte: Autor desconhecido. Arquivo SEPLAM, 2017. In Godinho, 2018, p. 86.

Esta foto ilustra bem o final da década de 1950 e início da seguinte, quando “os postes foram retirados do centro da pista de rolagem e colocados nos dois lados das calçadas, provavelmente em decorrência do aumento do fluxo de veículos. Ainda existiam nas calçadas os posteamentos antigos de madeira, mesclados com os novos postes que eram em concreto e possuíam uma altura maior” (GODINHO, 2018, p. 86).

## 2.2 A década de 1960

### 2.2.1 Desenvolvimento comercial o Espaço da Vila Operária<sup>19</sup> -Av. J-1 (apelidada popularmente Av. Fama) até a mudança do nome em 1964.

A história do surgimento da Vila Operária e da sua Avenida principal, a Av. J-1, apelidada de Av. Fama e, futuramente, denominada Av. Bernardo Sayão, possui intrínseca relação com a formação da capital.

---

<sup>19</sup>Na década de 1970, a Vila Operária vai ser renomeada como Setor Centro Oeste, mas deixemos este assunto para mais tarde.

Uma imagem do que era a Av. Fama no começo da década de 1960 nos foi dada por uma testemunha direta. O Sr. Marcos Antônio Fernandes de Souza (60 anos)<sup>20</sup>, herdeiro da Mercearia Vila Rica, a atual Lanchonete Vila Rica<sup>21</sup>. Estabelecimento criado em 1961 pelos pais de Marcos (João Antônio, falecido em 1963 e Pedrinha Souza, falecida em 1993), situado ainda na Avenida Bernardo Sayão, nº1709. Marcos, sempre morou na região do setor Fama, desde o nascimento, numa residência aos fundos da Lanchonete Vila Rica.

Segundo Marcos, no início da década de 1960, a Avenida Fama era o centro de um bairro tranquilo, com pouco movimento, ele e seus dois irmãos brincavam nas ruas do que era um bairro residencial com poucos comércios.

Conforme relato de moradores antigos do setor, o comércio se desenvolveu através da abertura de pequenos estabelecimentos comerciais. Os primeiros estabelecimentos foram abertos por moradores empreendedores que possuíam suas casas na Avenida do setor, geralmente iniciando suas atividades com abertura de lojas na frente e continuavam morando nos fundos, transformando assim seus negócios familiares em empresas.

De acordo com a moradora Arlene Bernardes Vieira (58 anos), cujo pai estabeleceu-se na Av. Fama desde o final da década de 1950, naquela época era muito comum todos os familiares trabalharem juntos em seus estabelecimentos comerciais:

Ali nas lojas todos trabalhavam: era esposa, filhos, sobrinho... [...] atendiam as pessoas juntos. Tinha menino pequeno brincando dentro da loja, enquanto os pais também trabalhavam olhando as crianças. O bairro sempre foi tranquilo e bem familiar, o comércio também ficou assim.

Outra depoente, a Dona Maria Helena (73 anos), que mora no setor também desde o início até a data atual, o desenvolvimento comercial da Avenida Fama começou apenas no final da década de 1960. Antes disso, as coisas eram muito diferentes. “Aqui, no começo, - diz ela - era tudo muito difícil. Tínhamos dificuldade em comprar os mantimentos básicos porque não tinha nenhuma vendinha, mas aos poucos foram abrindo as primeiras”.

O Sr. Marcos da Mercearia corrobora esta informação dizendo que, por não haver comércio por ali, seus pais precisavam ir ao setor Campinas, mais especificamente à Avenida 24 de Outubro, para fazer compras. A passagem entre a Av. Fama e a 24 de Outubro, segundo Marcos, não passava de um “triero”<sup>22</sup>, e era isso que dava acesso ao setor Campinas.

---

<sup>20</sup>Natural de Goiânia nasceu no dia 16 de março do ano de 1958

<sup>21</sup>Na década de 1970 o Supermercado Marcos será seu vizinho

<sup>22</sup>Trilha, lugar de passagem de pessoas.

Ainda segundo o nosso depoente, a Merceria Vila Rica surgiu como um pequeno comércio tradicional, que vendia um pouco de tudo: gêneros alimentícios, bebidas e produtos de uso domésticos. Tinha tudo em pequenas quantidades. Mas, nosso depoente narra algo inusitado. Diz que seus pais faziam o estabelecimento funcionar 24 horas por dia, e que isso era o seu diferencial. Os vizinhos sempre recorriam a seu estabelecimento após as 22 horas para comprar algo. Assim, tornou-se referência na região, uma merceria Vila Rica.

A fama de seu comércio logo se propagou na região, atraindo clientes de vários bairros que recorriam ao seu comércio após o horário comercial. Marcos recorda de diversas madrugadas, em que seus pais atendiam muitos clientes que vinham de bairros distantes para comprar leite que faltava aos seus filhos. Naquele horário, o único local que havia esses produtos era em sua merceria.

A Dona Maria Helena (73 anos)<sup>23</sup>, a que já fizemos referência, também se lembra dos primeiros comércios da região e nos relatou o surgimento da “Venda Zé do Arroz”.

Lembro muito da venda do Seu José, mais conhecido na região como “Zé do Arroz”. Lembro da venda, era na esquina da Avenida Fama com a Rua 2. Ele tinha o comércio na frente e morava ali mesmo no fundo. Ele vendia sacos de arroz para os moradores [...] Também lembro que ele fazia a entrega, tinha uma lambreta grande em que amarrava os sacos de arroz.

Em 1964, a lei nº 2.888, de 20 de outubro, mudou o nome da Av. J-1, que o povo chamava de Av. Fama, para Avenida Bernardo Sayão<sup>24</sup>.

Conforme relato de moradores antigos, após várias solicitações ao poder público, o asfalto chegou ao setor no primeiro mandato do prefeito Iris Rezende Machado (1966 e 1969). O prefeito iniciou sua gestão com a execução de vários mutirões de limpeza dos bairros, atendendo as reclamações da população impaciente pelo início das obras de pavimentação em seus setores. Na época, foram asfaltados os principais bairros da cidade, como os Setores Oeste, Sul, Aeroporto e Bairro Popular. Foram urbanizadas praças e abertas novas avenidas na Cidade (CUNHA, 2008).

---

23 A depoente é tia avó da autora desta dissertação. Residente em Rua 03 nº 200 Setor Fama.

24 Bernardo Sayão. O nome da Avenida foi em homenagem ao engenheiro agrônomo que teve como principal projeto o desenvolvimento da região central do Brasil. Em 1954, foi eleito vice-governador de Goiás, chegando a governar o Estado interinamente por um mês e meio, de 31 de janeiro a 12 de março de 1955. Em 1958, Juscelino Kubitschek lhe encarrega à construção do trecho norte da Transbrasiliana (a Belém-Brasília). Em 1959, acompanhando pessoalmente as obras nos trabalhos de abertura da mata uma árvore é derrubada de forma equivocada e atinge o barracão em que encontrava Sayão, que morre fatalmente no mesmo dia (WIKIPEDIA, 2018).



Bem neste período, mas ainda antes da inauguração do asfalto surgem quatro pontos comerciais do mesmo dono, na Av. Bernardo Sayão, o *Depósito de Pão*, o *Ponto Chic*, a primeira banca de revistas da Av. (vamos chamá-la de *Banca de Madeira*) e o *Chic Ponto*. O proprietário, Sr. Fausto Silva, deu depoimento sobre este seu entusiasmo empreendedorista, o que permite maior detalhamento, a seguir, sobre a história destas iniciativas comerciais.

Fausto Silva nasceu em 1931, em Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. Mudou-se para Franca (São Paulo) e, aos 16 anos, migra para a cidade de São Paulo em busca de trabalho. Entregador de jornal, das madrugadas ao amanhecer, garçom *freelancer* de cafés, nos entardeceres. Articulou um time de futebol para pequenos campeonatos locais. Os ótimos resultados do pequeno time despertou interesse dos dirigentes do Clube do Atlético Mineiro e, aos 17 anos, Fausto já era jogador de Futebol, em Belo Horizonte. Na década de 1950, contratado para um time de Uberaba - Minas Gerais, depois para o Palmeiras, em São Paulo. Em 1964, a convite do técnico José Chagas, Fausto vem para o time do Vila Nova de Goiânia, deixando sua esposa e dois filhos morando em Franca. Jogou por dois anos no Vila Nova e, sem expectativa de aumentar seu salário no time, Fausto decidiu abandonar o futebol e tornar-se comerciante em Franca. Começou comprando e vendendo sapatos em Franca, vendia para conhecidos e vizinhos no seu setor, mas o negócio não foi promissor e logo desistiu.

Em 1966, Fausto decidiu voltar para Goiânia, desta vez com toda sua família, não mais para o Vila, mas com a ideia de “abrir um estabelecimento comercial em um bairro que estivesse se desenvolvendo”. Escolheu a Bernardo Sayão, na Vila Operária, e procurou descobrir algo que ainda não fosse comercializado no próprio bairro. Alugou uma porta na avenida, com um pequeno cômodo no fundo do estabelecimento, onde morava com sua família. Abriu um fornecimento de pães para os moradores do bairro. Nem mesmo fabricava os pães, mas os comprava da Panificadora Líder, do Centro de Goiânia.

Fausto nomeou, inicialmente, seu estabelecimento como Depósito de Pães. O negócio foi um sucesso na região, o estabelecimento fornecia pão o dia todo. Naquela época, o sucesso foi imediato, e em pouco tempo Fausto conquistara uma boa clientela local, já que as padarias somente existiam em bairros vizinhos.

Em um já apareceram outros estabelecimentos que incluíam o pão entre seus produtos. Ele fecha a padaria e abre uma lanchonete, onde havia doces, lanches e bebidas e altera o nome do seu comércio de Depósito de Pães para *Ponto Chic*, arrumando toda fachada de acordo com a nova situação. Conf. Figura 12.



Figura 12-Lanchonete Ponto Chic  
 Fonte: Foto cedida pelo narrador Fausto Silva.

Em sua lanchonete o Ponto Chic, Fausto trabalhava com sua esposa, Maria Aparecida que era muito boa cozinheira, ela fazia todos os salgados e aperitivos que eram servidos na lanchonete. Fausto era responsável pelo atendimento. O ambiente era muito tranquilo e bem familiar, seus filhos sempre ficavam brincando na porta da lanchonete, cresceram acostumados com o barulho do comércio e o grande movimento pessoas que circulavam na Avenida Bernardo Sayão. Na foto acima, a família de Fausto Silva (esposa, Maria Aparecida, e seus dois filhos Fausto Júnior e Paulo Sérgio sentados brincando na porta da lanchonete Ponto Chic).

Por volta de 1967, Fausto instala a primeira banca de revista na Avenida Bernardo Sayão. Estrategicamente, Fausto fixou sua banca de revista em proximidade com sua lanchonete, pois conseguia atender a tempo os clientes da lanchonete e os clientes de sua banca de revista. Sua banca de revista ficava na calçada, em frente às salas comerciais do Sr. José Vieira, localizada na esquina da Avenida Bernardo Sayão paralela com a Rua 02.

Ainda no final da década de 1960, antes do asfalto, Fausto decide abrir do lado oposto da avenida, outra lanchonete, mas de nome inverso Chic Ponto, como o era a direção do tráfego. Depois, o Chic Ponto transforma-se de lanchonete em bar, na medida em que os clientes passaram a preferir petiscos e porções para acompanhar bebidas e não mais lanches.



Deu-se o afastamento, e não é mais Fausto, mas outro narrador, o Sr. Sebastião Bernardes Vieira, antigo morador da Vila Operária, desde 1965, quem oferece um olhar sobre a festa de **inauguração da pavimentação** da Avenida Bernardo Sayão

foi boa, grande...tinha muita gente e muita comida. Lembro do Íris Rezende fazendo discurso. [...] Todos estavam tão felizes com o asfalto no setor e na Avenida. A festa foi no início da Avenida Bernardo Sayão, perto do posto de Gasolina do lado da Rua 02. Mas também pagamos o asfalto, tinha um carnê que pagamos vários meses, isso não esqueço!

Mas, voltemos à história do Sr. Fausto, que atravessa este acontecimento central, da história da Av. Bernardo Sayão. Segundo Fausto, após a pavimentação no setor, houve um aumento do número de comércios na avenida. Neste período, ele decidiu manter somente um dos seus estabelecimentos comerciais, pois estava difícil administrar os três ao mesmo tempo. Escolheu continuar apenas com o bar *Chic Ponto*, que ficava na direção do tráfego que ia de Campinas para o Centro de Goiânia.

Segundo Fausto, seu bar tornou-se conhecido por toda a região. Os moradores do bairro e comerciantes da Avenida Bernardo Sayão frequentavam diariamente o estabelecimento, o povo adorava se reunir no fim de tarde para beber e conversar no Chic Ponto.

No final da década de 1960, a Avenida Bernardo Sayão já apresentava mudanças em seu panorama econômico. Os primeiros comerciantes foram aos poucos se estabelecendo na principal avenida do bairro a Avenida Bernardo Sayão, que nas décadas seguintes teria o título de polo comercial de roupas de Goiânia.

O crescimento das populações urbanas, do Centro de Goiânia, por um lado, e de Campinas (o bairro), por outro, fez com que a Vila Operária e os setores Fama, Norte Ferroviário e dos Funcionários se tornassem um contínuo habitacional todo ele percorrido e recortado pela Avenida Bernardo Sayão. Tudo isso fez com que a Vila Operária ganhasse *status* de setor centralizado em Goiânia, com valorização e expansão explosiva na década de 1960 (CARELLI, 2015).

### **2.3 A Av. Bernardo Sayão, na década de 1970**

Fausto do Chic Ponto relata que o crescimento do comércio na Avenida Bernardo Sayão, ocorreu de forma natural na década de 1970. Os primeiros comerciantes instalados na avenida foram pequenos estabelecimentos iniciados através da prática de negócios familiares.

Começando inicialmente com estabelecimentos do ramo alimentício, como padarias, frutarias mercearias dentre outros. Fausto também argumenta que a localização estratégica da Avenida Bernardo Sayão favoreceu o seu desenvolvimento comercial, pois destaca sua proximidade com Setor de Campinas, onde já existia naquela década muito próximo dos comércios de Campinas.

Em 1971, logo após a pavimentação da Av. Bernardo Sayão, o jornal *Folha de Goiaz* traz a manchete para seguinte matéria: *Água chega na V. Fama*

Na Avenida Bernardo Sayão, Fama, os moradores dos bairros, viram finalmente, concretizar-se uma velha reivindicação: a construção de rede de água, realizada pela Saneago. Operários do órgão estão trabalhando para entregar o melhoramento aquele setor o mais depressa possível. Entretanto, alguns moradores daquela artéria reclamam da poeira que se faz sentir, mas a Saneago diz “E o desenvolvimento que chega (FOLHA DE GOIAZ, 07/01/1971).

Além da pavimentação, o saneamento era uma antiga reivindicação dos moradores da região, que sofriam com problemas provocados pela falta da água tratada e tratamento da rede de esgoto. Segundo muitos moradores antigos do setor, a água que utilizavam era colhida da cisterna própria que possuíam em suas residências, e também como prática em alguns períodos estocavam água em vários galões que ficavam espalhados sem suas casas.

Na década de 1970, o bairro a Vila Operária teve seu nome alterado para Setor Centro Oeste modificado pela lei nº 4767/73 de 05 de julho de 1973, de autoria do vereador Arlindo Lourenço de Souza. Para os moradores da região, o setor nesta década não possuía mais a identidade de Vila Operária, visto que sua ocupação era de migrantes que geralmente vieram de cidades do interior de Goiás, que acreditavam na proposta de fundação da cidade, que ocuparam a região após a abertura e regularização dos loteamentos. Sendo assim, o nome Vila não apresentava mais a realidade de ocupação inicial da região.

Cabe destacar, que em vários relatos de moradores antigos, coincidem informações acerca do desenvolvimento do comércio através do trabalho familiar.

Com o crescimento rápido, o setor Centro Oeste após as últimas transformações como a pavimentação e instalação da rede de esgoto, na década de 1970, obtiveram maior impulso em seu desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, a Avenida Bernardo Sayão que ali já estava instalada desde surgimento do bairro, começou a desenvolver como um potencial econômico.

No final da década 1970, o setor já havia se transformado em um centro comercial, com vários tipos de estabelecimentos como posto de combustíveis, sapatarias, padarias, farmácias, mercados e frutarias.

## 2.4 Frutaria e Mercearia Supermercado Marcos

No final da década de 1960, foi na Avenida Bernardo Sayão no setor Fama, que nasceu uma rede goiana de supermercado, que se tornou uma das principais referências de autosserviço<sup>25</sup> em todo estado de Goiás, chamado Supermercado Marcos. Sua história inicia-se no ano de 1969, com a figura de um jovem empreendedor Miguel Gonçalves Marques, identificando como oportunidade, a carência de locais de abastecimentos de alimentos aos moradores do bairro, resolveu iniciar suas atividades comerciais com abertura de uma pequena frutaria de 10m<sup>2</sup> no Setor Fama.

De origem humilde nascido no interior na cidade de Iporá/GO, Miguel Gonçalves Marques teve 10 irmãos, filho de José Gonçalves Marques que exercia a profissão de carroceiro e Maria Cândida Marques, dona de casa, cuidava dos seus 11 filhos. Miguel sempre foi um empreendedor visionário com grande potencial, não teve medo de se arriscar em investir em seu sonho, era um especialista na arte de vender e agradar os seus clientes (MENDES et al 2008).

Na memória de muitos moradores e comerciantes da região, ao se recordar da figura do jovem empresário dono de uma pequena frutaria do setor, ressaltam que Miguel desde início de seus negócios já se destacava dentre os outros comerciantes da região, seu atendimento era diferenciado com seus clientes, sempre foi muito atencioso e carismático com todos.

Como estratégia de sucesso do negócio, o Sr. Miguel adotou um padrão de atendimento diferenciado, servindo muito bem seus clientes, pois acreditava que o cliente satisfeito e com oferta de bons produtos, preços populares e grande variedade de lojas, estabelecia uma relação de confiança, onde o cliente sempre voltaria. Na figura 13, percebe-se, naquela época essa diferença.

---

<sup>25</sup>Autosserviço caracterizado por estabelecimentos comerciais onde é adotado um sistema de auto atendimento, situação em que o consumidor escolhe os seus produtos disponíveis em prateleiras, e depois dirige-se ao caixa, dispensando a figura do vendedor.



Figura 13- Frutaria e Mercearia Marcos instalações década de 1970  
Fonte: Mendes et al (2008).

Com cenário econômico favorável e aumento do número de sua clientela, no início da década de 1970, o Sr. Miguel decide ampliar seus negócios, aumentando o Mix de produtos, criando uma pequena mercearia, no mesmo bairro. Após a instalação da nova mercearia no setor, o Sr. Miguel identificou que precisava definir um nome para o seu estabelecimento, onde todos passassem a conhecer a nova mercearia na região. O nome escolhido pelo Sr. Miguel foi Mercearia Marcos, em homenagem ao seu filho recém-nascido, conf. Figura 13.

Em 1975, com aumento da demanda e comercialização de novos produtos, a Frutaria e Mercaria Marcos era um sucesso de vendas na região, todos a conheciam pelo bom atendimento e qualidade de seus produtos ofertados. Portanto, era crescente o número de clientes que buscavam ser atendidos na Frutaria e Mercaria Marcos, o Sr Miguel conseguiu conquistar e fidelizar seus clientes.

Em decorrência do desenvolvimento e crescimento contínuo de seu estabelecimento, a estrutura física não comportava mais a quantidade de clientes obtidos no início de 1975. A partir daí, foi necessário ampliar a estrutura do estabelecimento em outro espaço físico. Primorosamente o local escolhido para realizar a transferência foi para a Avenida Bernardo Sayão nº 1731, situada no mesmo bairro, com objetivo de conquistar um número maior de clientes. Veja as novas instalações do Supermercado Marcos conforme figura 14.



Figura 14-Novas Instalações do Supermercado Marcos na Av. Bernardo Sayão  
Fonte: Mendes et al (2008).

Após a mudança de endereço para Avenida Bernardo Sayão, o Sr. Miguel decide mudar o nome do estabelecimento de mercearia para supermercado, pois com a expansão de seus negócios, a denominação inicial não indicava sua realidade de acordo com sua nova estrutura física. O nome Marcos foi mantido, visto que, já havia grande aceitação do nome, que em homenagem ao seu primogênito virou sua marca.



Figura 15: Disposição interna dos caixas do Supermercado Marcos na Av. Bernardo Sayão  
Fonte: Mendes et al (2008).

A nova estrutura física expandida do Supermercado Marcos, contava com 320m<sup>2</sup>, 20 funcionários e 04 *check-outs* (caixas) (MENDES et al 2008). Com mais espaço e contando com seus 20 colaboradores, o supermercado crescia cada vez mais em preferência na região.

Com a estrutura de supermercado e o histórico positivo da mercearia o Sr. Miguel pôde desempenhar mais uma vez um excelente trabalho. O supermercado garantia um número maior de clientes, graças ao mix de produtos muito maior e preço reduzido, devido ao volume de compras gerado pelo giro de estoque mais rápido, a maior quantidade de clientes bem atendidos tornavam-se fregueses, era a fórmula da frutaria e mercearia se repetindo, garantindo o sucesso do Supermercado Marcos e do Sr. Miguel nessa nova empreitada (ERIMAR, 2009, p.6).

Com mercado promissor e os negócios em ascensão, o supermercado vendia cada vez mais, fruto da estratégia inicial de negócio, prezando pelo atendimento diferenciado, unindo bons produtos e preços justos.

Com resultados positivos entre o final da década de 1970 e início de 1980, o Supermercado Marcos demonstrava futuro próspero, devido aos excelentes resultados apresentados e ao *Know-how*<sup>26</sup> adquirido no segmento, o Sr. Miguel decidiu se expandir originando a rede Marcos de Supermercado ( ERIMAR, 2009).

No ano de 1985, a segunda loja do Supermercado Marcos foi inaugurada no dia 12 de junho no Setor Marista, em um bairro nobre da capital de Goiânia. Em um espaço com 2.800 m<sup>2</sup> de área de venda, a loja contava com 160 funcionários (MENDES *et al*, 2008).

Nas décadas seguintes, a rede de Supermercados Marcos continuava em expansão na grande Capital, na década de 1990, foi aberta uma terceira loja no setor Ferroviário, o Supermercado Marcos da Avenida Castelo Branco. O panorama da rede Supermercado Marcos era bastante promissor, porém com parte de sua história no ano de 1985, infelizmente com um acidente aéreo trágico, levou Sr. Miguel a óbito, fundador e responsável pelo sucesso da Rede Marcos em Goiânia (ERIMAR, 2009).

A grande expansão e consolidação de rede de Supermercados Marcos, se deram na década de 2000, com a abertura de novas lojas em Goiânia e interior do estado. Com excelentes resultados a rede de Supermercado Marcos no ano de 2008, já liderava o segmento de supermercados em todo estado. No ano de 2008, planejou sua entrada no Distrito Federal, com a aquisição de quatro lojas de uma rede de supermercado local (ERIMAR, 2009).

Um fato inesperado ocorreu no dia 15 de setembro de 2008, como marco histórico surgiu à crise mundial no sistema financeiro, ocasionada pela quebra inesperada do Banco Lehman Brothers nos Estados Unidos. Com reflexo imediato da crise no sistema financeiro mundial, as operações para concessão de créditos não foram disponibilizadas para Rede de Supermercados Marcos. Diante deste cenário econômico, a Rede de Supermercado Marcos

---

<sup>26</sup>*Know-how* é um termo em inglês que significa “saber como”, o conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma profissional ou empresa que se destaca possuindo vantagens competitivas de mercado.



teve um grande impacto financeiro em suas operações, pois não havia dinheiro suficiente para pagar seus compromissos.

No ano de 2009, com agravamento de suas operações financeiras e com uma dívida inicial de R\$ 85 milhões, a Rede de Supermercado Marcos pediu recuperação judicial em 23 de outubro de 2009, cujo plano foi aprovado em outubro de 2010, para um prazo de 20 anos. Na época, fechou as portas de nove lojas na Grande Goiânia e vendeu a de Caldas Novas (O POPULAR, 2015).

## 2.5 Loja Tecidos Moreira

Para narrar a história da Loja de Tecidos Moreira, utilizou-se como principal fonte a história oral, que foi relatada pela depoente Gabriela Moreira Borges,<sup>27</sup> neta do empreendedor da Loja de Tecidos Moreira.

A Loja de Tecidos Moreira iniciou-se quando um jovem empreendedor assume o estabelecimento comercial na década de 1970, localizado na Avenida Bernardo Sayão, no Setor Fama. Geraldo Emídio Borges, natural Inhumas (GO) que viera para Goiânia ainda adolescente com a família, na década de 1950. Por motivos de trabalho mudara-se para capital, pois seu pai, Arlindo Emídio Borges, passara em concurso público, na função de fiscal arrecadador do governo.

Em sua infância, Geraldo trabalhou como engraxate, lavador de carro e frentista em posto de gasolina. Contudo, decidiu-se ser motorista de caminhão. Quando atingira a maior idade, rapidamente tirou sua habilitação. Com ajuda financeira do pai Arlindo, juntou todas suas economias e conseguiram comprar um caminhão. A escolha da profissão de caminhoneiro fora assertiva, pois naquele tempo, não faltava trabalho na capital.

No ano de 1966, Geraldo aos 21 anos, apaixonou-se por uma jovem chamada Iolanda Rosa Borges, sua vizinha na Vila Santa Helena que viera a ser sua esposa. Ao se casar, com o dinheiro adquirido por meio do trabalho realizado como caminhoneiro, comprou um grande lote na Vila Operária localizado na Avenida Bernardo Sayão.

Nos períodos, final da década de 1960 e o início de 1970, Sr. Geraldo identificou que a Avenida Bernardo Sayão já demonstrava mudanças em sua estrutura, em razão de vários vizinhos construir pequenas lojas em frente de suas residências e abrirem inicialmente pequenos estabelecimentos comerciais.

---

<sup>27</sup>Gabriela Moreira Borges é presidente da Câmara de desenvolvimento lojista jovem de Goiânia (CDL Jovem), período 2018/2020.



Com grande espírito empreendedor, ao acreditar que a Avenida Bernardo Sayão pudesse ser um grande potencial econômico na região, Sr. Geraldo também resolveu construir um cômodo de comércio em frente a sua residência para alugar. A largura de seu lote, media aproximadamente 360 m<sup>2</sup>, a parte da frente ficava para garagem do caminhão, no fundo sua residência, e ao lado da garagem seria a sala comercial.

Após a construção planejada, no ano de 1971, Sr. Geraldo alugou a sala comercial para um comerciante português chamado Manoel Augusto Conceição Moreira. No estabelecimento, ele comercializava tecidos em geral, para confecção de roupas de cama, mesa, banho, roupa íntima e enxovais.

Com abertura da loja de tecidos, o negócio se tornara promissor. Em pouco tempo, a loja de tecidos já havia conquistado muitos clientes na região. Visto que, o objetivo do negócio era somente tecidos, e como no bairro não haviam comércios especializados, a loja se tornar-se referência na região, pois foi a primeira de tecidos localizada na Avenida Bernardo Sayão.

No início do ano de 1973 Sr. Manoel, proprietário da loja de tecidos, decide voltar para Portugal. E, Geraldo, com três filhos pequenos, acreditou na oportunidade de se estabelecer em um novo negócio. Com grande desejo de ficar mais próximo de sua família, resolveu arriscar, comprou o ponto comercial do português e manteve o nome da loja Tecidos Moreira.

Após a aquisição da loja de tecidos, e com grande expectativa de dar continuidade no sucesso dos negócios, Sr. Geraldo contratou dois funcionários que já trabalhara com tecidos. Ademais, com os filhos crescidos, colocara toda a família para trabalhar e aprender sobre o negócio. Na ocasião, depois que assumiu a administração da empresa, parou de dirigir o seu caminhão. Não obstante, como havia muita demanda de serviços de entrega como motorista de caminhão ensinou seu funcionário Josué a dirigir, e o ajudou a tirar sua habilitação profissional. Com isso, ele assumiu o serviço de entregas na grande Goiânia, no interior e em diversas cidades do Brasil.

Com passar do tempo, o sucesso da loja de tecidos crescia cada vez mais. Conquistara muitos clientes com simpatia e bom atendimento, era muito atencioso com todos os moradores da região. Ainda no final da década de 1970, Sr. Geraldo se destacava dentre os comerciantes existentes na Avenida Bernardo Sayão, era muito conhecido por ser comunicativo e carismático com todos que passassem por sua loja, foi assim que ficou conhecido pelo nome da Loja. Portanto, se tornou muito popular na região onde foi nomeado

como “Geraldo Moreira”, o proprietário da loja de Tecidos Moreira. Esse nome foi tão representativo que todos o identificavam, e até pensavam que Moreira era seu real sobrenome.

Ao longo da década de 1970, com grande aumento da população na cidade de Goiânia, Já era possível observar, uma demanda crescente de bens de consumo e serviços, com uma grande procura de artigos para o vestuário. A Avenida Bernardo Sayão começou a ganhar seu reconhecimento comercial como polo confeccionista de roupas. Iniciando com três indústrias no ramo de confecções duas em malha e uma de lingerie. Passou, popularmente, a ser conhecida através das sacoleiras que vinham de diversas regiões do interior de Goiás e de outros estados do país, para efetivar compras na região de Campinas, pois já existia um grande comércio instalado de venda de roupas em camelôs na região. Com a divulgação da existência das confecções, ali mesmo na Rodoviária do setor de Campinas em Goiânia, elas perceberam a oportunidade de comprar direto das fábricas, com preços mais acessíveis na Avenida Bernardo Sayão (MENESES *et al*, 2008).

Diante daquele cenário, com o aumento do número de comércios do ramo confeccionista na grande região de Goiânia, Sr. Moreira constatou que o número de seus clientes havia crescido consideravelmente no final da década de 1970. Visto que, muitos de seus clientes eram seus vizinhos que trabalhavam no segmento confeccionista de roupas, e também possuía uma parcela bem expressiva de clientes confeccionistas que atuavam como feirantes na Feira Hippie de Goiânia<sup>28</sup>, que também tivera suas atividades iniciadas na década de 1970.

Em pouco tempo a loja de Tecidos Moreira localizada na Bernardo Sayão, se tornou referência no ramo confeccionista, sendo responsável pelo fornecimento do tecido à matéria prima básica para a confecção de roupas.

No final da década de 1970, acompanhando a ascensão do comércio confeccionista na Avenida Bernardo Sayão. Sr. Moreira foi ampliando sua estrutura física e aumentando o abastecimento de sua loja de tecidos, disponibilizando maior variedade de tecidos em razão do aumento de sua clientela local.

Posteriormente, em meados do início da década de 1980, com objetivo de expandir seus negócios, Sr. Moreira vendera seu caminhão e empregara o dinheiro na grande expansão de sua loja de tecidos.

---

<sup>28</sup> A feira Hippie de Goiânia é a maior feira ao ar livre da América Latina contando com quase 10 mil feirantes cadastrados que se distribuem na praça do trabalhador. [www.feirahippiegoiania.com.br/feira-sobre.html](http://www.feirahippiegoiania.com.br/feira-sobre.html)



Figura 16- Expansão da Loja de Tecidos Moreira década de 1980  
 Fonte: arquivo da família Moreira

Conforme idealizado no plano de expansão de seus negócios, ele construiu em toda área de seu lote a loja de tecidos, e transferiu sua residência para parte superior com construção do primeiro andar. Com desenvolvimento da Avenida Bernardo Sayão estabelecera que a loja de tecidos se tornasse a fonte de renda de toda sua família. Considerando o histórico positivo de seus negócios, conseguiria dar continuidade no excelente trabalho que realizava atendendo um maior número de clientes em sua nova estrutura.

No decorrer da década de 1980, aproveitando o alto fluxo de clientes que circulavam por toda avenida, em busca de preços populares em diversas variedades de lojas, Sr. Geraldo resolveu fazer propaganda de sua loja na Avenida Bernardo Sayão. Para chamar atenção de moradores e comerciantes na região, ainda de modo precário, começou a fazer propaganda com um som amarrado em uma Saveiro, entregava vários panfletos na região e colava cartazes nos postes de iluminação da avenida, divulgado a localização de sua loja e suas ofertas.

Ainda no final da década de 1980, com aumento de sua clientela local na Avenida Bernardo Sayão, Sr. Moreira resolveu abrir uma nova loja de tecidos na Avenida Circular nº 106 no Setor Sul. A nova loja ficou sob a gestão de seu primogênito Geraldo Junior, que

aprendera o ofício de ser comerciante desde pequeno, pois acompanhou o grande movimento da primeira loja de tecidos na Avenida Bernardo Sayão na década de 1970.

Na década de 1990, a loja Tecidos Moreira já era referência na região todos conheciam a família Moreira que vendia tecidos na Bernardo Sayão. Sua loja sempre estava cheia de clientes, amigos e vizinhos comerciantes da avenida. Todos passavam pela loja o ambiente era muito agradável e acolhedor. Sr Moreira fazia questão de servir muito bem seus clientes. Em sua loja, ele disponibilizava um cantinho onde havia sempre deliciosos biscoitos de queijo e um cafezinho quentinho para servir todos que quisessem entrar em sua loja, sendo clientes ou não.

O início da década de 1990 foi marcado com a abertura comercial e financeira no país, o comércio atacadista em Goiânia teve pouco impacto no começo da década. Na Avenida Bernardo Sayão, os comerciantes preocupados começaram aos poucos inserir produtos estrangeiros para concorrer com as demais indústrias confeccionistas locais. A Loja de Tecidos Moreira também aumentou seu *mix* de produtos, naquele período começou a vender produtos já confeccionados, enxoval de cama, mesa e banho peças que continha matéria prima exportada, produtos com a confecção em outros estados, sendo São Paulo e Rio Grande do Sul.

Na década de 1990, a Avenida Bernardo Sayão ficou muito famosa e conhecida em todo Brasil. Neste período, os clientes eram atraídos pelos preços populares e a variedade de produtos disponíveis no ramo de confecções de roupas em Goiânia. A Loja de Tecidos Moreira também possuía diversos compradores que vinham do interior do estado de Goiás, e de vários estados do país tais como Norte e Nordeste sendo os seus principais clientes naquela década.

No ano de 2000, com uma ideia inovadora Sr. Moreira decide transformar sua loja em Centro Comercial. Alterou toda documentação de sua loja localizada na Avenida Bernardo Sayão, e aproveitou toda sua estrutura física de 360 m<sup>2</sup>, para disponibilizar dezesseis Box/banca. A formação desta nova estrutura denominada como Box/banca, era diferenciada. Constituída sem a fixação de divisórias fixas, dispensando a formação de paredes e teto, o espaço era organizado com a instalação de pequenas bancas que continham divisórias de plástico. No Centro Comercial, o Sr Moreira manteve sua loja de tecidos que ficava no fundo da estrutura. Os demais Box foram ofertados para aluguéis e rapidamente foram todos ocupados por colegas comerciantes da Avenida Bernardo Sayão.

Na época o Centro Comercial foi um sucesso, neste período a Avenida Bernardo Sayão era muito movimentada atraía um grande público do Brasil todo. Neste período,

Gabriela Moreira destaca que os preços dos aluguéis das lojas comerciais da Avenida Bernardo Sayão aumentaram muito e os proprietários ainda cobravam luvas <sup>29</sup>dos pontos comerciais.

No ano de 2001, Sr. Moreira preocupado com o desenvolvimento do comércio local, mobilizou vários comerciantes da Avenida Bernardo Sayão através de um movimento classista, para constituir uma cooperativa de crédito que apoiasse sua classe empresarial. Fundou o Sicoob Lojicred em Goiânia, uma cooperativa de crédito que disponibilizava crédito ao empreendedor e comerciante com produtos e taxas mais acessíveis. Foi presidente por vários anos da cooperativa Sicoob Lojicred. Também “esteve por diversas vezes na diretoria da CDL Goiânia, dirigiu o Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (Compem) e ocupara importantes funções em várias outras entidades ligadas ao comércio” (SAGRES, 2017).



Figura 17- Sr. Moreira e candidato Marconi Perillo ano 2002  
Fonte: arquivo da família Moreira

Sr. Moreira era muito conhecido na Avenida Bernardo Sayão pelo seu intenso envolvimento classista, buscava vários meios para proteger sua classe de comerciantes, gostava de ajudar todos. No ano de 2002, em meio à caminhada política na Avenida Bernardo

---

<sup>29</sup> Luvas é o nome dado ao valor adiantado pago pelo inquilino ao locador ou sublocador, reservadamente, para assinatura de contrato de locação, além do aluguel mensal. É um costume que os proprietários de imóveis comerciais localizados em áreas muito valorizadas adquiriram, frente à grande demanda. <http://www.tudosobreimoveis.com.br/conteudo.asp?t=1&id=589&sid=12&subid=110>



Sayão, recebeu a visita do candidato a Governador do Estado Marconi Perillo, (fig.7) em sua loja de tecidos em que buscava apoio dos comerciantes da avenida.

Em 2005, após cinco anos de atividade do Centro Comercial, Sr Moreira considerou que seria mais lucrativo manter somente os aluguéis na Avenida Bernardo Sayão. Visto que no período houve uma supervalorização dos imóveis no setor, e ele não tinha tanta disponibilidade para atuar mais no comércio, pois estava envolvido com seus trabalhos no Sicoob Lojicred. Assim, decidiu investir em uma nova construção. No local do Centro Comercial, dividiu sua estrutura e construiu grandes salas comerciais para alugar. Na parte superior de sua estrutura, manteve sua residência e construiu dois escritórios para manter a gestão de seus negócios pessoais e a parte comercial da loja de tecidos localizada no Setor Sul, que era gerenciado pelo seu filho Gerado Júnior.

Nos anos posteriores, conforme planejado, os aluguéis das salas comerciais na Avenida Bernardo Sayão seriam uma fonte de renda para sua família. Contudo, com a supervalorização da região, vários comerciantes lojistas reclamavam da alta do preço, e aos poucos começaram a deixar as salas comerciais, e optar por pequenas lojas localizadas nas diversas galerias existentes na Avenida Bernardo Sayão, que também procuraram novos empreendimentos comerciais na região da Rua 44, entorno da Rodoviária de Goiânia. Com aluguéis eram bem mais atrativos do que as grandes salas da Avenida Bernardo Sayão.

Gabriela destaca ainda, que em meados dos anos 2010, já era perceptível identificar ao longo da avenida, uma grande redução do movimento de compradores atacadistas que vinham realizar suas compras. Naquele período, menciona que vários proprietários de salas comerciais começaram a reduzir os valores de seus aluguéis, inclusive às lojas comerciais de sua família, para tentar conter o lojista na Avenida Bernardo Sayão e fortalecer o comércio local.

A partir de 2011, Gabriela relata que a Avenida Bernardo Sayão perdera seu público para região da Rua 44, situada no entorno da Rodoviária de Goiânia. Enfatizara que a origem e desenvolvimento do comércio da Rua 44 foram caracterizados pela construção de diversos estabelecimentos comerciais, formando os primeiros centros de compras populares pautados através do comércio informal. Desta forma, salientou que era difícil competir com as mercadorias daqueles shoppings populares, pois os preços eram bem mais baratos do que os produtos ofertados na Avenida Bernardo Sayão. E para os comerciantes, havia uma variedade de lojas disponíveis na região, em sua maioria eram lojas com a estrutura física nomeada como box/banca, onde algumas mediam menos de 1m<sup>2</sup>. Contudo, os valores de aluguéis

praticados na região eram menos da metade dos valores cobrados nas salas comerciais da Avenida Bernardo Sayão.



### **CAPÍTULO 3- O SETOR DE CONFECÇÕES EM GOIÁS E EM GOIÂNIA**

O presente capítulo nos relata uma história sobre o surgimento do setor de confecções em Goiânia, e sua relação com o desenvolvimento histórico da Feira Hippie e Av. Bernardo Sayão localizada no setor Fama.

É importante ressaltar que o setor de confecções em Goiânia desde 1970, diante de um grande aumento populacional em contexto de marginalização e exclusão social das pessoas que buscaram oportunidades na nova capital. O setor propiciou uma grande oferta de trabalho/emprego no mercado informal, através da produção exercida em pequenas fabriquetas fundo de quintal.

O setor confeccionista em Goiânia é constituído desde seu surgimento até os dias atuais, pelo modo de organização do trabalho com adesão das práticas de flexibilização das relações de trabalhos. Neves e Pedrosa (2007, p. 12), evidenciam que estas “diferentes configurações, como: a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado”. Neste contexto, a produção confeccionista em Goiânia se desenvolveu historicamente sustentada em diversas atividades precarizadas por meio do trabalho informal.

As pesquisas realizadas na indústria de confecções de roupas em Goiânia evidenciaram que existe uma predominância de gênero que se destaca na ocupação do setor produtivo, onde as mulheres são discriminadas ocupando a ponta da cadeia produtiva, com atividades de costureiras a domicílio que revelam ocupações exercidas por modalidade de contratos informais praticadas por modelo de terceirização, expressando a vulnerabilidade no trabalho feminino realizado nas fábricas e oficinas domiciliares.

Neste capítulo será abordado por meio de pesquisa bibliográfica, o surgimento do Setor de Confecções em Goiás e em Goiânia. E como configurou historicamente suas relações de trabalho, e a ocupação generalizada de posto de trabalho através de trabalhos precarizados por meio da informalidade e a divisão sexual do trabalho produtivo neste segmento confeccionista.

### 3.1 O Surgimento do Setor de Confeção em Goiânia

A história do nascimento do setor de confecção em Goiânia, surge a partir da instalação da primeira loja de tecidos fundada em 1954, por Sr. Manoel da Cunha Rego Madruga (in memoriam), em Goiânia – GO, a loja de Tecidos Tita. A localização escolhida para iniciar o negócio, foi na Avenida Anhanguera, no Centro, com uma pequena loja, vendendo exclusivamente Tecidos aos comerciantes varejistas.

Com sucesso há mais de meio século, com a fundação da matriz a loja de Tecidos Tita em Goiânia, foi a primeira e maior empresa atacadista de tecidos, confecções, cama, mesa e banho do país (TECIDOS TITA, [2000]).

A origem e o desenvolvimento do setor de confecções em Goiânia surgiram por volta do final da década de 1960. Nestes meados da década de 1960, surge o primeiro fundamento importante do nascimento do polo comercial de roupas de Goiânia, não no Centro, nem na Vila Operária, mas em Campinas. Segundo Castro e Brito (2006), surgem às três confecções pioneiras<sup>30</sup>:

a) a *Planalto Confeções*, fundada em 1964, que ainda segue com a produção de calças e camisas.

b) a confecção *Nova Plan*, com seu surgimento no ano de 1966, com artigos para o vestuário de cama e mesa, que atualmente comercializa seus produtos no varejo.

c) No ano seguinte, a confecção *Scala*, fundada por Antônio Meneguello, a atual renomeada *Bulk Confeções*, que introduziu a “modinha” com a comercialização inicial somente no atacado, e nos dias atuais também atende o público no mercado varejista.

Abba e Souza (2013, p. 30) oferecem informações aproximadas das dos autores acima sobre a primeira e a última das três confecções acima. Confirmam que a história do surgimento das primeiras confecções goianas é do último terço da década de 1960. Dizem que a *Confeção Planalto* foi fundada em 1967, com a produção de calças de tecido sintético, importados da Ásia e camisas de algodão de tecelagens brasileiras. Em seguida, mencionam o surgimento da *Confeção Bulk*, com a oferta de novos produtos diferentes dos tradicionais produzidos naquela época. Para os mesmos autores, a confecção Bulk instalada no Setor Campinas foi à primeira confecção de roupas que começou ofertando produtos denominados

---

<sup>30</sup> Elas ainda são atuantes em nossos dias.

“modinha”, conceituada com *mix* de produtos do vestuário para o público feminino, com a confecção de blusas, vestidos e calças produzidos com malha de algodão, viscose e linho.

À medida que as primeiras confecções foram surgindo, os autores Castro; Brito (2006), destacam que as pequenas confecções inicialmente foram se instalando justamente em três regiões escolhida da cidade. A primeira no Setor Campinas, na Rua Alberto Miguel, antiga Avenida Bahia; em seguida, outra na Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama; e uma terceira na Avenida 85, no setor Marista. Salientam ainda, que cada um desses centros tiveram sua própria história, relacionando sua origem seguida da configuração como centro de compras regional (CASTRO; BRITO, 2006).

Na década de 1970, um dos fatores que influenciou o processo de expansão do segmento confeccionista em Goiânia e o surgimento de novas micros e pequenas empresa na região, que segundo Carvalho, Wendland e Mota (2007), foi a atuação da Feira Hippie de Goiânia, com suas atividades iniciadas na primeira metade da década de 1970. Com o desenvolvimento da referida Feira Hippie em Goiânia na capital do estado. Os autores Abba e Souza (2013), relatam que o desenvolvimento da Feira Hippie faz parte da história das confecções do estado de Goiás, pois ela foi nomeada com o título de maior feira livre de roupas da América Latina. Desta forma, a Feira Hippie sempre atraiu um grande público de clientes vindos de várias regiões do Brasil, com objetivo de encontrar os mais diversos produtos do vestuário confeccionados em Goiânia.

### **3.2 História da Feira Hippie**

A Feira Hippie de Goiânia, de acordo com seu nome, teve o surgimento com o movimento *hippie*, em meados do final da década de 1960 e início da década de 1970 (MAIA E COELHO, 1997). Segundo Silvestre (2016) não é possível encontrar uma fonte probante sobre o início da Feira Hippie, todavia o autor evidencia o livro *Feira Hippie de Goiânia (2008)* da autora Anaí Mendonça de Sousa, relata através de memórias dos feirantes, narrativas descrevendo a construção da histórica do início da feira e suas mudanças de localização no espaço urbano. Não obstante, dentre as fontes pesquisadas, destacam trabalhos dos autores Borges (2003), Lopes (2008) e Lima e Carvalho (2007), que relatam o período do nascimento da Feira Hippie iniciado a partir da década de 1970.

A Feira Hippie de Goiânia, de acordo com seu nome, teve seu surgimento com o movimento *hippie*, em meados do final da década de 1960 e início da década de 1970. A Feira *Hippie* inicialmente era composta por expositores que fabricavam e comercializavam suas

mercadorias por meio de artesanato. O primeiro espaço utilizado pelos *hippies* era no Parque Mutirama, onde começou em 1969 (MAIA E COELHO, 1997).



Figura 18- Feira Hippie em seu início na década de 70

Fonte: <[http://ceramika.com.br/?pagina=artesanato\\_em\\_couro&titulo=Artesanato+em+couro](http://ceramika.com.br/?pagina=artesanato_em_couro&titulo=Artesanato+em+couro)> Acesso em 29/03/2015 in: SILVESTRE. 2016, p. 28.

Ainda de acordo com autores Maia e Coelho (1997), com o passar do tempo a referida feira começou a atrair mais expositores e frequentadores no decorrer da década de 1970. Em virtude da rápida expansão da Feira Hippie, a mesma foi transferida para o interior da Praça Cívica, atual Praça Pedro Ludovico Teixeira, no centro tradicional da cidade.

Nesse novo local, a feira passou a adquirir novos integrantes e por lá permaneceu até o final da década de 1970. Quando o espaço já não suportava o grande número de vendedores, as barracas foram sendo montadas ao longo da Avenida Goiás. Nessa altura, a oferta de produtos já estava bastante diversificada, com predomínio de confecções, calçados, alimentos [...] que foram servindo como uma nova fonte de renda para os novos feirantes (CARVALHO, WENDLANDE E MOTA, 2007, p. 32).





Figura 19-Feira Hippie instalada na Praça Cívica, em seu início na década de 1970.

Fonte: <[http://ceramika.com.br/?pagina=artesanato\\_em\\_couro&titulo=Artesanato+em+couro](http://ceramika.com.br/?pagina=artesanato_em_couro&titulo=Artesanato+em+couro)> Acesso em 29/03/2015 in: SILVESTRE. 2016, p. 29.

No que se refere à confecção e comercialização de roupas LOPES (2008), salienta que no decorrer da década de 1970, os produtos eram produzidos no próprio local de trabalho/comércio, denominando como produção quase artesanal. A confecção das roupas não contava com nenhum processo tecnológico, basicamente eram produzidas em pequenas fabriquetas nos fundos de quintais, de forma precária contando na época somente com a máquina de costura.

Cabe ressaltar que historicamente associado ao processo confeccionista de roupas, existe uma grande facilidade de entrada nesse segmento. Pedroso (2008, p. 95) evidencia que “é bastante acessível a qualquer pessoa a aquisição de uma ou duas máquinas de costura, através de financiamentos pessoais”, pois não há a necessidade de especialização para produção, a atividade produtiva geralmente pode ser exercida por meio da economia informal trabalhando com pessoas da mesma família, por meio de atividades realizada a domicílio. E para Lopes (2008, p. 196), “associado a isso se verifica o inusitado processo de ampliação do número de bancas dedicadas à comercialização de roupas, que passam à condição de principal mercadoria vendida”.

Ainda de acordo com autor citado, o desenvolvimento crescente dá introdução às atividades desses trabalhadores:

em uma economia progressivamente regionalizada e globalizada, bem como o fato de que o comércio praticado pelos ambulantes no centro de Goiânia tende a se tornar regionalizado à medida que sacoleiros e sacoleiras de todo o Estado de Goiás passam a nele buscar mercadorias baratas para revender em seus respectivos municípios, principalmente roupas (LOPES, 2008, p. 195).

Com o rápido crescimento e o aumento da popularidade da Feira *Hippie*, atendendo os interesses públicos, a localização dela “foi transferida de lugar em quatro momentos no decorrer da sua história” (BORGES, 2013, p.104). Com a instalação na Avenida Goiás, no Centro da cidade, os problemas eram constantes. Neste local devido ao crescimento desordenado, na década de 1980, continuará a ganhar um número maior de novos feirantes, consequentemente os problemas aumentavam. “Suas bancas se estendiam ao longo da avenida, atrapalhando o trânsito e causando insatisfação entre os moradores da região e os próprios feirantes” (FERNANDES, 2008, p.17).

Na década de 1990, Maia e Coelho (1997), destacam que um dos principais fatores que impulsionaram a última mudança de localização da Feira Hippie, da Avenida Goiás para a Praça do Trabalhador, foi o seu crescimento desordenado, ainda no começo daquela década, localizava-se na Avenida Goiás, “já contava com um público frequentador de 25 mil pessoas, aproximadamente” (MAIA; COELHO, 1997, p.10). Borges (2013) descreve que a última mudança ocorreu na década de 1990, precisamente no ano de 1995 onde houve o deslocamento dos feirantes para Praça do Trabalhador. A autora ainda salienta que essa mudança foi necessária, pois o local não comportara mais o grande número de feirantes e visitantes que eram atraídos para região do Centro de Goiânia.

A iniciativa do poder público de levar a feira para a Praça do Trabalhador possibilitou que ela se configurasse da maneira que está hoje; transformando-se em importante centro de compras, que atrai, aproximadamente, 50 mil visitantes por domingo, a maioria oriundos de vários estados do Brasil, que buscam no local, mercadorias com boa qualidade e preços baixos. Atualmente, o maior destaque é a venda no atacado principalmente de produtos que compõem o setor de vestuário (BORGES, 2013, p. 92).

Com a transferência da Feira Hippie para a Praça do Trabalhador, no ano de 1995, o número de feirantes e visitantes crescera naquela década. A Praça do Trabalhador fica situada no final da Avenida Goiás, ao lado do Terminal Rodoviário Dom Fernando de Goiânia<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> O Terminal Rodoviário Dom Fernando Gomes foi construído para substituir o antigo terminal de Goiânia, no Setor Aeroporto, que não comportava mais o fluxo de passageiros. Inaugurado em 1986 e localizado na Avenida Goiás, o terminal rodoviário é um dos maiores do Centro-Oeste e o maior de Goiás com 40 mil metros quadrados. O local abriga o Araguaia Shopping que possui praças de alimentação, cinemas, lojas, supermercados

Com a última transferência da Feira Hippie para a Praça do Trabalhador, foram adotadas algumas medidas para organização do novo espaço situado na Praça. As medidas foram:

divisão da Praça do Trabalhador em 18 áreas distintas, identificadas por letras; padronização do espaço das barracas ( cada barraca tem um espaço de 2m x 1m);cadastramento dos feirantes mediante cobrança da taxa anual de ocupação de logradouros públicos; instituição de uma cor comum (azul)para cobertura das barracas (MAIA;COELHO, 1997, p.11).



Figura 20- Vista Aérea da Feira Hippie

Fonte: <<https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photos/07/7a/53/32/feira-hippie.jpg>> Acesso em 22/04/2015 in Silvestre

Nascimento (2017) destaca que com a intervenção da mudança de localização da Feira Hippie, o setor Norte Ferroviário era um bairro que tinha “caráter periférico e abandonado”, e que após a instalação da Feira Hippie na Praça do Trabalhador sua realidade mudou:

o bairro que antes tinha caráter periférico e abandonado, começa a viver uma nova realidade do comercio em massa, pois a feira hippie cresce ano a ano, motivada também pelo enorme crescimento populacional e por ser um comercio voltado a classe popular, os preços e a fama de produtos com relativa qualidade, chamam atenção nacional, e comerciantes de todo o Brasil começam a enxergar Goiânia, como cidade de negócios ( NASCIMENTO, 2017, p. 56).



Silva (2017, p. 89) salienta que após a fixação da Feira Hippie na Praça do Trabalhador, a mesma passou a ser “reconhecida como principal centro de compras da capital<sup>32</sup>”, onde atraiu para a região inúmeros compradores de vários estados brasileiros, com destaque das regiões Norte e Nordeste. Esse grande público, denominados como sacoleiros<sup>33</sup>, buscavam na Feira Hippie mercadorias do vestuário baratas, realizando compras no atacado para revender em seus estados.

Ainda no começo da década dos anos 2000, segundo relato de uma compradora sacoleira da região do Maranhão, destaca o que impulsionou o aumento do turismo de compra na capital, após instalação da Feira Hippie na Praça Trabalhador:

Depois que a Feira foi para a Praça do Trabalhador ficou tudo mais fácil. A gente sempre vinha de ônibus, nas excursões de compra no bate e volta. Sai de madrugada na sexta feira do Maranhão e chegamos em Goiânia no Sábado a tarde, na Rodoviária de Goiânia. Ai, a Feira Hippie já ta do lado, e bem pertinho, agora saímos do ônibus e vamos caminhando até a feira e depois para o hotel.

Lopes (2008, p. 211) ressalta que após o fato da transferência da Feira Hippie para o entorno da Rodoviária Dom Fernando, “fez com que está se tornasse procurada regularmente por pessoas das mais variadas localidades da Região Centro-Oeste e, também, por gente de toda parte do país”. O autor salienta que o grande número de barracas exclusivas para a comercialização de roupas a preços populares, está relacionada a um processo histórico crescente de precarização <sup>34</sup>das etapas de produção existentes no setor de confecção em Goiânia.

Silva (2017) aponta que, em meados dos anos 2000 a Rodoviária Dom Fernando foi reconfigurada em um Shopping, nomeado como Shopping Araguaia, instalado dentro do Terminal Rodoviário. Para autora Nascimento (2017), o Shopping Araguaia nasceu com uma

---

<sup>32</sup> Feira Hippie foi considerada A maior feira a céu aberto da América Latina. De acordo com o presidente da Associação de Feirantes da Feira Hippie, Manoel Rodrigues de Abadia, o mesmo acredita que circularam pela feira em torno de 120 mil pessoas. “A nossa média, aos finais de semana ao longo do ano, é de 70 mil pessoas. Além disso, recebemos 380 ônibus de vários Estados que começaram a chegar na quinta-feira”. Fonte: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/20%C2%BA-ano-feira-hippie-1.1009561>

<sup>33</sup> Sacoleiros pessoa que vive de comprar mercadorias por preços baixos em locais específicos e transportá-las (dentro de malas, sacolas e similares) para vender no comércio varejista informal dos pequenos centros. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sacoleira/>

<sup>34</sup> A precarização do trabalho, está relacionada à crescente destruição dos direitos sociais e trabalhistas (SINGER, 2003). A precarização configura-se a novas formas do emprego da força de trabalho, acompanhadas pela flexibilização dos contratos de trabalhos, fragilizadas com ausências de direitos sociais, contribuindo diretamente para o desempenho de atividades que se sustentam por meio de exploração do capital, através do trabalho informal.

característica diferenciada dos demais grandes shoppings instalados na capital. A proposta era oferecer produtos para uma classe social menos elitizada, podendo concorrer com os comerciantes da Feira Hippie, “e o comércio em volta, se aproveitando do grande volume de capital que passa por esse local” (NASCIMENTO, 2017, p. 56).

Com a instalação da Feira Hippie no entorno da Rodoviária Dom Fernando, em proximidade com a Rua 44 no Setor Norte Ferroviário, a região começou a passar por mudanças com a construção dos primeiros centros de compras populares instalados na região da Rua 44. Silva (2017, p. 90) destaca que “os primeiros empreendimentos que surgiram na região da Rua 44 foram: Via Contorno (2000), Shopping Imperial Center (2001), Galeria Fabri (2001), Espaço da Moda (2001), Shopping Stilo (2003) e Camelódromo Centro Oeste (2007)”.

Cabe salientar que após a construção dos primeiros centros de compras conforme mencionados. Vários centros de compras que foram surgindo, também ofereciam acomodações para o turista sacoleiro que vinha de diversas regiões do País. Ou seja, funciona como hotel e centro de compras.

De acordo com relato de uma proprietária de lojas do interior de Goiás, município de Pontalina, a mesma relata a facilidade de realizar compras na Feira Hippie e na Rua 44 no entorno da Rodoviária:

Eu sempre venho de ônibus a Goiânia para fazer compras de mercadorias para minha loja. Antes também comprava muito lá na Avenida Bernardo Sayão na Fama, mais era difícil porque gastava mais dinheiro andando de táxi. Quando descia na Rodoviária, já pegava um táxi para o hotel, depois outro para ir à Avenida Bernardo Sayão, gastava bem mais. Mas agora depois da mudança da Feira Hippie, tem muitas galerias em torno da Rua 44 do lado da Rodoviária, tudo mudou é mais fácil. Eu desço do ônibus e vou direto pro hotel, que também é dentro de uma galeria que tem várias lojas onde também costumo comprar. Venho na sexta, faço compras na região da Rua 44 e no Domingo na Feira Hippie, não pego nenhuma condução, vou caminhando em todos os locais, até voltar para o ônibus na Rodoviária.

Com as modificações ocorridas no espaço urbano na década de 2000, a Rua 44 no Setor Norte Ferroviário, começou a atrair vários comerciantes que se instalaram nos primeiros centros de compras comerciais da região. Com isso, começaram a surgir na região da Rua 44, novos hotéis, estacionamentos, lanchonetes, restaurantes e etc.

### 3.3 Avenida Bernardo Sayão

#### 3.3.1 Nascimento de Um Polo Comercial de Roupas em Goiânia

A Avenida Bernardo Sayão é a principal avenida do setor Centro Oeste, possui uma extensão de 3000 metros de extensão. Localizada em proximidade com o setor Campinas e o Setor Norte Ferroviário. A Avenida Bernardo Sayão ganhou destaque no país como um grande polo confeccionista regional, conhecida por seus preços populares e grande variedade de lojas, que comercializa produtos do vestuário no atacado.

Seu desenvolvimento comercial atacadista inicia-se na década de 1970, a partir da instalação das primeiras lojas do ramo de confecções de roupas. De acordo com relatos de moradores antigos do bairro, mencionam que as localizações das primeiras lojas atacadistas de roupas da Avenida Bernardo Sayão foram estabelecidas no começo da Avenida, em proximidade com o setor Campinas.

Na década de 1970, cabe destacar que no setor Campinas na famosa Avenida 24 de outubro, já havia uma predominância de vários tipos de estabelecimentos comerciais.

Gomides (2018) destaca que a Avenida 24 de outubro foi à primeira avenida comercial do setor de Campinas. Destaca sua importância desde o início da formação de Goiânia:

A avenida surgiu nos arredores da Praça Coronel Joaquim Lúcio e, posteriormente, foi crescendo, no sentido Goiânia. Sua ligação direta com a capital impulsionou esse desenvolvimento, dado o grande fluxo de pessoas que transitavam por lá (e ainda transitam), o que favoreceu a predominância de estabelecimentos comerciais variados (GOMIDES, 2018, p. 80).

Na década de 1970, a Avenida 24 de outubro já havia se transformado em um grande centro comercial. Rocha (2010, p. 27), salienta que “do ponto de vista da economia, a memória de Campinas registra o forte papel exercido pelo comércio, desde os primeiros tempos até hoje”. Neste período, Gomides (2018) evidencia a existência de diversos lojistas, tais como Bazar do Estudante com a comercialização de materiais escolares, Super Lar que vendia produtos de utensílios domésticos e lojas de tecidos, como a Loja de Tecidos Paulista e Lojas Pernambucanas.



Figura 21-Avenida 24 de Outubro década de 1970.

Fonte: Jornal *O Popular*, 9 nov. 1975. Arquivo SEPLAM, 2017 in In Godinho, 2018, p. 85.

Ao longo da década de 1970, com grande aumento da população na cidade de Goiânia. Já era possível observar, uma demanda crescente de bens de consumo e serviços, com uma grande procura de artigos para o vestuário. Cabe apontar que a origem e desenvolvimento da indústria de confecções em Goiás surgiram no decorrer da década de 1960, impulsionando na década seguinte à instalação de novas lojas do setor de comércio e serviço do ramo confeccionista.

Na década de 1970, com o aumento da procura de artigo do vestuário, em 1971 surge à primeira loja de tecidos na Avenida Bernardo Sayão, a Loja Tecidos Moreira. Segundo Siqueira (2013, p. 108) “ainda na década de 1970, roupas e artigos de luxo vinham de São Paulo e Rio para serem vendidas em pequenas e elitizadas boutiques, enquanto a classe média encomendava seus trajes para costureiras”. Em Goiânia, antes do surgimento do mercado confeccionista de roupas, nas décadas anteriores, era muito comum a compra de tecidos por parte dos clientes, onde escolhiam os tecidos nas lojas atacadistas e encomendavam suas roupas a costureiras e alfaiates.

E importante ressaltar que diante de um contexto histórico a cidade de Goiânia, a partir da década de 1970, já demonstrava com predominância uma população urbana. Rocha (2009, p.138) evidencia que “em Goiânia concentravam-se na cidade 380.773 pessoas, enquanto a zona rural do município hospedava apenas 17.717 moradores”. E com grande

aumento populacional na década, a capital goiana não oferecia oferta de emprego para todas estas pessoas. Nesse sentido, para Lopes (2008) no contexto dos anos de 1970:

um processo de reconfiguração espacial dos grandes centros urbanos, marcado pela presença e pelo crescimento do número de indivíduos que, com dificuldades de reemprego ou de ingresso no “mercado de trabalho protegido” passam progressivamente a “re-territorializar” o espaço público ao adotarem novas estratégias de luta pela sobrevivência (Lopes, 2008, p.190).

Verifica-se assim, um grande contingente de pessoas na cidade de Goiânia, que provocaram um intenso processo de êxodo rural, onde as pessoas foram atraídas a ocupar as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho na capital. Contudo como não houve absorção da grande massa de força de trabalho, a população buscou alternativas de prover o sustento de suas famílias por meio de atividades na condição de camelôs e ambulantes que atuavam na região central de Goiânia. Neste período houve uma grande concentração de ambulantes e camelôs que trabalhavam na Feira Hippie de Goiânia (LOPES, 2008).

Neste sentido, a população buscou como forma de alternativa para prover o sustento de suas famílias, o emprego através de atividades informais, a confecção e comercialização de produtos para o vestuário. Para Pedrosa (2008, p. 85) “o conceito de atividades informais,” oculta desde vendedores ambulantes, camelôs bem como os donos de fabriquetas de fundo de quintal, que produzem grande parte das confecções comercializadas hoje em vários pontos da cidade de Goiânia, bem como na Feira Hippie”.

Diante deste contexto, o crescimento do comércio no ramo de confecções na Avenida Bernardo Sayão ocorreu de forma natural. Sua localização estratégica, situada em proximidade com os setores do Centro e Campinas, favoreceu a fácil disponibilidade de obtenção de matéria prima básica para a produção confeccionista, o tecido. As primeiras lojas de tecidos de Goiânia localizavam-se no Centro, Campinas e na Fama.

Segundo Gabriella Moreira, relata que o desenvolvimento do comércio no ramo de confecções de roupas na Avenida Bernardo Sayão, emergiu através de pequenos negócios familiares, com a instalação de pequenas fabriquetas no fundo de quintal. A estrutura inicial padrão das lojas na Avenida Bernardo Sayão eram modelos de lojas na frente e fábrica no fundo, onde ali também eram as residências daqueles empreendedores na região.

No que se refere à confecção e comercialização de roupas Lopes (2008), salienta que no decorrer da década de 1970, os produtos eram produzidos no próprio local de trabalho/comércio, denominando como produção quase artesanal. A confecção das roupas não contava com nenhum processo tecnológico, basicamente eram produzidas em pequenas



fabriquetas nos fundos de quintais, de forma precária contando na época somente com a máquina de costura.

Cabe destacar que historicamente associado ao processo confeccionista de roupas, existe uma grande facilidade de entrada neste segmento. Pedroso (2008, p. 95) evidencia que “é bastante acessível a qualquer pessoa a aquisição de uma ou duas máquinas de costura, através de financiamentos pessoais”, pois não há a necessidade de especialização para produção, a atividade produtiva geralmente pode ser exercida por meio da economia informal trabalhando com pessoas da mesma família, por meio de atividades realizada a domicílio

Sua história de desenvolvimento está ancorada pelo predomínio de micros e pequenas empresas familiares atuando no ramo de confecções atacadista. Nunes e Campos (2006, p. 237) destacam que o setor de confecção em Goiânia possui historicamente um “grande predomínio de micro e pequenas empresas no setor tem como principais justificativas o baixo custo de entrada e a facilidade de acesso à tecnologia”.

Diante deste contexto, com o aumento da demanda da produção e comercialização de produtos para o vestuário, surgem na Avenida Bernardo Sayão os primeiros empreendedores comerciantes do ramo de confecções de roupas. De acordo com relatos de moradores antigos do setor fama, evidenciam que as primeiras lojas de confecções de roupas que se instalaram na avenida, foram duas pequenas lojas de confecções de roupas em malha, iniciadas ainda na década de 1970, localizadas no começo da avenida em proximidade com o bairro de Campinas.

Dispondo na região da principal matéria prima básica para produção de roupas, o tecido e contando com a mão de obra barata para a produção de roupas. Os comerciantes que iniciaram na Avenida Bernardo Sayão, conseguiam comercializar seus produtos a preços bem acessíveis, pois além de comerciantes eram também fabricantes de suas mercadorias.

Segundo Gabriella Moreira, em sua memória guarda relatos de seu avô o Sr. Moreira, destacando sobre a história do desenvolvimento comercial atacadista de roupas na Avenida Bernardo Sayão. O mesmo destacava que a localização estratégica da Avenida Bernardo Sayão entre Campinas e o Centro de Goiânia, favoreceu muito a expansão deste segmento, evidenciando também a proximidade com as lojas de tecidos disponíveis na região, nos setores Centro, Campinas e sua loja de tecidos na Fama.

Segundo Gomides (2013) a Avenida Bernardo Sayão “começou na década de 70, se reafirmou nos anos 80 com a vinda de novas marcas e fábricas e se tornou um aglomerado durante os anos 90”. Com grande desenvolvimento comercial no ramo atacadista de roupas, a avenida era representada por diversas lojas, contendo uma variedade de opções de roupas, tais

como lojas como moda feminina, masculina e infantil, destacando os seus preços acessíveis, o que despertava inúmeros clientes de várias regiões do país, que buscavam realizar compras no atacado e varejo.

A grande consolidação da Avenida Bernardo Sayão ocorreu no início da década de 1990, a região fortaleceu-se muito nesta época, havia um grande número de lojistas na avenida e nas ruas paralelas em proximidade com a avenida. “Na década 90 a aglomeração de lojas foi mais intensa, inclusive nas adjacências da avenida e a mesma se consolidou como polo industrial de confecções” (MENESES e et al[2008]).

Gomides (2013) salienta que em meados dos anos 2000, o comércio continuou a evoluir na região. Com a continuidade da expansão do comércio na Avenida Bernardo Sayão, foi criada uma associação a ACIBS (Associação Comercial e Industrial da Avenida Bernardo Sayão e Adjacências), para promover a publicidade em massa de ações de marketing.

Na década dos anos 2000, a Avenida Bernardo Sayão ganhou tanto destaque que houve a criação de projeto pré-aprovado no período, o qual havia a projeção da prolongação da avenida em 700 metros até a Marginal Botafogo. De acordo com pesquisa, esta extensão proporcionaria o aumento do número de pontos de vendas em aproximadamente 800 novos pontos comerciais (MENESES e et al[2008]).



Figura 22-Grande fluxo de clientes na Avenida Bernardo Sayão, anos 2010.

Fonte:<http://gofw.com.br/noticias-infofashion/mercado-noticias-infofashion/bernardo-sayao-considerada-o-maior-shopping-horizontal-da-america-latina/>



De acordo com relato de comerciantes antigos da Avenida Bernardo Sayão, apontam que a partir dos anos 2000, houve um grande aumento da valorização dos imóveis da região. Os valores dos aluguéis aumentaram consideravelmente, destacam também o imposto predial, e contas de consumo como o saneamento e a energia elétrica na região.

Em meados dos anos 2008, segundo Gabriella Moreira inicia-se uma queda no número de clientes frequentadores da região da Avenida Bernardo Sayão. Neste período, em proximidade com o setor Fama, começa a surgir no setor Ferroviário, no entorno da Rodoviária Dom Fernando, pequenas galerias e shopping populares que começaram a comercializar produtos do vestuário, com os preços mais acessíveis do que os praticados nas grandes lojas da Avenida Bernardo Sayão.

Diante deste contexto, com a redução do número de clientes na Avenida Bernardo Sayão, crescia o número de clientes que começaram a frequentar o entorno da Rodoviária de Goiânia. O grande público começou a ser atraído pelo comércio praticado há décadas na Feira Hippie de Goiânia, a feira estava instalada ao lado da Rodoviária de Goiânia, onde crescia o comércio com as instalações dos primeiros shoppings populares que começaram a ser estabelecer na Rua 44.

No ano 2011 conforme projeto, foi inaugurado pelo então prefeito de Goiânia Paulo Garcia (PT), no dia 22/10, o trecho que liga as avenidas Bernardo Sayão e Goiás Norte. Segundo a Agência Municipal de Obras (Amob), o trecho tem 9,6 mil metros quadrados de extensão. De acordo com a Agência Municipal de Trânsito (AMT), “a via servirá para desafogar o trânsito na região dos setores Norte Ferroviário, Fama e Campinas” (A REDAÇÃO, 2011).



Figura 23- Inauguração trecho que liga Bernardo Sayão e Goiás Norte, ano 2011.

Fonte: <https://www.aredacao.com.br/noticias/4443/inaugurado-trecho-que-liga-bernardo-sayao-e-goias-norte>.

### 3.4 Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

Discorrer sobre os temas gênero e divisão sexual do trabalho emergem várias estudos referentes a diversas áreas de conhecimentos tais como: Sociologia, História, Economia, Antropologia dentre outras. Falar inicialmente sobre o conceito de gênero relacionado às questões sobre a divisão sexual do trabalho nos remete a falar de relações sociais que descrevem de forma universal papéis sobre o que é ser “homem e mulher” desde a era primitiva. Para os autores Marx e Engels mencionam que a “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (1977, p. 70). Sendo assim, o papel do homem era atribuído a conservação de sua prole, e a mulher responsável pelos cuidados de seus filhos, maridos e trabalhos domésticos.

O conceito de gênero surge a partir de movimentos feministas, nasce com o objetivo de estabelecer direitos iguais entre homens e mulheres, com fortes queixas evidenciando as relações de poder e dominação do sistema de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero, onde o sexo masculino mantinha dominação e poder. Scott (1998, p. 115), o conceito de gênero refere-se ao “discurso da diferença dos sexos”, ou “a organização social dos sexos” e reforça que “não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às

práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo o que constitui as relações sociais”. Portanto, as relações de gênero estão diretamente interligadas a divisão sexual do trabalho, incluindo por meio da determinação do sexo biológico, descrevendo as diferenças e atribuições de papéis diferenciados para homens e mulheres.

Com mudanças significativas ocorridas no mundo do trabalho, a inclusão da força do trabalho feminino se insere no contexto das principais modificações realizadas no modo de produção do trabalho, adotando de forma flexibilizada novos modelos de produção através da reestruturação produtiva. A categoria gênero e divisão sexual do trabalho são citadas nos estudos realizados pelo autor Antunes em sua obra *Os sentidos do trabalho*, o mesmo analisa as transformações ocorridas no mundo do trabalho, evidenciando o trabalho feminino como novas formas de legitimação na centralidade do trabalho.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho, Antunes (2005, p. 109).

Somente no século XIX, após a Revolução Industrial, que as mulheres tiveram um aumento considerável no percentual da inclusão feminina no trabalho produtivo assalariado, com reconhecimentos definitivos do uso da força do trabalho feminino. Para Scott (1994, p. 443), “a mulher trabalhadora foi um produto da Revolução Industrial, não tanto porque a mecanização tenha criado para ela postos de trabalho onde antes não existiam (mesmo se esse foi seguramente o caso em algumas áreas), mas porque no decurso da mesma ela se tornou uma figura perturbadora e visível”. Percebe-se que através do aumento da inclusão da força do trabalho feminino nas grandes indústrias, as mulheres como trabalhadoras assalariadas, ganharam forças e capacidades produtivas, objetivando o aumento de reivindicações entre as relações de trabalho, realizadas através de movimentos feministas com intuito de reconhecer e valorizar o uso do trabalho feminino de forma igualitária.

E notório que a mulher passou a ocupar seu espaço no mercado de trabalho após modificações na estrutura do trabalho na era industrial, entretanto suas ocupações estavam direcionadas a atividades dotadas de menor qualificação, geralmente conferidas aos trabalhos manuais e repetitivos, relacionando oposições a cargos ocupados pelo sexo masculinos, e aos homens eram requeridos conhecimentos técnicos definindo assim claramente a divisão sexual do trabalho. Antunes (2005, p. 105) salienta que apesar da expansão do uso da força do

trabalho feminino, destaca significado “inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho”. Os salários pagos as mulheres era bem inferior a remuneração recebidas pelos homens, o mesmo também ocorre no que refere aos direitos e as condições relacionadas ao trabalho, marcados fortemente por empregos precários e flexíveis. Leite (2007, p. 59) salienta que de modo geral, “entende-se como natural a baixa remuneração feminina, cuja justificativa reside no fato de que o salário feminino deve ser apenas complementar ao do homem, da mesma forma que as tarefas domésticas são vistas como “assunto de mulher” ou como uma “vocação feminina”. Não obstante, percebem-se claramente a existência da divisão sexual do trabalho, pautada em construções sociais definidas, sobre as ocupações determinadas as mulheres vistas como vocações de trabalhos femininos, utilizando como justificativa as diferenças relacionadas ao sexo biológico.

No cenário do trabalho flexibilizado, com a introdução de novas formas de organização do trabalho, as mulheres de forma generalizadas foram inseridas inicialmente nas práticas de atividades flexibilizada pelo capital. Para Amorim (2003, p. 19) “no caso particular da indústria de confecção, esta experimentação pautada na força do trabalho feminina parece estar presente nas modalidades de terceirização”, no trabalho realizado por cooperativas e trabalho domiciliar, obtendo predominância do trabalho realizado pelas mulheres. Decorrente ao aumento do trabalho feminino compreende-se como uso de estratégia de exploração do capital, os trabalhos efetuados por mulheres, considerados trabalhos em regime *part-time* “marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas” (ANTUNES, 2005, p. 108).

Acrescenta-se como fator decisivo a escolha do regime parcial submetido às mulheres trabalhadoras, a possibilidade de conciliar atividades produtivas com os afazeres domésticos, onde havia possibilidade de trabalhar dentro e fora de casa, reproduzindo atividades em duplas jornadas com a exploração do trabalho feminino. Para os autores Neves e Pedrosa (2007, p. 15) “esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido”.

A condição desigual vivida pelas mulheres se expressa de várias formas nas questões relacionadas à divisão social e sexual do trabalho, no âmbito do trabalho a domicílio, a situação desigual se reforça com a execução de altas jornadas de trabalhos praticada pelas mulheres, em que suas atividades produtivas são articuladas com os trabalhos doméstico,

portanto, não há separação do tempo estabelecido para práticas produtivas e domésticas. Sendo assim, as atividades produtivas realizadas a domicílio pelas mulheres, favorece mais a exploração da força do trabalho feminino, pois além de executar dupla jornada de trabalho no espaço familiar, as mulheres trabalham em diversos horários sem estabelecimento de regulação e direitos sociais, determinado por trabalhos exaustivos e noturnos.

### **3.5 História do Trabalho em Domicílio e Inclusão das Mulheres na Indústria Têxtil**

O trabalho a domicílio não é uma prática recente. Sua história inicia-se nos séculos XVI e XVII, relacionada às atividades produtivas da vida familiar do sistema produtivo doméstico, realizado em moradias, com a confecção de tecidos, rendas, calçados e outros artigos que eram utilizados para o consumo familiar e para comercialização, produzidos por maridos, filhos e esposas (Abreu, 1986).

Neste período através do sistema de produção em família, existiam os profissionais nomeados de “artesões”, homens que produziam e comercializavam utensílios básicos, transformando a matéria prima em bens de utilidade, recebendo encomendas para produção de certos artigos, tais como móveis ferramentas e roupas confeccionadas através do artesanato com ferramentas e maquinaria simples.

No final do século XVIII, o trabalho a domicílio sofreu grandes transformações. Com o início da Revolução Industrial e o surgimento da mecanização, as práticas artesanais e a utilização de ferramentas rudimentares foram substituídas por máquinas modernas e sofisticadas. Historicamente definem que as atividades ligadas à indústria têxtil, aconteceram como parte iniciante do sistema que decorreu à Revolução industrial na Inglaterra e no mundo. A indústria têxtil foi o primeiro setor a receber as máquinas com as inovações tecnológicas, máquinas movidas pela força a vapor operando sua produção através da mecanização, gerando maior produção em menor tempo.

O desenvolvimento industrial impactou diretamente os artesões, que realizavam todo o processo produtivo com grande autonomia, pois dominavam todas as etapas de fabricação dos produtos, com a aquisição da matéria-prima, confecção e comercialização. Com o estabelecimento da Revolução Industrial os artesões não possuíam mais o controle do sistema produtivo, com avanço no modo de produção com a utilização das máquinas, os grandes comerciantes donos de fábricas agrupavam vários trabalhadores em galpões, concedendo a matéria-prima, as ferramentas e máquinas para execução das atividades, adaptando as novas

condições de trabalho imposta pelo sistema capitalista, controlando toda produção com a subdivisão de tarefas no processo produtivo.

Para Marx, a atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista, constitui historicamente e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista”  
(2008, p. 375).

Com a dominação do sistema fabril, constitui-se a divisão entre o capital, representado pelos donos das fábricas e de todo sistema produtivo e o trabalho, executado pelos assalariados. Isso estabeleceu uma nova estrutura socioeconômica no período. Com a criação da classe do proletariado, os operários possuidores da força de trabalho foram explorados com longas jornadas de trabalhos e submetidos a receber salários miseráveis, resultando na inclusão de mulheres e crianças trabalhando nas fábricas.

Com relação ao trabalho feminino, vale ressaltar que a absorção deste pelas indústrias, foi utilizado como estratégia para redução dos custos operacionais de produção, pois os salários pagos às mulheres eram bem inferiores aos salários dos homens no mesmo segmento, desempenhando as mesmas atividades.

Apesar do crescimento econômico realizado por intermédio dos novos meios de produção com máquinas na produção em escala, o trabalho a domicílio manteve-se presente com a produção praticada através dos métodos tradicionais, utilizando à manufatura a produção elaborada de maneira artesanal, em máquinas caseiras nas residências de vários trabalhadores e artesões, contudo subordinados ao controle da produção capitalistas. Marx (2008), nomeia essa organização como indústria a domicílio, que se baseia no plano de divisão do trabalho, com emprego de mulheres e crianças de todas as idades, sem exigência de qualificação destes trabalhadores com exploração desta mão de obra barata, suas atividades eram exercidas nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas, convertendo na seção externa da fábrica.

De acordo com autora Abreu (1986), de modo geral, a introdução das novas máquinas desempenhavam um papel secundário no início da Revolução Industrial, pois não conseguiram reproduzir com perfeição o trabalho manual. Para isso, exemplifica a fiação de linho realizada pelas primeiras máquinas era de qualidade inferior em relação à produção manual. E como justificativa de ordem econômica para manutenção do trabalho a domicílio, enfatiza que ele estabelecida a concorrência com a produção mecanizada, e acarretava ainda menor remuneração a estes trabalhadores.



Na chamada indústria moderna a domicílio, os capitalistas donos das fábricas contratavam crianças e mulheres, pagando salários mais baixos, como enfatiza Hobsbawm, “chegaram a expandir-se sob certas circunstâncias, com o auxílio da nova mecanização em pequena escala especialmente a máquina de costura e de uma força de trabalho notoriamente mal paga e explorada” (1998, p. 278). No setor de produção do vestuário, a indústria têxtil obtinha proveitos através da utilização de seus meios de produção; o principal era a redução o preço de seus artigos confeccionadas, levando em consideração os salários pagos aos trabalhadores e a jornada de trabalho que sempre ampliada no processo produtivo, com exploração máxima da carga de trabalho a estes trabalhadores.

No fim do século XIX, os homens e mulheres já faziam parte da indústria doméstica, que no passar do tempo suas atividades perderam a característica de manufatura familiar, e a passaram a ser exploradas por grandes indústrias, onde conseguiam absorção da força de trabalho de homens e mulheres, entretanto percebe-se um aumento cada vez mais da força de trabalho feminina, pois as mulheres podiam trabalhar em casa, quintal ou sótão.

Com o desenvolvimento do sistema fabril, as mulheres também tiveram absorção no trabalho fora de casa, sendo empregadas nas grandes indústrias obtendo salários próprios, considerando uma grande conquista naquele período, pois até então, no período pré-industrial, as mulheres não obtinham nenhum tipo de remuneração, apesar de sempre contribuir ativamente com trabalho dentro do grupo familiar, os salários recebidos eram pagos aos chefes de família aos homens.

A autora Abreu destaca que foi no século XIX, que ocorreram mudanças na percepção social do papel da mulher:

Uma nova visão social da mulher cristalizada na era vitoriana, contribuiu, de certa forma, para a feminização de certas ocupações, e principalmente do trabalho a domicílio à medida que esse se transformou num tipo de organização da produção quase marginal dentro da estrutura econômica do capitalismo (1986, p. 60).

A classificação de marginalização do trabalhador dessa estrutura econômica categoriza a forma de remuneração e as práticas utilizadas no sistema de produção do trabalho a domicílio. A remuneração paga a esses trabalhadores era bem inferior ao do trabalhador assalariado nas fábricas, eram classificados como trabalhadores do mercado informal e autônomos, e sua forma de produção era organizada com práticas artesanais rudimentares, com a utilização de ferramentas e maquinários simples, não tipicamente utilizados no meio de produção capitalista.



Com o aumento da demanda de comercialização de roupas produzidas do vestuário feminino no fim do século XIX e início do século XX, autora Abreu (1986, p. 90), destaca que “isto não implicava necessariamente a produção fabril”. Destaca que o desenvolvimento pioneiro na produção de roupas prontas estavam pautados no trabalho a domicílio, operando máquinas a pedal e confeccionando artigos cortados em oficinas centrais. Entretanto, a produção do vestuário feminino, o trabalho habitualmente da confecção era realizado por costureiras, que trabalhavam nas grandes oficinas ou em suas casas. Trabalho este que era executado na grande maioria em condições insalubres, trabalhando diversas horas, e conciliado com seus afazeres domésticos em suas residências.

No início do século XX, são estabelecidas as regulamentações e reivindicações de melhores condições de trabalhos e salários aos trabalhadores a domicílio. A Inglaterra foi pioneira ao destacar as oportunidades relacionadas às condições sanitárias e de segurança em que atuavam os trabalhadores na indústria a domicílio. Em 1911, tornou-se obrigatório o registro de todas as indústrias que subcontratavam serviços aos trabalhadores a domicílio, regulamentando as condições do trabalho a domicílio, estabelecendo carga horária e salários padronizados, limitando inicialmente às indústrias de vestuário (ABREU, 1986).

### **3.6 A Informalidade no Contexto do Trabalho Domiciliar da Indústria de Confeção**

A história da indústria de confecção surge no advento da Revolução Industrial, o seu desenvolvimento evidência vários modos de produção utilizados na organização do trabalho, desde primórdios com o trabalho domiciliar, utilizando como forma de remuneração a produção confeccionada por peças, os trabalhadores a domicílio já exerciam a posição de autônomos e pagos apenas pelo trabalho realizado. Nunes e Campos (2006, p. 1), destacam que a organização deste segmento, “trata-se de uma indústria tradicional, que requer ocupação intensiva de mão-de-obra e apresenta uma estrutura bastante heterogênea e fragmentada, empregando uma diversidade de técnicas produtivas”. Como característica predominante neste segmento, esta contratação de mão de obra intensiva é realizado por diversas formas de trabalhos informais, sobretudo utilizando o trabalho feminino em grande em escala com a atividade das costureiras inseridas nas diversas áreas da cadeia produtiva.

Na década de 1970, em resposta a crise estrutural do capitalismo, o mundo de trabalho passa por transformações na organização da sua estrutura produtiva do trabalho. Antunes (2006), afirma que a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise deste século, com

modificações realizadas em sua estrutura produtiva, com a inclusão de novas formas de organização do trabalho, substituindo a produção em série pela flexibilização produtiva, com objetivo de adequação a produção à lógica do mercado. Como consequência a introdução das novas formas de organização do trabalho, são adotados novas formas de contratos de trabalho parcial e terceirizado. De acordo com autora Aline Leite (2007, p. 35)

Nessa fase do capitalismo, as várias formas de trabalho parcial e terceirizado tornam-se parte constitutiva do processo de produção à medida que a sociedade do capital e sua correspondente lei do valor necessitam cada vez menos de trabalho estável, recorrendo cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho.

A indústria de confecção de roupas se insere nesse contexto de flexibilização das relações de trabalhos, como prática de flexibilizar os modos de produção e organização do trabalho, a terceirização foi adotada como estratégia predominante neste segmento. Amorim (2003, p. 1), destaca que a terceirização “corresponde a uma forma de externalização da produção, pela qual fases do processo produtivo são transferidas para fora da planta industrial para serem realizadas por empresas e oficinas subcontratadas ou trabalhadoras domiciliares”. E predominante neste segmento a utilização intensiva da mão de obra barata, visto que a transferência da produção com objetivo de reduzir custos trabalhistas, obtendo assim, vários trabalhadores que atuam nesta cadeia produtiva através do trabalho informal, atuando em condições precárias geralmente inseridas na ponta das cadeias produtivas.

De forma esquemática, autora Abreu (1986, p.151) abrange quatro etapas que configuram a cadeia produtiva no processo de confecção de roupas, enumerando-as: 1. idealização; 2. preparação (modelagem e corte); 3. montagem e 4. Acabamento. Desta forma, a primeira etapa está relacionada com a criação o design, ficando na responsabilidade dos proprietários a escolha da matéria prima e o modelo a ser confeccionado. A segunda etapa abrange o processo de preparação, a modelagem e o corte, ficando disponível a profissionais especializados nesta etapa, pois não poderá comprometer a qualidade das peças a serem confeccionadas. Já a terceira etapa de montagem, geralmente fica a cargo de contratações externas, é nesta etapa que há o trabalho usual em grande escala. A quarta etapa o acabamento, consiste em pregar botões, fazer bainha, limpar a costura e passar às roupas depois de prontas, nesta etapa a contratação externa pode variar de acordo com a confecção (ABREU, 1986).

Contudo, é importante ressaltar que nas pequenas e micro empresas no ramo de confecção, dispensam a utilização de trabalhos parcelados, não existe organização do fluxo

produtivo, geralmente todo sistema produtivo depende somente de profissionais aptos a realizar a montagem de peças inteiras, que em geral são as mulheres costureiras que realizam esta produção externa, atuando com o trabalho realizado a domicílio. Segundo Amorim (2003, p. 3), o ramo da indústria têxtil é constituído tradicionalmente por mulheres, “mas quando se trata de modernização de postos de trabalhos que impliquem no aumento da qualificação de seus ocupantes, em geral, são os homens que passam a ocupá-los”. Nesse sentido, é identificada a discriminação e a divisão de gênero dos postos de trabalho nesse ramo, onde a força do trabalho feminino é empregada no fim da cadeia produtiva, com predominância do trabalho precário, com execução de jornadas extensas, trabalho sem registros, atuando na informalidade através da terceirização.

O trabalho terceirizado, domiciliar e informal se remete a um sistema de subcontratação na indústria de confecções, e altamente comum a contratação de serviços realizada através da produção por facção, este sistema consiste na realização de atividades que estão na ponta da cadeia evidenciada pela montagem e costura, no qual outras empresas atuantes no mesmo segmento contratam serviços exclusivamente para outras empresas de confecções, “sem nenhum vínculo empregatício e sem emissão de notas fiscais por parte da unidade contratada, que na maioria dos casos é clandestina, burlando assim a legislação trabalhista e fiscal” (NOGUEIRA, 2000, p. 19). Ressalta-se que no ramo de confecção há o predomínio de micro e pequenas empresas. As diversas formas de trabalhos informais contribuem diretamente para a realização do seu processo produtivo, obtendo assim maior competitividade frente ao mercado. Para Soraya Pedrosa (2008, p. 99) “geralmente são fábricas de fundo de quintal, terceirizadas por uma empresa de maior porte, que utiliza rudimentares relações de trabalho, bem como de instalações físicas mal elaboradas”, fatores que influenciam diretamente a redução dos custos operacionais na produção, garantindo, através da precarização do trabalho a obtenção de lucros na confecção de seu produto final.

Como estratégia usual no segmento da indústria têxtil, a terceirização da costura e acabamento é realizado por facções, onde predomina o ofício de costureiras a domicílio, como mais uma das atividades domésticas efetuadas por mulheres. Para os autores Neves e Pedrosa (2007, p. 20) “a terceirização da costura, na indústria da confecção, reforça uma discriminação histórica no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho”, vários estudos apontam os trabalhos executados pelas mulheres no período pré- industrial, onde demonstra existência de sua contribuição para o trabalho do grupo familiar, com execução de atividades produtivas no setor de confecções coexistindo com seus afazeres domésticos. Nesse sentido, o trabalho das costureiras tipicamente a domicílio, proporciona possibilidade

de conciliar sua jornada de trabalho com os afazeres domésticos condicionados a função de donas-de-casa, representado pelo trabalho construído socialmente de responsabilidade das mulheres.

Neves e Pedrosa (2007, p. 15), enfatizam ainda que “esse papel feminino, de responsável pelas tarefas domésticas, construído culturalmente, tem sido utilizado como argumento para a precarização do trabalho feminino, mediante a contratação de mulheres com jornada de trabalho parcial e salário reduzido”. Portanto, a precarização pode ser identificada como forma de exploração do trabalho feminino adotado pelas empresas de confecções por meio da subcontratação do trabalho de costura, que as mulheres subdividem suas atividades domésticas, tais como lavar, cozinhar, passar, cuidar de filhos entre outras, e ainda conciliam com suas atividades produtivas de costureiras.

É evidente que a indústria têxtil configurou historicamente como forma de representações culturais sobre gênero e a divisão sexual do trabalho, relacionando as atividades confeccionistas como ocupações estabelecidas pelo trabalho feminino, agregando como mais uma das atividades domésticas.

Autora Lima (2010) evidencia que ao relacionar a inserção de homens e mulheres em atividades produtivas confeccionistas, existe visivelmente uma divisão sexual relacionada à ocupação, no qual é definida de modo diferente para costureiras a domicílio e alfaiates.

Mesmo quando a costura é particular e domiciliar, a divisão sexual do trabalho se mantém, como é o caso dos alfaiates. Seu aprendizado é visto como profissão, não como habilidade de “dona de casa”, como acontece com as mulheres. Seu status é diferenciado e superior. Não é por menos que o sindicato dos trabalhadores mantém uma nomenclatura só para eles. Não são chamados de costureiros, mas de alfaiates (2010, p. 10).

Essa distinção está relacionada com a construção social de forma naturalizada, evidenciando claramente a divisão sexual definida pela atividade de costura, em que há a valorização do trabalho executado pelos homens como atividade profissional o de alfaiate, e atribuída às mulheres, a atividade de costura associada às atividades domésticas.

### **3.7 O Trabalho em Domicílio na Indústria de Confecções em Goiânia**

O trabalho em domicílio foi estabelecido pela lei brasileira de 1938, de acordo com (decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938). Segundo decreto-lei nº 399 entende-se como definição por trabalho a domicílio, o trabalho executado na habilitação do empregado ou em

oficina de família, por conta de empregador que o assalariar. Para Moraes Filho (1994, p. 75), “o domicílio a que se refere a expressão trabalho a domicílio não significa somente a casa, habitação ou moradia do operário, e sim também o domicílio legal”, considerando o local do trabalho executado na maioria das vezes em sua moradia, entretanto, ressalta o autor citado que também declara sob todos os pontos de vista econômico, social e juridicamente, como definido trabalho a domicílio qualquer lugar de escolha do empregado, ou na casa do intermediado.

As primeiras indústrias de confecções em Goiânia surgiram na década de 1970<sup>35</sup>. Os primeiros comerciantes do ramo de confecções de roupas foram se estabelecendo nas imediações dos setores Marista e no Setor Fama, com grandes concentrações de lojas na Avenida Bernardo Sayão. As primeiras lojas de confecção na Avenida Bernardo Sayão apresentavam um modelo peculiar, na frente loja e fábrica no fundo, identificado pelo trabalho informal, por ser associada ao baixo custo de mão de obra e a necessidade de especialização para produção, à atividade produtiva era exercida por meio da economia informal trabalhando com pessoas da mesma família, por meio de atividades realizadas a domicílio.

Nos últimos anos, surgiu uma nova concentração de comerciantes na região da Rua 44 no Setor Norte Ferroviário, diferenciada pela formação de pequenas lojas em galerias, camelódromos e shopping de comércio popular. Sua configuração produtiva é desenvolvida por meio de atividades que empregam um grande número de prestadores de serviços não formalizados neste segmento. A autora Silva evidencia que a configuração do setor de confecções em Goiânia é variada pelos elos: “estamparias; lavanderias; fábricas (de montagem e acabamento); lojas de confecção (varejo e atacado); fornecedor/representantes de matéria-prima (aviamentos, tecidos etc); representante comercial; transportadoras” (2015, p. 8). Sendo assim, é importante salientar que no segmento que se refere à estrutura produtiva do setor de confecções de forma generalizada existe o predomínio de atividades não formalizadas, no qual a terceirização de serviços é utilizada como principal estratégia para se obter a redução de custos de produção e os custos operacionais.

A modalidade de contratação por terceirização surgiu no período da implantação da reestruturação produtiva, como forma de flexibilizar as relações de trabalho, através dos meios de produção, as grandes indústrias começaram a iniciar a transferência de parte de sua produção para outras empresas menores, realizando atividades produtivas fora das

---

<sup>35</sup> Conforme evidenciado anteriormente neste capítulo, na década de 1970 a História sobre o Nascimento de um Polo Comercial de Roupas em Goiânia.

dependências da empresa. Nesse sentido, percebe-se que como consequência da utilização dos novos modelos estruturais de relações de trabalho, a terceirização se desenvolveu apoiada nas transformações contemporâneas ocorridas no mundo do trabalho, condicionando “a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho e a diminuição dos direitos sociais” (LEITE, 2007, p. 34). No contexto relacionado à utilização da terceirização como forma de organização do trabalho no setor de confecção, é salientado o emprego intensivo da mão de obra feminina, sobre tudo nos processos de costura e acabamento. Para Nunes e Campos (2006, p. 3) “a mão-de-obra feminina aparece em toda a cadeia, embora ela seja fortemente predominante no elo em que prevalecem as formas precárias de contratação ou subcontratação, ou seja, no trabalho domiciliar para empresas de confecção”, a etapa de costura e acabamento é comumente realizadas por trabalhadoras costureiras a domicílio, onde se estabelece uma relação fragilizada as trabalhadoras que são exploradas por meio das relações definidas pelos contratantes, estipulando as condições de trabalho associadas a formas de pagamentos e prazos de entrega. De acordo com pesquisa e relatado pela costureira Arlene Rodrigues Menezes de 50 anos, residente na Vila Santa Helena <sup>36</sup>em Goiânia, com experiência de 20 anos neste ramo de costura com facção, explica como funciona o processo de negociação de prazos para produção:

*toda facção tem assim, a pessoa vem e entrega a roupa, e ele quer receber no tempo determinado a roupa né, ai então naturalmente a pessoa tem que trabalhar dia e noite final de semana normalmente trabalha, igual eu trabalho mesmo, e normal todas as facções são assim. Não e igual uma empresa que você entra no horário de entrada e saída não, porque a gente não assina a carteira, não faz nenhum tipo de contrato, então eles chegam e querem a roupa... olha eu dou dois dias pra você fazer dou três dias uma semana, ai a gente tem que soltar o serviço, ai se não pode atrasar o serviço, tem que entregar porque muitas vezes o freguês dele lá né, o cliente do meu da pessoa que traz a roupa pra mim, ela tem o dia de pegar a roupa também, ali mesmo na 44 começa na quarta quinta sexta e sábado, normalmente eu tenho que entregar as roupas até sexta feira, quando eu atraso muito tem que ser até sábado ao meio dia né. Então normalmente eles trazem o corte no domingo a noite na segunda não tem dia também de trazer corte tendo corte eles estão trazendo entendeu [sic].*

O trabalho terceirizado, domiciliar e informal é identificado pela indústria de

---

<sup>36</sup> Vila Santa Helena, setor situado ao lado da região de Campinas e próximo ao Setor Centro Oeste e Setor Norte Ferroviário, locais em que estão estabelecidos o comércio de roupas em Goiânia.



confeção em Goiânia, no estudo realizado por Silva a autora pontua como se estrutura as práticas habituais realizadas na organização da produção de roupas pelas empresas das indústrias confeccionistas.

do lado da indústria, alguns têm facção em casa, com alguns equipamentos (mesas, tesouras, máquinas), a família realiza a compra do material, faz o corte e leva as peças para a costureira domiciliar costura e fazer o acabamento; outros têm confeção com alguns empregados, utilizando de facção e costureira domiciliar (SILVA, 2015, p. 11).

Essa realidade de contratação de trabalhos realizados a domicílios válida de modo geral, as relações de subcontratação e a precarização deste arranjo produtivo, onde as atividades confeccionistas são produzidas nos fundos de quintal, como nas facções, de forma precária devido à escassez de recursos, utilizando pouco maquinário sem necessidade de especialização. Ainda de acordo com autora Silva (2015), as formas de organização da produção no que refere a práticas usuais da terceirização na região, estabelecem de maneira central a busca de competitividade e sobrevivência neste segmento produtivo, objetivando a redução de custos por meio de o trabalho domiciliar.

Como elemento importante a ser destacado é a presença majoritária da atuação de mulheres no trabalho domiciliar em Goiânia, identificando como alternativas de emprego à atuação nas atividades pertinentes a montagem e acabamento de roupas exercidas em facções. Para Elaine Amorim (2003, p. 55), “a predominância das mulheres neste tipo de trabalho ocorre devido a vários fatores, entre eles, a dificuldade de acesso aos empregos estáveis, [...]o viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho, assim como a divisão sexual do trabalho”.

Em Goiânia, o trabalho de costura e acabamento, é realizado através da informalidade com a produção nas facções. Na indústria de confecção de roupas, a facção está na ponta da cadeia produtiva, a atividade refere-se com o trabalho de costura e acabamento de roupas, que desde os primórdios da formação do polo de roupas em Goiânia, e exercido pela informalidade por mulheres costureiras que trabalham em seus domicílios, a mercê do trabalho precário com a execução de altas jornadas de trabalho. Por ser informal, não se sabe ao certo qual é o número exato de facções existentes na indústria de confecções de roupas em Goiânia. Realizamos uma pesquisa para identificar o perfil geral destas trabalhadoras que exercem a atividade confeccionista em suas residências. Abaixo segue pesquisa realizada com cinco trabalhadoras <sup>37</sup>que exercem suas atividades confeccionista nas suas residências:

---

<sup>37</sup> Para preservar a identidade destas trabalhadoras, inserido as iniciais de seus nomes e sobrenomes.

**P.A**– 28 anos, casada e tem três filhos, com idades de três, cinco e oito anos. Não concluiu o ensino médio. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal trabalhou como caixa de um supermercado. Afirmou que ingressou no trabalho domiciliar porque tornou-se difícil trabalhar depois que se casou e teve seus filhos, e exercendo a atividade como costureira ela pode cuidar dos filhos e da casa. Sua jornada de trabalho é em média de 08 a 10 horas por dia, e ainda destaca que consegue cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos sozinha. Mas declarou que não há trabalho todos os meses do ano, a demanda cai muito no começo do ano. E nos períodos de pico no final de ano, trabalha direto aos finais de semana, pois o esposo ajuda olhando seus filhos, a jornada neste período chega até 14 horas dia. Sua renda mensal é em torno de um salário mínimo.

**R.V** – 32 anos, casada possui um filho com 9 anos de idade. Não concluiu o ensino fundamental. Antes de ser costureira com trabalho de facção, possuía emprego formal como doméstica, com jornada de até 8 horas por dia. Como costureira sua jornada trabalho é indefinida, pois atualmente trabalha com a prestação de seus serviços para cinco lojas da Rua 44, e nas épocas de pico com datas comemorativas e no final de ano, trabalha, em média, 14 horas por dia e ainda pede ajuda ao esposo para dobrar as peças que são fechadas em sua máquina de costura. Sua renda média é de uma salário mínimo por mês, nos períodos de pico ganham quase o dobro.

**M.A**– 33 anos, é casada e tem dois filhos, com idades de quatro e dez anos. Não concluiu o ensino fundamental. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal como costureira de uma loja na Avenida Bernardo Sayão, com a crise saiu e preferiu trabalhar em casa, para cuidar de seus filhos pois ficavam em creches. Hoje presta serviços para lojas da Rua 44 no Setor Norte Ferroviário. Recebe em média R\$ 300,00 reais por semana e há períodos em que não há demanda de trabalho, principalmente no começo do ano. Sua jornada de trabalho como costureira é em média 10 a 12 horas por dia. Depoente declara que o trabalho como costureira facilidade o cumprimento de suas obrigações em casa, pois brigava muito com marido porque trabalhava fora, e as vezes não dava tempo de fazer tudo em casa, sem falar dos filhos que ficavam com sua mãe.

**M.D** – 41 anos, é casada e tem dois filhos, sendo dois adolescentes, um de dezoito anos e uma filha de quinze. Não concluiu o ensino médio. Antes de trabalhar em sua casa, possuía

emprego formal como auxiliar de uma padaria. Trabalha com a prestação de serviços para vários lojistas da Rua 44, mas destaca que trabalhou muito para o pessoal da Avenida Bernardo Sayão. Informa que a rotina de trabalho não mudou, somente os lojistas que contratam seus serviços. Diz que já acostumou com esse trabalho, e ainda acha melhor porque pode arrumar a casa e ficar de olho em seus filhos. Sua jornada de trabalho é em média 10 horas por dia, mas declara que aumenta quando há muitas peças, trabalha direto aos finais de semana e feriados. Sua renda média é de R\$ 900,00.

**A.R** – 50 anos, é separada, tem quatro filhos, todos adultos. Residente em Goiânia desde 1995, no Setor Vila Santa Helena. Possui o ensino superior em andamento, é estudante do curso de Ciências Contábeis de uma IES em Goiânia. Antes de trabalhar em sua casa, possuía emprego formal em um restaurante. Possui experiência como costureira a mais de vinte anos em Goiânia, trabalhando com confecção em casa. Atualmente presta serviços para várias lojas da Rua 44 no Setor Norte Ferroviário. Na década de 1990 até os anos 2008, prestava serviços para lojas da Avenida Bernardo Sayão. Em geral trabalha sozinha, já se acostumou com a rotina, trabalha em média de 12 horas por dia. Nos períodos de pico, com o aumento da demanda de produção, destaca que trabalha muito, finais de semanas e feriados para conseguir entregar todas as peças aos lojistas. Não possui carteira assinada, o trabalho é informal tudo terceirizado. Sua renda média é de R\$ 1600,00.

Conforme evidenciado nas entrevistas selecionadas, todas as costureiras faccionistas possuem um fato em comum de serem casadas e possuir filhos. Com relação a escolaridade, das cinco costureiras somente a mais velhas está cursando o ensino superior, a mesma declara que parar de trabalhar com facção é muito desgastante, as demais, duas não concluíram o ensino médio e duas não concluíram o ensino fundamental. Um fato que nos chama bastante a atenção é o excesso de carga horária despendida para atividade confeccionistas a domicílio, jornadas altíssimas de 10 a 16 horas trabalhadas diárias, trabalhando inclusive aos finais de semanas e feriados, denotando uma prática comum a estas trabalhadoras. Esse excesso de jornada condiciona a causar vários problemas de saúde ocupacionais, ao serem questionadas como conseguem trabalhar tanto, a maioria relatou que já se acostumou com a rotina, consideravam normal, mais se queixavam de várias dores no corpo, na coluna e nas articulações, ocasionado por ficarem muito tempo sentadas costurando em suas máquinas. Ainda de modo geral, todas mencionaram que cumprem seus afazeres domésticos e cuidam de seus filhos, percebe-se que todas estão amarradas as construção e representações sociais baseados em normas de gênero, onde se sentem na obrigação de realizar os afazeres

domésticos e cuidar de filhos, conforme dominação do sistema de padrões patriarcais.

Quando indagadas sobre a renda mensal, todas tiveram receio de mencionar quanto era a sua remuneração, percebeu-se que ficaram constrangidas ao falar da média salarial. Todas começaram a responder, explicando como funciona a remuneração da prestação de serviço neste ramo, relataram que geralmente o pagamento é feito semanal, o valor é calculado por peças produzida na semana, de acordo com que foi combinado pelo lojista e a costureira, os valores por peças são em média de um a cinco reais dependendo do modelo, tecido e o grau de dificuldade para produção da roupa. Sendo assim, mencionaram que a remuneração semanal é em média R\$300,00.

De modo universal as mulheres forma de trabalho autônomo, que viabiliza de modo parcial, oportunidade de se obter ao optar pela atuação do trabalho a domicílio, acreditam que o trabalho associa-se como uma forma de remuneração, exercida por meio de suas atividades confeccionistas, vinculadas com o exercício de tarefas domésticas, onde ficam subjugadas em ocupações dedicadas exclusivamente aos cuidados da casa, que são definidas historicamente como representações sociais especificando o papel da mulher nas ocupações denominada como donas de casa.

Nesse sentido, é identificado que as mulheres na atuação do trabalho a domicílio na indústria têxtil são desvalorizadas com o trabalho profissional na função de costureiras a domicílio, tornando o trabalho domesticado crescendo com as demais tarefas domésticas, sendo exploradas em condições desiguais em relações aos homens no mundo de trabalho. Para Descarries (2000, p. 14) “entre estes polos de reflexão, “um consenso estratégico se destaca para reclamar a atenuação, imediata, da dupla jornada de trabalho, cujo peso é ainda largamente suportado pelas mulheres e a instauração de medidas de apoio à família e às trajetórias profissionais”, que são definidas através da criação de estruturas sociais, a obrigação e gratuidade do exercício do trabalho doméstico, e a atuação de atividades profissionais submetidas às condições precárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível, a partir da compreensão e reconstrução dos fatores que permitiram o nascimento do setor de confecções de roupas, entender quais foram os agentes que contribuíram para que houvesse a consolidação do setor de confecção como polo confeccionista de roupas em Goiânia, por meio do surgimento, da organização do espaço urbano de Goiânia e das narrativas de moradores do local.

Diante de um contexto de integração nacional Goiânia foi planejada e construída na década de 1930, com a proposta de romper com as estruturas oligárquicas que existiam na antiga capital do Estado de Goiás, e sanar com os problemas relacionados à localização geográfica que impediam o desenvolvimento e integração da antiga Capital. Nesse sentido, iniciou-se por meio do interventor Pedro Ludovico Teixeira, uma política mudancista, que representava a introdução do novo, da mudança do progresso, que foi representado pelo plano de edificação da nova capital no Estado de Goiás.

O profissional escolhido para realizar o planejamento de edificação da nova capital do Estado de Goiás foi o urbanista Attilio Corrêa Lima. O projeto inicial de edificação da construção de Goiânia seguiu as premissas de uma arquitetura moderna, a cidade foi planejada para ser uma cidade funcional. Na concepção inicial do planejamento de Goiânia o urbanista Attilio dividiu a cidade por zonas específicas para diferentes atividades, delimitando as regiões em quatro zonas distintas. Com a saída de Attilio do projeto de edificação da nova capital, o plano de cidade planejada, sofreu várias modificações definidas pelos irmãos Coimbra e Bueno, os responsáveis produtores do espaço urbano de Goiânia a partir de 1935.

O processo de construção e planejamento do espaço urbano de Goiânia tomou uma nova configuração, com a contratação do novo urbanista Armando Augusto de Godoy, pelos Coimbra e Bueno, que alteraram a concepção original do plano de construção da nova capital do estado de Goiás. Todas essas mudanças foram motivadas por interesses políticos e econômicos em consonância com o movimento da Marcha para o Oeste, onde oportunizou vários incentivos promovidos pelo Governo Federal para promoção desta região. Sendo assim, os irmãos Coimbra Bueno motivados por interesses financeiros na região da nova capital Goiânia, não mediram esforços para se beneficiarem e de se apropriarem de partes de terras urbanas na capital. A empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda, representada pelos irmãos

Coimbra Bueno, recebeu como parte de seus pagamentos terras urbanas na nova capital, pelos serviços prestados na construção de Goiânia.

Desde do início da construção de Goiânia, foi constatado a manipulação do desenvolvimento do espaço urbano da nova capital, com alteração dos planos urbanísticos, leis, decretos e várias intervenções realizadas por meio de interesses privados do Estado e dos irmãos Coimbra e Bueno.

A remuneração definida pela prestação de serviços à empresa Coimbra e Bueno, caracterizava favorecimento econômicos aos irmãos Coimbra e Bueno, que ainda puderam escolher as regiões que fossem de seus interesses.

As principais intervenções realizadas pelos Coimbra Bueno no plano original da cidade planejada, foram a implantação do Setor Sul e a modificação do espaço já definido como áreas comerciais, que se concentravam no Centro de Goiânia, porém foram reduzidas e implantados 535 lotes residências na região. No entanto, enfatizou-se que com as modificações realizadas no planejamento, foi desprezada uma lógica de cidade planejada, causada principalmente por meio de especulação imobiliária, que no período inicial (1933-1947) do desenvolvimento de Goiânia, somente o Estado atuava como agente negociador responsável definindo preços de loteamentos na cidade.

A promoção e divulgação dos novos loteamentos de Goiânia, foram veiculadas em vários jornais no País, o que estimulou a ocupação do território central, principalmente após a década de 1950, com a construção de Brasília, a nova capital Federal localizada no Estado de Goiás.

Destacou-se a expansão da ocupação de Goiânia mediante a disponibilização de ofertas de novos loteamentos, com a veiculação de diversas propagandas que expressavam novas oportunidades estimulando a mudança das pessoas para nova capital. Em um momento histórico conforme validado na pesquisa bibliográfica, entre o período de 1950 a 1960, houve uma “explosão” na migração dessas pessoas para nova capital, a cidade obteve segundo maior crescimento populacional no país.

Com o aumento da população enfatizou-se inúmeros problemas com a ocupação desordenada de Goiânia, a formação de várias invasões instaladas nos limites do planejamento da cidade, destacando a região denominada como Vila Operária, uma ocupação irregular organizada no período de construção de Goiânia, situada nos limites da Cidade entre



Campinas e o Centro da capital, região que abrigaria na década seguinte o principal polo de confecções de Goiânia.

Os dados coletados junto aos autores abordados para a construção bibliográfica do Capítulo I, validaram que realmente o desenvolvimento do espaço urbano de Goiânia, esteve diretamente ligado a interesses políticos e financeiros, condicionando as diversas formas com que as classes sociais se fixaram na nova capital, oportunizando a criação de novos bairros não previstos no planejamento de Goiânia, e o desenvolvimento de áreas comerciais.

A história da indústria de confecção em Goiânia surgiu, portanto, no contexto dos anos 1960, acompanhada pelo crescimento populacional da nova capital, a partir dos anos de 1950. A produção confeccionista em Goiânia se desenvolveu historicamente sustentada em diversas atividades precárias por meio do trabalho informal, que foram absorvidas por uma população que buscava renda e ocupação de trabalho na nova capital. A indústria de confecções de roupas caracterizou-se pelo predomínio de micro e pequenas empresas, que adotam na gestão de organização de trabalho, a subcontratação de mão de obra intensiva realizada por diversas formas de trabalhos informais, sobretudo nos processos de costura e acabamento, que são realizados na ponta das cadeias produtivas por mulheres.

O dinamismo da atividade do setor de confecções esteve ancorado na história do desenvolvimento da cidade, que iniciou-se a partir da instalação das primeiras lojas de tecidos em Goiânia, situadas nos setores do Centro e Campinas.

Justificado o aumento da população local na cidade de Goiânia, a década de 1970 proporcionou uma demanda de produção de bens de consumo e serviços, que provocaram, na época, o desenvolvimento de diversas áreas comerciais situadas em setores que se desenvolveram apoiados em proximidade com o comércio de Campinas.

Ressalta-se a procura crescente de artigos para o vestuário, onde originou o aumento do número de emprego, renda e o surgimento de pequenas e micro empresas familiares no ramo de confecções situadas em Campinas e posteriormente no Setor Centro Oeste, bairro limite entre Campinas e o Centro de Goiânia. O local que se desenvolveu e concentrou o comércio de roupa no final da década de 1970, na principal via do Setor Centro-Oeste, a Avenida Bernardo Sayão.

A relação entre memória e história no trabalho apresentado se conectam por meio de fontes históricas, onde foram utilizados aportes teóricos que possibilitaram a identificação dos

agentes envolvidos no planejamento da construção de Goiânia, promovendo assim a compreensão da formação do espaço urbano de Goiânia. Para a construção historiográfica sobre o surgimento do setor de confecções em Goiânia, foram utilizadas como fonte histórica o acesso a memória social dos participantes da pesquisa, conectando com histórias e os lugares de memórias dos participantes, com identificação do espaço, o local que se desenvolveu o setor de confecção. Para construção da história, de como se formou e consolidou o comércio de roupas em Goiânia, foram utilizadas como fonte fornecedora de materiais para história local, a história oral e a história de vida dos participantes ouvintes para a pesquisa. Por intermédio do acesso à memória coletiva dos participantes ouvintes, foram compartilhadas lembranças, situações, acontecimentos, narração de experiências de vida do período abordado, diante destes dados coletados, das discussões feitas, das narrativas apreendidas, a memória e a história se encontram proporcionando a interação dessa relação do tempo e o espaço, como se formou e consolidou o comércio de confecções a partir da história da construção da cidade.

A história oral e a história de vida dos moradores e comerciantes locais, proporcionaram recriar um cenário com as modificações introduzidas no espaço urbano naquele período. Os moradores do Setor Centro Oeste (antiga Vila Operária) relataram que as mudanças começavam com a adaptação de suas estruturas físicas de suas residências para uso misto ou uso comercial, conforme validado em histórias, fotos e narrativas.

Historicamente associado à movimentação do turismo de negócios originada pela Feira Hippie, no centro da cidade, com aumento do número de bancas exclusivas a produtos do vestuário, foi constatado que o comércio de rua informal contribuiu para que houvesse a origem e o desenvolvimento do setor confeccionista de roupas local. Observou-se a existência de indícios por meio da história de formação da Feira Hippie de Goiânia, que o turismo de negócios impulsionou o crescimento do setor confeccionista em Goiânia. As histórias da Feira Hippie e o desenvolvimento do polo situado na Avenida Bernardo Sayão se conectam na década de 1970, por meio da produção confeccionista onde a produção das roupas se estrutura em práticas habituais do trabalho terceirizado, domiciliar e informal. Embasadas por meio de narrativas de moradores e comerciantes locais, os mesmos reforçam que a produção confeccionista de roupas comercializadas na Feira Hippie, contava diretamente com a disponibilidade de matéria prima, o tecido vendido também nas lojas na Avenida Bernardo Sayão, conforme destacado no Capítulo II sobre a memória e o comércio da região.

O sucesso dos estabelecimentos de roupas do polo de Goiânia, do seu nascimento aos nossos dias, deve-se à vinculação da fabricação à comercialização das roupas, em empresas familiares, conforme validado nas pesquisas, relacionando as histórias e as memórias de moradores, comerciantes, trabalhadores e trabalhadoras deste segmento. Foi certificado que, de modo geral, a organização da produção confeccionista de roupas em Goiânia, se estabelece enquanto práticas usuais da terceirização da produção realizada por facção, objetivando a redução de custos por meio do trabalho realizado a domicílio. Conseqüentemente, sua maior parte submerge na economia informal, as empresas familiares e economia informal seriam marcas identitárias desse polo, destacando desde a década de 1970 com a história de formação da Feira Hippie de Goiânia e o polo de confecções da Avenida Bernardo Sayão no Setor Centro Oeste, e aos dias atuais o polo de confecção da Rua 44, localizado no Setor Norte Ferroviário.

Constatou-se que historicamente o trabalho terceirizado, domiciliar e informal, é adotado como estratégia de flexibilização das relações de trabalho na indústria de confecções em Goiânia. O trabalho realizado a domicílio, constitui como uma das características marcantes de identificação do polo regional. Cabe salientar que o polo de confecções de Goiânia, portanto, envolvia e se sustentava, especialmente no trabalho feminino, e que talvez a precarização e a informalidade desse setor seja um reflexo do próprio tratamento concedido ao trabalho feminino, ou seja, considerado inferior e desvalorizado (bico), e por isso, apesar de ser uma atividade exercida a tantas décadas na cidade e se estabelecer como um dos sustentáculos econômicos da mesma, ainda carece de formalização, reconhecimento e valorização por parte do poder público.

Cabe destacar a relevância deste estudo porque objetivou estabelecer uma compreensão histórica dos fatores que permitiram o nascimento do setor de confecções de roupas, e entender quais foram os agentes e fatores que contribuíram para que houvesse a consolidação do setor de confecção como polo confeccionista de roupas em Goiânia. Oportunizando por conseguinte, a criação de um espaço de vocalização para que esses sujeitos (tanto operários, migrantes quanto mulheres) fossem inseridos como participantes sobre parte da formação histórica da cidade. É importante destacar que esses participantes foram essenciais para a produção desta pesquisa, visto que proporcionaram a compreensão dos fatores entre memórias e histórias, que condicionaram a reconstrução histórica da formação do polo de confecções de roupas em Goiânia.

Os estudos realizados na indústria de confecções de roupas em Goiânia, demonstraram que existe uma predominância de gênero que se destaca na ocupação do setor produtivo, onde as mulheres são discriminadas ocupando a ponta da cadeia produtiva, com atividades de costureiras a domicílio que revelam ocupações exercidas por modalidade de contratos informais, praticadas por modelo de terceirização, expressando a vulnerabilidade no trabalho feminino realizado nas fábricas e oficinas domiciliares.

Conclui-se que atualmente ainda existem poucos estudos que abordam essa parte da história da cidade, especialmente no tocante à história do trabalho a domicílio realizado pelas mulheres no setor de confecções de roupas na cidade de Goiânia. Esta dissertação abordou assuntos relacionados a informalidade do trabalho da mulher, no entanto carecem de mais estudos. Sendo assim, essa pesquisa não teve a intenção de finalizar esses assuntos relacionados ao trabalho da mulher no setor de confecções em Goiânia.

## REFERÊNCIAS

A REDAÇÃO. **Inaugurado trecho que liga Bernardo Sayão e Goiás Norte.**

<https://www.aredacao.com.br/noticias/4443/inaugurado-trecho-que-liga-bernardo-sayao-e-goias-norte>

ABBA, Célio Pereira Souza; SOUZA, Márcio Coutinho de. **Cluster de Confeções em Goiás – Brasil e o case da Estação Goiânia.** Brasil: Harvard University, 2013.

ABREU, Alice. R. de P. O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. **Atílio Corrêa Lima uma trajetória para a modernidade.** 2007. 342 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização: terceirização e trabalho feminino na Indústria de confecção.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNICAMP. 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho. Ensaaios sobre a afirmação e negação do trabalho.** 7ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BORGES, Larissy B. **Entre sons, aromas e sabores. As feiras em Goiânia: história, referência cultural e hibridação entre o moderno e o tradicional.** Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

BRAGA, José Alberto. **Os Olhos Da Alma - A Vida De Manuel Madruga.** 1999

BRANDÃO, Simone Buiate. **A Antiga Linha Férrea de Goiânia. De Símbolo a modernidade à obsolência.** 2017. 187 f. Dissertação ( Mestrado em Projeto e Cidade ). Faculdade de Artes Visuais. Programa de Graduação de Projeto e Cidades.UFG

BURKE, Peter. **“História Como Memória Social”.** In: **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAIXETA, Julia Lobo; ENOKIBARA, Marta. **Revisitando um sonho moderno. O sistema de áreas verdes do Setor Sul em Goiânia: dos planos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy à atualidade.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades.ISSN 2318-8472 v. 05, n.33.2017. ANAP

CARELLI, Leon; PETROF, Daiana. **Vila Operária** 2015 Disponível em: < <https://www.dm.com.br/cultura/2015/04/vila-operaria.html>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CARTA DE ATENAS ( 1933). Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/>>

CARVALHO, G,L; WENDLAND, S, MOTA, A, G. **O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia** Boletim Goiano de Geografia, vol. 27, núm. 3, julio-diciembre, 2007, p. 29-48.

CASTEL, Robert. **A Dinâmica dos processos de Marginalização: Da Vulnerabilidade a “Desfiliação”**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTRO, Sérgio. D; BRITO Leila. **Dinâmica Produtiva da Indústria de Confeções de Vestuário em Goiás**. Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>> Acesso em: 18 de abril de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995

CHAUL, Nasr Fayad. **Goiânia: A Capital do Sertão. Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia**. Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6.

COELHO, Thiago da Silva. **A imagem como fonte histórica: enigmas e abordagens**. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012.

CUNHA, Cileide Alves. **Aval do Passado: Iris Rezende - Memória E Política (1958–1982) Goiânia**. 2008. 201 f. Dissertação ( Mestrado em História ). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. UFG

DAHER, Tânia. **O Projeto Original de Goiânia**. Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia. Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6.

DESCARRIES, Francine. **Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural**. Revista Textos de História. Feminismos: teoria e perspectivas. Brasília: UnB, 2000. vol.8, n.1/2, p. 09-46.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932 a 1935): ideal estético e realidade política**. 2007.239f. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Brasília, Brasília.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia: Modernismo Periférico**. Revista Estética e Semiótica. Vol 7. nº 1. 2015.

ERIMAR. **Consultoria Empresarial. Plano de Recuperação Judicial Rede de Supermercados Marcos**. 2009. Disponível em: [http://mauracyandrade.com.br/download/plano\\_recuperacao\\_pps\\_industria.pdf](http://mauracyandrade.com.br/download/plano_recuperacao_pps_industria.pdf) Acesso em: 15/03/2018.

FERNANDES, Cristina de Andrade. **Artesanato no E Para O Mercado:As Redes De Produção E Comercialização Dos Artesanatos Das Feiras Hippie E Do Cerrado De Goiânia – Go**. 2008. 123f. Dissertação ( Mestrado em Geografia ). Instituto De Estudos Sócio-Ambientais. UFG

FOLHA DE GOIAZ. **Água chega na V. Fama**. 07/01/1971

GODINHO, Daniele Severino De Souza. **Comércio E Memória Urbana: Um Estudo Do Bairro De Campinas em Goiânia**. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidades) - Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. 2018.



GOIAS DE NORTE A SUL. **Setor Centro Goiânia**. [2000] Disponível em: <[http://goiasdenorteesul.com.br/programa\\_goiania--st-centro-oeste\\_51](http://goiasdenorteesul.com.br/programa_goiania--st-centro-oeste_51)>. Acesso em: 15/07/2017.

GOMES, L. M *et al.* **Revista Predileta**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Prêmio Expocom 2013 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.

GOMIDES, Camila. **Bernardo Sayão é considerada o maior shopping horizontal da América Latina**. Disponível em: <http://gofw.com.br/noticias-infofashion/mercado-noticias-infofashion/bernardo-sayao-considerada-o-maior-shopping-horizontal-da-america-latina/>. Acesso em: 15/07/2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. S. Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **“Precarização do Trabalho” – Uma Abordagem das Desigualdades de Gênero no mercado de Trabalho de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFG. 2007

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.3). Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LIMA; Ângela Maria de Sousa. **Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

LOPES, E. A D. B. E. **As novas faces da informalidade na Região Central de Goiânia Go: os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho**. 2008. 309 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2008.

MAIA Eduardo C; COELHO, Tito O. **O comércio varejista periódico no espaço urbano contemporâneo**. Boletim Goiano de Geografia. Vol. 17. N. 2. jul/dez. 1997.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARTINS JÚNIOR; Osmar. **Os Fundamentos de Gestão do Espaço Urbano para a Promoção da Função Socioambiental da Cidade: O Caso De Goiânia**. Tese (Doutorado Ciências Ambientais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 340. p. 2013.

MARX, K.; Engels, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 26<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MELO, Camila Arantes de. **Goiânia, crescimento urbano e demandas habitacionais: o caso do Jardim Guanabara**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis- SC. 2015

MENDES, Daniel de Jesus; FERNANDES, Gilberto Junior; LUIS, Kelly Cristine Kuramoto. **BRANDING : Como Os Clientes Percebem A Marca Marcos do Segmento Supermercados**. Faculdade Alves Faria Administração de Marketing.

MENESES, A. et al. **Avenida Bernardo Sayão**. 2008. Disponível em: <http://www.fav.ufg.br/modagoiania/bernardo.html>> Acesso em: 15/07/2017.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral: caminhos e descaminhos**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero. Vol.13, n.25/26, set.1992/agosto 1993. p.55-65.

MORAES FILHO, Evaristo. **Trabalho a domicílio e contrato de trabalho**. São Paulo: LTr, 1994. Ed fac- similada.

MOTA, Juliana Costa. **Planos Diretores de Goiânia, década de 60: A inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano**. 218 f. Dissertação. Escola de Engenharia de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

MOYSES, Aristides. **Goiânia Metrópole Não Planejada**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

NASCIMENTO. Denya Pereira do. Título: **Transformações Territoriais Em Goiânia: O Cluster da 44**. 2017. 76 f. Dissertação ( Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Puc Go. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

NEVES, Magda de A; PEDROSA, Célia M. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, Maria Lima. **Um modelo de Avaliação da Qualidade para empresas de confecções com base no uso de indicadores**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.2000

NORA, Pierre. **Entre memória e história- A problemática dos lugares**. In: Projeto História, SP, (10), dezembro de 1993.

NUNES, Jordão H; CAMPOS, Andréia F. **O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar**. Sociedade e Cultura, v. 9, n. 2, p.237-255, jul/dez. 2006.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital.** In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

OLIVEIRA, Adriana M. V. de ; GODINHO, Daniele S. de S. **Exercício Etnográfico: uma rua comercial em Goiânia.** 40 Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

OLTRAMARI; Andrea Poletto; PICCININI, Valmiria Carolina. 2006. **Reestruturação produtiva e formas de flexibilização do trabalho.** *Organ. Soc.* [online]. 2006, vol.13, n.36, pp.85-106. ISSN 1984-9230. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302006000100005>.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás.** Goiânia, Oriente, 1976. 112 p.

PEDROSO, Soraya. **Geração De Emprego E Renda Como Fator De Inclusão Social - Confeções No Município De Goiânia (2000 A 2006).** 2008. 172 F. Dissertação ( Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). PUC Go. Universidade Católica de Goiás. Goiânia.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana.** Rev. Mosaico, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PINTO, Angela Ciccone; ARAÚJO, Alexandre Martins. **Idealização e Construção de uma Nova Capital no Cerrado: Um olhar sobre os princípios ambientais.** FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science, Anápolis-Goiás, v.3, n.1, jan.-jul. 2014, p.78-88.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos históricos, RJ, v.2, n3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos históricos, RJ, v.2, n.3, 1989.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. Goiânia: **Os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes.** Goiânia: Ed.da UCG, 2004.

ROCHA, Hélio. **Sete décadas de Goiânia:** Contato Comunicação, 2003. 315 p.

\_\_\_\_\_. **Goiânia 75.** Goiânia: Ed. UCG, 2009.

SABINO JUNIOR, Oscar. **Goiânia Documentada.** São Paulo: Ed. EDIGRAFE, 1988.

SAGRES. **Morre aos 73 anos empresário e vice-presidente do Sindilojas Geraldo Emídio.** Disponível em: <<https://sagresonline.com.br/noticias/politica/74316-morre-aos-73-anos-empresario-e-vice-presidente-do-sindilojas-gerald-emidio>> Acesso em: 23 de junho de 2017

SCOTT, J. W. (1994). **A mulher trabalhadora.** In Georges Duby e Michelle Perrot, História das mulheres no ocidente (pp. 443-475). Porto: Afrontamentos.

SILVA, Anderson Ferreira da. **GOIÂNIA À NOROESTE: da ocupação ao novo centro urbano**. 137 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2014.

SILVA, Selma Maria da. **As Transformações No Mundo Do Trabalho e o Setor de Confecção: Terceirização E Informalidade**. IV Simpósio Internacional De Ciências Sociais. Universidade Federal De Goiás. 2015

\_\_\_\_\_, Selma Maria da. **Trabalho, gênero e identidade no setor de confecção no município de Goiânia – GO: Polo da região da Rua 44**. 2017. 265 f. Tese ( Tese em Sociologia). UFG. Faculdade De Ciências Sociais Programa De Pós-Graduação Em Sociologia.

SILVESTRE, Bruno Souza. **Calças jeans como suporte para pensar o consumo – Uma etnografia na Feira Hippie de Goiânia**. 2016. 95 f. Dissertação ( Mestrado em Ciências Sociais). UFG. Faculdade De Ciências Sociais Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. Diagnósticos e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, Michel Chelala. **Goiânia 80 Anos**. Goiânia: Instituto Biográfico do Brasil. IBB, 2013.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1994. 257 p.

TECIDOS TITA. **História**. Disponível em: <<http://tecidostita.com/site/cama/>> Acesso em: 15/07/2017.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. Texto original palestra realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a 29 de agosto de 2000.

TITO, Keith Valéria. **Memória e Identidade de um Bairro: Campinas sob as lentes de Hélio de Oliveira**. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. 2008.

VIEIRA, Patrick Di Almeida. **Atílio Corrêa e o Planejamento de Goiânia - Um marco moderno na conquista do sertão brasileiro**. Urbana, v.4, Mar. 2011. Dossiê: Os Eruditos e a Cidade [DOSSIÊ] CIEC/UNICAMP.

## FONTES ENTREVISTAS

BORGES, Gabriella Moreira. **Entrevista [05 de maio. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (59 min :03 s.).

MARRA, Jeconias. **Entrevista [05 de ago. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (46 min :44 s.).

MENEZES, Arlene Rodrigues. **Entrevista [06 de set. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (19 min :03 s.).

SILVA, Fausto. **Entrevista [18 de jun. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (58 min :47 s.).

SOUZA, Marcos Antônio Fernandes de. **Entrevista [18 de jun. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (18 min :25 s.).

VIEIRA, Arlene Bernardes. **Entrevista [05 de mai. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (20 min :08 s.).

VIEIRA, Maria Helena. **Entrevista [28 de ago. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (19 min :03 s.).

VIEIRA, Sebastião Bernardes. **Entrevista [28 de ago. 2018]**. Entrevistador: Alline Vieira Porto. Goiânia/GO, 2018. Áudio MP3 (20 min :22 s.).